

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**Josinára Ribeiro de Alencar**

**DESENVOLVIMENTO HUMANO E PARTICIPAÇÃO  
EM REDES SOCIAIS COMUNITÁRIAS**

**Taubaté – SP**

**2012**

**Josinára Ribeiro de Alencar**

**DESENVOLVIMENTO HUMANO E PARTICIPAÇÃO  
EM REDES SOCIAIS COMUNITÁRIAS**

Dissertação apresentada como parte do processo para obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Formação, Políticas e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz da Silva

**Taubaté – SP**

**2012**

**Josinára Ribeiro de Alencar**

**DESENVOLVIMENTO HUMANO E PARTICIPAÇÃO EM  
REDES SOCIAIS COMUNITÁRIAS**

Dissertação apresentada como parte do processo para  
obtenção do Título de Mestre pelo Curso de Mestrado em  
Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas  
Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano,  
Formação, Políticas e Práticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz da Silva

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr.(<sup>a</sup>) \_\_\_\_\_ Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr.(<sup>a</sup>) \_\_\_\_\_ Universidade \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr.(<sup>a</sup>) \_\_\_\_\_ Universidade \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr.(<sup>a</sup>) \_\_\_\_\_ Universidade \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr.(<sup>a</sup>) \_\_\_\_\_ Universidade \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho  
ao Wesley e ao Ian.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, acima de tudo.

Aos meus pais, que despertaram em mim a paixão pelo saber e pelo buscar.

Ao Prof. Dr. André Luiz da Silva, por aceitar o desafio, ouvir, orientar e contribuir para o meu desenvolvimento.

À Profª Drª Edna Chamon, pela experiência compartilhada.

Aos meus amigos e aos colegas de trabalho, por me ouvir e acolher.

Aos meus amigos do mestrado pelo caminhar junto, pela partilha.

Aos professores do mestrado, pelo incentivo e conhecimento.

Aos funcionários da PRPPG, biblioteca da UNITAU, pelo direcionamento.

Ao SENAC São Paulo, pelo respaldo financeiro.

Aos integrantes da Rede Social Taubaté, por aceitar serem os sujeitos da pesquisa.

Prioritariamente ao meu marido Wesley e ao meu filho Ian, por tudo, por todo o sentido da vida.

## RESUMO

Este estudo teve por objetivo investigar o significado da participação em redes sociais comunitárias entre integrantes do município de Taubaté/SP. Buscou-se também compreender como o contexto direto e o indireto que permeiam a trajetória do indivíduo interferem nesse significado e contribuem ou não para o desenvolvimento humano. O estudo referente à participação foi possibilitado pela atuação na área da psicologia social comunitária, e os contextos que interferem no significado dessa participação, bem como a relação bidirecional entre ambiente e sujeito, foram analisados com o auxílio da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. O estudo foi realizado com uma amostra de 13 sujeitos que participam de ações na rede social comunitária denominada Rede Social Taubaté. Esses sujeitos receberam uma proposta de atuação em rede de uma instituição do sistema S, que fomenta o desenvolvimento de pessoas e organizações pela participação em projetos que possuem objetivos comuns. Esta pesquisa é exploratória e utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, aplicada em três sujeitos, e um questionário aplicado em dez sujeitos. O tratamento dos dados foi realizado inserindo as informações obtidas dos sujeitos no *software* Alceste, que possibilitou agrupar as informações em seis categorias de respostas que foram analisadas e denominadas conforme seus conteúdos que são: melhorias, família, comunidade, tempo, atuação e sociopolítica. O resultado apontou uma participação voltada à ação de forma operacional e influenciada diretamente pelas vivências familiares. Contemplou-se, de forma minoritária, a participação relacionada às ações reflexivas e sociopolíticas.

Palavras-chave: Participação. Redes sociais comunitárias. Desenvolvimento Humano.

# ABSTRACT

## Human development and participation in community social networks

This study aimed to investigate the significance of participation in community social networks among members of county Taubaté / SP. It also sought to understand how the direct and indirect context that permeate the trajectory of the individual affect this meaning or not and contribute to human development. The study on the participation was made possible by the performance in the area of social psychology community, and the contexts that affect the meaning of this participation, as well as the bidirectional relationship between subject and environment, were analyzed with the aid of Bioecological Theory of Human Development. The study was conducted with a sample of 13 subjects who participate in actions on the social network called Community Social Network Taubaté. These subjects received a proposal for network performance in an institution of the system S, which fosters the development of people and organizations by participating in projects that have common goals. This research is exploratory and used as an instrument for data collection semistructured interview in three subjects, and a questionnaire on ten subjects. Data analysis was performed by entering the information obtained in the subjects' Alceste software, which allowed grouping the information into six categories of responses were analyzed and named as its contents are: improvements, family, community, time, action and sociopolitical. The result showed an interest focused on operational and action so directly influenced by family experiences. He looked up, so minority participation related to socio-political and reflexive actions.

Keywords: Participation. Community social networks. Human Development.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Tipos de redes, quanto à relação entre os parceiros.....	42
Quadro 02 – Tipologia da Participação: como as pessoas participam em programas e projetos de desenvolvimento.....	62
Quadro 03 – Identificação sociodemográfica dos sujeitos.....	90
Quadro 04 – Classe 1 – Melhorias.....	96
Quadro 05 – Classe 2 – Família.....	101
Quadro 06 – Classe 3 – Comunidade.....	105
Quadro 07 – Classe 4 – Tempo.....	111
Quadro 08 – Classe 5 – Atuação.....	115
Quadro 09 – Classe 6 – Sociopolítica.....	119



## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Histórico das atividades do proponente.....	18
Figura 02 – Metodologia da instituição proponente para atuação em rede.....	21
Figura 03 – Missão e visão da Rede Social Taubaté.....	23
Figura 04 – Tipos de redes quanto à relação entre os parceiros.....	43
Figura 05 – Identificação dos sujeitos.....	91
Figura 06 – Denominação das classes de discursos apresentadas pelo <i>software</i> ALCESTE.....	94

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Problema.....	14
1.2. Objetivos.....	15
1.2.1. Objetivo geral.....	15
1.2.2. Objetivos específicos.....	15
1.3. Delimitação do estudo.....	15
1.3.1. A Instituição Proponente.....	16
1.3.2. A Rede Social Taubaté.....	22
1.4. Relevância do estudo.....	24
1.5. Organização do trabalho.....	24
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	25
2.1. REDES SOCIAIS COMUNITÁRIAS e TERCEIRO SETOR.....	25
2.1.1. Movimentos sociais e políticas públicas.....	26
2.1.2. Terceiro Setor e Responsabilidade Social.....	29
2.1.3. Redes sociais.....	36
2.1.3.1. Tipologia: diversidade de formas e características de redes sociais.....	39
2.2. PARTICIPAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA.....	45
2.2.1. A Participação e suas vertentes.....	46
2.2.2. A Psicologia social comunitária.....	52
2.2.3. O psicólogo social comunitário, a comunidade, e a participação.....	57
2.2.4. Psicologia social comunitária, participação e interdisciplinaridade.....	60
2.2.5. Participação e distribuição de poder.....	62
2.3. DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	68
2.3.1. Família, escola e comunidade como contextos de desenvolvimento humano	78
3. MÉTODO.....	82
3.1. Delineamento da pesquisa.....	82
3.2. Sujeitos.....	82
3.3. Procedimentos para coleta de dados e instrumento.....	83
3.4. Procedimentos para análise dos dados.....	84
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	87

4.1. A Rede Social Taubaté: o funcionamento.....	87
4.2. Os integrantes da Rede Social Taubaté.....	89
4.3. Participação: as classes de discursos.....	94
4.3.1. Classe 1: Melhoria.....	96
4.3.1.1. A melhoria e o desenvolvimento humano e social.....	98
4.3.2. Classe 2: Família.....	100
4.3.2.1. Família e promoção do desenvolvimento humano.....	103
4.3.3. Classe 3: Comunidade.....	105
4.3.3.1. Comunidade, Intersubjetividade e exossistema.....	108
4.3.4. Classe 4: Tempo.....	110
4.3.4.1. O desenvolvimento ao longo do tempo.....	112
4.3.5. Classe 5: Atuação.....	114
4.3.5.1. Atuação, participação e desenvolvimento.....	116
4.3.6. Classe 6: Sociopolítica.....	119
4.3.6.1. Ação Sociopolítica: participação e distribuição de poder.....	121
4.4. A participação e seus contextos influenciadores.....	123
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	126
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	136
APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista e questionário enviado por <i>e-mail</i> .....	137
ANEXO A – Declaração de Aprovação no Comitê de Ética.....	138

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo foi motivado pelo interesse em investigar o significado de participação para um grupo que atua na Rede Social Taubaté, uma rede social comunitária na cidade de Taubaté/SP, município que possui 280.000 habitantes. Esse interesse tem como base um olhar oriundo da psicologia social comunitária e de questionamentos provenientes da observação da participação das pessoas em ações para a promoção do seu desenvolvimento em suas localidades.

A partir do conhecimento da influência que os contextos sócio-históricos e o contexto direto e o indireto no qual as pessoas estiveram inseridas em suas trajetórias, e que podem configurar-se como ambientes promotores ou não de desenvolvimento, buscou-se pesquisar, também, como esses contextos influenciam e são influenciados pelo significado que elas possuem de participação.

A psicologia social comunitária busca contribuir, com a atuação de seus profissionais e pesquisadores, para a construção de relações democráticas e solidárias nas comunidades que atuam, tendo em vista a promoção da autonomia. Para que o processo se realize é imprescindível a participação dos integrantes do grupo para se desenvolverem, emanciparem, e assumirem suas responsabilidades no processo da construção da autonomia.

A ação participativa, por sua vez, é oriunda do significado que o grupo compartilha em relação à participação. As pessoas atuam conforme representam o mundo, assim, os significados que os integrantes do grupo possuem em relação à participação norteiam suas ações. Surge então a reflexão do que é participação, como ela se efetiva, e como o grupo significa e compreende a ação participativa.

A participação, segundo Bordenave (2002), é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas. É um processo de desenvolvimento da consciência crítica, de aquisição de poder, e pode levar as pessoas ao desenvolvimento.

A participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa. Pode ser provocada e organizada, sem que isso signifique necessariamente manipulação, e é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação. Pode justificar-se por si mesma, não por seus resultados, porém devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar. Pode resolver conflitos, mas também pode gerá-

los, e em redes sociais comunitárias pode configurar-se como promotora do desenvolvimento humano e social.

Quanto às redes sociais comunitárias, utiliza-se neste estudo essa denominação em razão do porte médio da cidade onde foi realizada a pesquisa. Pontuam-se as diferenças entre as relações societárias e as relações comunitárias, que na primeira baseia-se em relações nas quais não se encontram vínculos nem presença constante entre as pessoas; e na segunda, por sua vez, os vínculos e a presença entre as pessoas são estreitos e constantes (BAUMAN, 2001; LIFSCHITZ, 2011).

Entende-se, em razão da própria observação da dinâmica do objeto de estudo, que o cotidiano na cidade de Taubaté/SP é compartilhado de modo mais intenso do que em grandes centros urbanos, onde as relações societárias são predominantes. O estilo de vida de cidade interiorana, apesar do porte de cidade média, favorece relações comunitárias entre os munícipes. Desse modo, assume-se como pressuposto que a Rede Social Taubaté, objeto deste estudo, ainda que reúna integrantes de toda a cidade, possui relações comunitárias.

Tavares e Souza (2011) definem as redes sociais comunitárias como uma convocação para uma atuação com base na horizontalidade, corresponsabilidade, e objetivo comum permeado por um teor sociopolítico. Historicamente, as redes tiveram em suas origens as influências dos movimentos sociais que foram possibilitando novas formas de atuação na sociedade.

Tavares e Souza (2011), complementam que uma rede social é uma estrutura social aberta e adaptativa que possibilita relacionamentos horizontais, não hierárquicos, entre todos os seus participantes. Sustenta-se por valores de igualdade, democracia, solidariedade, cooperação e construção coletiva; propicia uma articulação entre as várias esferas da sociedade civil e potencializa a capacidade de mobilização coletiva para a realização de ações conjuntas. Essas ações obtêm, dessa forma, um paralelo com o trabalho da psicologia social comunitária e com um significado também compartilhado.

Conforme Almeida e Cunha (2003), esses significados são compreendidos como constituídos e constitutivos da realidade social, sendo, portanto, explicativos e promotores dessa realidade. Sem participação suficiente não há envolvimento em ações coletivas ou intersetoriais, desfavorecendo o ambiente para o desenvolvimento local.

A participação pode gerar essa cooperação intersetorial e o diálogo para influenciar e promover mudanças significativas na qualidade de vida das pessoas. Novamente, o fomento a essas situações também é confirmado pela prática profissional do psicólogo social comunitário.

Este estudo foi realizado buscando a possibilidade de uma interpretação interdisciplinar quanto à participação dos integrantes nas ações das redes sociais comunitárias, uma vez que os vários saberes compõem o sujeito coletivo. Também em relação à interdisciplinaridade, o trabalho profissional em comunidade requer esse olhar, visto que não é exclusividade de uma única classe profissional. Olhares multiprofissionais compõem essa prática nas ações em rede social e isso requer que essa multiplicidade de olhares se construa interdisciplinarmente.

Moreira e Oliveira (2000) acreditam que a interdisciplinaridade seja exatamente isso: a busca do comum nas diferenças e a busca do generalizável nas particularidades, sem, no entanto, anular as diferenças nem homogeneizar o conhecimento.

Ao compreender a relevância em desenvolver pesquisas que contribuam com os estudos do desenvolvimento humano e sua promoção tem-se, neste estudo, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano idealizada por Uriel Bronfenbrenner (1996). Essa teoria é a base para a discussão referente às influências bidirecionais entre o ambiente e os sujeitos e o significado que eles possuem em relação à participação.

A análise destas relações bidirecionais entre sujeito e ambiente durante seu tempo vivido e durante o tempo histórico socialmente constituído também serão contemplados a fim de se obter possibilidades de respostas ao problema proposto. O conhecimento desse significado e as influências do ambiente nesse significado possibilitam compreender a forma de agir do grupo em prol do seu desenvolvimento.

## **1.1. PROBLEMA**

Partindo dos pressupostos que: (a) a psicologia social comunitária em similaridade com a proposta de atuação em rede social fomentam a participação; (b) para haver desenvolvimento humano e social há de se participar deste processo;

(c) as pessoas participam conforme o significado que possuem, questiona-se: Qual o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté? Sob a luz da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano como os contextos influenciam neste significado e são por ele influenciados?

## **1.2.OBJETIVOS**

### **1.2.1. Objetivo Geral**

Investigar o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté e compreender, por meio da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, como os contextos influenciam e/ou são influenciados por este significado.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

- Verificar como se efetiva a participação nas redes sociais comunitárias.
- Compreender o objetivo e o interesse das pessoas com essa participação.
- Investigar como o contexto influencia e/ou é influenciado por este significado.
- Analisar estas influências à luz da teoria bioecológica do desenvolvimento humano.

## **1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

Este estudo foi desenvolvido com integrantes de uma rede social comunitária na cidade de Taubaté, SP, que se denomina Rede Social Taubaté. Composta por uma pluralidade de atores sociais e realizando ações associativistas em rede, a Rede Social Taubaté integra o Terceiro Setor, articulando componentes de conselhos

municipais, de ONGs, representantes do poder público, representantes de associações de moradores de bairro, associações comerciais, sindicatos e a iniciativa privada.

Os sujeitos se norteiam pela horizontalidade das relações e integram o grupo que recebe a contribuição de uma metodologia, para fomento de redes sociais, desenvolvida por uma instituição do sistema S. Esse sistema, formado por 11 organizações e instituições relacionadas ao setor produtivo, como indústrias e comércio, entre outras, e que defende a possibilidade de desenvolvimento social por meio da promoção de ações participativas em rede social comunitária. Após a síntese, apresenta-se a seguir, a Instituição Proponente e a Rede Social Taubaté.

### **1.3.1. A Instituição Proponente**

Para melhor caracterizar a inserção do objeto de estudo, será descrito o proponente da Rede Social Taubaté, uma instituição do sistema S, que fomentou a formação inicial das ações em rede para esses sujeitos.

Quanto ao chamado sistema S, ele é formado por onze organizações e instituições relacionadas ao setor produtivo, tais como indústrias, comércio, agricultura, transporte e cooperativas. Tem como objetivo melhorar e promover o bem-estar de seus contribuintes e da sociedade na saúde, no lazer, na cultura e na educação profissional, entre outros.

As instituições do sistema S não são públicas, porém recebem subsídios do governo. Algumas das organizações que compõem esse sistema são subordinadas à Confederação Nacional da Indústria, como o Sesi e o Senai, e à Federação do Comércio, como o Sesc e o Senac.

Jurevicius (2005) em seu estudo sobre o Fortalecimento da Rede Social de Carapicuíba, São Paulo, Brasil, aborda o histórico do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Por se tratar do mesmo proponente que se apresenta para os sujeitos deste estudo, foi utilizado para compreensão do proponente o histórico referenciado e informações do *site* da instituição.



O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) foi criado em 1946 pelo Decreto-Lei nº. 8.621, no período político denominado Estado Novo. À Confederação do Comércio foi dada à incumbência de estruturar e administrar a sua organização, colaborando na difusão e aperfeiçoamento do ensino comercial de formação e do ensino superior.

O SENAC está presente em todo território nacional, em cada estado da federação, e goza de autonomia administrativa para decisões financeiras das subvenções que recebe. As subvenções são provenientes das retiradas na folha de pagamento das categorias profissionais das empresas pertencentes, nesse caso, ao comércio de bens e serviços, e são repassadas à organização.

No Estado de São Paulo o SENAC está presente em 33 municípios. Na declaração definida no Plano Estratégico para a década de 2000 a 2010 sua missão é “proporcionar o desenvolvimento de pessoas e organizações para a sociedade do conhecimento, por meio de ações educacionais comprometidas com a responsabilidade social.” (SENAC/SP, 2010).

Na visão e valores, a meta do Plano é que até 2010 o SENAC São Paulo “será reconhecido como referência de organização educacional e do terceiro setor, diferenciada pela ação inovadora, diversificada e socialmente solidária.” (SENAC/SP, 2010)

### Área de Desenvolvimento Social

A área de desenvolvimento social está presente na totalidade das unidades do SENAC no interior e na cidade de São Paulo com a diretriz de fomentar o desenvolvimento das pessoas e comunidades, visando o desenvolvimento social. É nessa área que se encontra o Programa Rede Social, o objeto deste estudo.

A área de desenvolvimento social contempla o planejamento e as ações de responsabilidade social do SENAC, que inicialmente se restringia à formação profissional de jovens de baixa renda, e que avançou para o trabalho de capacitação profissional das comunidades e formação de atores sociais.

Desde 1997 o SENAC São Paulo inicia sua proposta de contribuição ao fortalecimento do Terceiro Setor com a capacitação de gestores de organizações sociais e o fomento de redes sociais, na cidade de São Paulo. Em 2004 a entidade considerou como desafio o desenvolvimento local pelo fomento de Redes Sociais,

que objetiva levar seus produtos e serviços às organizações de base comunitária, reuni-las, organizá-las e capacitá-las para um “tempo de novas alianças e cooperações”.

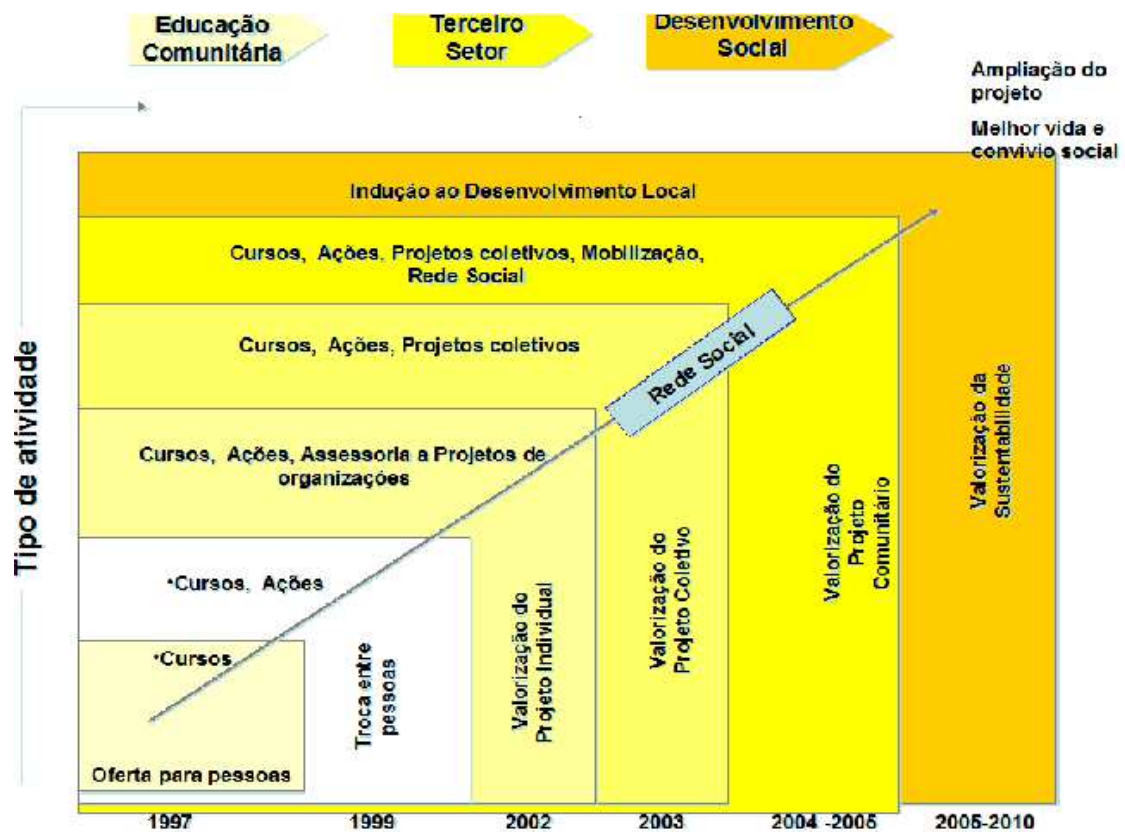
Em 2005, após a implantação do programa Formatos Brasil, de formação de atores sociais e lideranças que atuam em Organizações de Base Comunitária, como associações comunitárias, ONGs, e instituições sem fins lucrativos, essas organizações que já fazem parte do referido Terceiro Setor passaram a atuar em redes sociais implementando projetos sociais em suas organizações, ou conjuntamente nas comunidades e/ou sociedades locais.

O Programa está diretamente implicado na missão e visão da organização que gerencia o programa Redes Sociais Taubaté, conforme a Figura 01.

A partir de 2005 o programa avançou e passou a receber forte influência das abordagens do Terceiro Setor, com ênfase no Desenvolvimento Social Local. Os profissionais que passaram a compor a equipe da Rede Social são profissionais de nível superior que, em sua atuação, são facilitadores/mediadores de grupos de aprendizagem e desenvolvimento, e realizam assessoria às Redes Sociais existentes nas localidades do estado de São Paulo.

O desafio da equipe é o de implementar ações de desenvolvimento local, assessorar as unidades no fomento de ações que promovam e desenvolvam comunidades de projetos por meio da estrutura das redes sociais, visando a autonomia dos sujeitos e do grupo.

O referencial conceitual adotado pela instituição para definir Rede Social a caracteriza como um sistema capaz de reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, a fim de construir novos compromissos em torno de interesses comuns, e de fortalecer os atores sociais na defesa de suas causas, na implementação de seus projetos, e na promoção de suas comunidades”. (SENAC/SP, 2010).



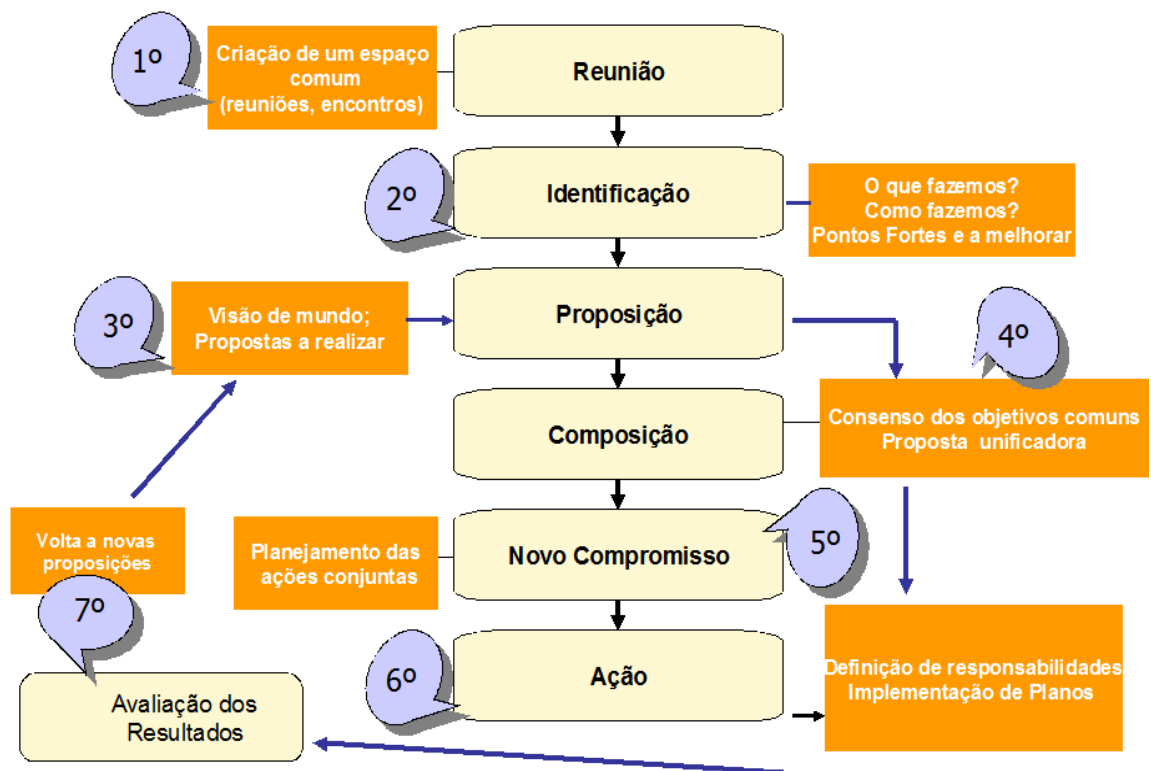
Fonte: SENAC, 2012

Para a Instituição, os princípios que norteiam o trabalho em Rede são a democracia, a igualdade e a diversidade. A partir da prática cotidiana no funcionamento e dinâmica de diferentes grupos e pela necessidade de facilitar a comunicação e o diálogo de/com diferentes atores, a Instituição implementa uma metodologia que em síntese possui os seguintes passos (Figura 02):

- 1º reunião: é o momento presencial em que os participantes têm a oportunidade do exercício da cidadania, da efetiva participação democrática. É um espaço de interação, de troca de informações, discussão e deliberações. Os encontros têm periodicidade de no mínimo trinta dias, mas deve manter a conectividade entre os participantes utilizando-se de ferramentas e tecnologias de comunicação e informação.

- 2º identificação: propicia momentos de integração entre os participantes para possibilitar a prática de levantamento de necessidades e análise de cenários, bem como de atividades que incentivem o processo de cooperação, que são ingredientes importantes para a identificação do individual e construção do coletivo.
- 3º proposição: a partir da análise dos elementos anteriores o grupo começa a delinear ações e pôr em prática a vontade coletiva ou de alguns integrantes que visam beneficiar o coletivo.
- 4º composição: nesse momento as parcerias são estabelecidas, visando à efetivação dos projetos concebidos em rede.
- 5º novo compromisso: o reconhecimento do grupo para os seus projetos demonstra que a participação democrática ocorre e possibilita a consistência para o trabalho e o fortalecimento do grupo na experimentação da corresponsabilidade e na apropriação do sujeito como protagonista da construção da história individual e coletiva. É a tomada de consciência para poder influenciar e propor mudanças importantes coletivamente.
- 6º ação: objetiva o pensamento e sonho individual agindo coletivamente. Passa a ser o resultado do trabalho em rede, que realimenta a vontade de continuar essa forma de atuação.

Figura 02 – Metodologia da instituição proponente para a atuação em rede



Fonte: SENAC, 2012

## O Programa Rede Social

O Programa Rede Social tem como objetivo reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática na implementação de ações e projetos que melhorem a vida das comunidades. Para a realização desse processo, a metodologia propõe que os grupos se orientem por objetivos comuns, busquem resultados nas ações e mantenham relações de confiança, praticando o diálogo e compartilhando estratégias na defesa de suas causas.

## Histórico

Até o ano 2000, a Instituição de Ensino oferecia programas de educação profissional a pessoas de comunidades economicamente desfavorecidas. As ações tinham duração de seis meses, porém se percebeu que seria mais eficiente

capacitar os líderes das organizações sociais em ferramentas de gestão, o que foi chamado de Programa Formatos - Formação de Atores Sociais.

Em 2003 teve início o Programa Rede Social, que envolve, atualmente, mais de duas mil pessoas em 38 cidades do Estado de São Paulo, onde a Instituição Educacional em questão está presente. Essa ação vem favorecendo o desenvolvimento de comunidades que realizam planos de longo prazo. Atualmente mais de 100 projetos são elaborados e implementados por essas redes, e a Instituição Educacional objeto de estudo é mais um componente, contribuindo com ações socioeducacionais.

Resultados do programa (SENAC,2011):

- 38 redes sociais consolidadas no Estado de São Paulo;
  - 950 organizações participantes do programa Rede Social;
  - até 2010 cerca de 600 projetos implementados nos últimos 10 anos; e
- 350 mil pessoas direta ou indiretamente impactadas pelo programa, conforme dados institucionais, 2011.

### **1.3.2. A Rede Social Taubaté**

A Rede Social Taubaté iniciou sua atuação no ano de 2005, após a Instituição de Ensino do sistema S, proponente da atuação em rede, ter reunido e ofertado um curso de 520 horas, denominado Formatos Brasil, aos integrantes do Terceiro Setor: sindicatos, associações e líderes comunitários do município de Taubaté. Esse curso foi parte integrante de um conjunto de capacitações iniciais do Programa Rede Social, desenvolvido pela Instituição proponente em todo o Estado de São Paulo.

No curso foram abordados os seguintes temas: elaboração de projetos sociais; planejamento estratégico para o Terceiro Setor; captação de recursos para organizações sociais; metodologia de atuação em rede social; e desenvolvimento local.

Ao término do curso os alunos resolveram iniciar um movimento que atuasse

em rede na cidade de Taubaté, estado de São Paulo. A proponente se dispôs a integrar o grupo e a colaborar no que tange à sua área de atuação, nesse caso, a questão socioeducacional na área de desenvolvimento social.

O grupo criou um nome, um logo, missão e visão. O logo (Figura 03) é utilizado em eventos, comunicados, e *releases*, como uma referência ao grupo que, com sua autonomia institucional, atua em rede e fomenta o desenvolvimento pela participação.

O funcionamento da Rede Social Taubaté se realiza com encontros mensais, abertos, com duração média de três horas, e possui um formato similar ao de uma plenária deliberativa. Os integrantes se norteiam por uma pauta elaborada nos finais dos encontros para o encontro seguinte e geralmente a troca de informações por *e-mail* e comunicações entre os integrantes faz com que a pauta possa receber inclusões e exclusões de itens. A comunicação dos integrantes da Rede Social Taubaté ocorre de forma presencial, por telefone, por comentários no *blog* da Rede Social Taubaté, porém majoritariamente por *e-mail*.

Figura 03: Missão e Visão da Rede Social Taubaté



Fonte: Arquivo pessoal de integrante da Rede Social Taubaté, 2012

Entre um encontro e outro ocorrem reuniões e/ou comissões temáticas. Essas comissões são formadas por objetivos comuns, específicos para elaboração e realização de projetos. Os trabalhos realizados nas comissões são relatados nos encontros mensais, e tanto nesses encontros quanto nas comissões existe a distribuição de funções, conforme o livre interesse em assumi-las. Deste modo, justifica-se a escolha e delimita-se o objeto deste estudo.

#### **1.4. RELEVÂNCIA DO ESTUDO**

Este estudo pode contribuir para a ampliação teórica do significado de participação em redes sociais comunitárias e com as pesquisas relacionadas às redes sociais. Pode possibilitar, também, a reflexão dos profissionais envolvidos no fomento ao desenvolvimento humano, social e local, bem como contribuir com estudos sobre a interferência dos contextos tanto no desenvolvimento humano quanto na participação.

#### **1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

O estudo está estruturado em cinco capítulos conforme segue. O capítulo 1 apresenta a introdução, o problema, os objetivos gerais e específicos, a delimitação, relevância, e organização do trabalho.

No capítulo 2 está a revisão da literatura que foi subdividida em três partes. A primeira é sobre Redes Sociais, a segunda sobre Participação sob a ótica da Psicologia Social Comunitária e a terceira versa sobre a teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Posteriormente, o capítulo 3 descreve o Método utilizado na pesquisa, os sujeitos, os instrumentos, os procedimentos para coleta de dados e para análise.

Os resultados obtidos e a discussão estão apresentados concomitantes no capítulo 4. Discutiu-se seis classes de discursos encontradas na análise lexical dos dados coletados. As considerações finais, no capítulo 5, encerram o estudo.



## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

Este capítulo possui a fundamentação teórica que irá subsidiar posteriormente, as discussões deste estudo. Foi subdividido em três partes. Na primeira parte, a atuação em redes sociais é o foco principal. São abordados, de forma complementar, os movimentos sociais, o associativismo, o terceiro setor e a responsabilidade social. Além do contexto sócio-histórico político que originou essa forma de ação em rede social.

A segunda parte da revisão de literatura aborda a temática da participação, possibilitada pela atuação da psicologia social comunitária. Por meio dessa vertente encontrou-se neste estudo a concepção de que a participação em rede social pode possibilitar a distribuição de poder e a promoção da autonomia e do desenvolvimento humano e social.

A terceira parte da revisão de literatura traz a teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Uriel Bronfenbrenner. Pretende-se, à luz dessa teoria, compreender os contextos família, escola e comunidade, e como eles podem interferir no significado da participação.

### **2.1. REDES SOCIAIS COMUNITÁRIAS E TERCEIRO SETOR**

O objetivo desta primeira parte da revisão de literatura é discutir as características das redes sociais comunitárias tecidas no terceiro setor. Como os sujeitos desta pesquisa estão vinculados a organizações que compõem esse setor, percebeu-se a necessidade de compreender a formação desse segmento com uma revisão do contexto sócio-histórico e político.

A revisão se fez a partir dos movimentos sociais brasileiros, propulsores da forma contemporânea de ação do setor social no País (GOHN, 2004, 2008; SHERER-WARREN, 2005; MACHADO, 2007). Os novos movimentos sociais foram contemplados neste estudo pelo associativismo institucionalizado e em rede, tecido, conforme mencionado, no Terceiro Setor (FISCHER, 1996; SCHERE-WARREN,

2005; GOHN, 2004, 2008, 2011; LANDIM, 2000; COELHO, 2000; RODRIGUES, 2004; SALVATORE; 2004).

Ampliou-se essa discussão contemplando também a temática da responsabilidade social (FISCHER, 1996; VELOSO, 2010) e a formação de políticas públicas na área da Assistência Social no Brasil (FERNANDES, 1987; BEHRING, 2006; BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Em relação às redes sociais, encontram-se na literatura descrições de alguns formatos, como a centralizada, descentralizada, distribuída, subordinada, tutelada, e autônoma, entre outras. Procurou-se também, neste capítulo, após a explanação dessas diferenças, situar o leitor no formato de rede social onde se inserem os sujeitos pesquisados.

### **2.1.1. Movimentos Sociais e Políticas Públicas**

Os movimentos sociais e as políticas públicas da atualidade compartilharam um caminho comum durante suas trajetórias em prol de melhores condições sociais e socioassistenciais. Nesse caminho, algumas das atuais políticas públicas tiveram influências de movimentos sociais, desde a reivindicação até a sua transformação em direito legalmente garantido.

Para Gohn (2004), movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Essas ações são articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país e criam um campo político de força social na sociedade civil.

Para Machado (2007), movimentos sociais se referem a formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social. Tais formas de ação coletiva têm como objetivo mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas.

Pode-se dizer, portanto, que os movimentos sociais são ações sociopolíticas, conjuntas e coletivas que geram uma força capaz de mudar a ordem social e intervir nos rumos das políticas públicas.

Ao fazer uma retrospectiva dos movimentos sociais e das políticas públicas e sociais, Behring (2006) afirma que essas políticas tiveram, enquanto processo social, suas origens na junção dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, nas lutas de classes daí decorrentes, e no desenvolvimento da intervenção estatal.

Na intersecção da assistência social e do trabalho forçado, no auge da Revolução Industrial, no século XIX, os pobres, segundo Behring (2006), foram lançados à servidão da liberdade sem proteção, no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social. O Estado se posicionou sob a direção do capital e reprimiu duramente os trabalhadores.

Na segunda metade do século XIX a força de trabalho reagiu à exploração e a luta de classe irrompeu, expondo a questão social. As lutas da classe trabalhadora influenciaram a origem das políticas sociais, e suas primeiras iniciativas podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal, predominante no século XIX, e o Estado social capitalista do século XX.

O que houve, segundo Behring (2006), foi uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas, assumindo um caráter mais social e com investimento em políticas sociais. A mobilização, a organização e a participação da classe trabalhadora foram determinantes para essa mudança:

Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.64)

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora. O final do século XIX foi pontuado como o período em que o Estado passou a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Para Behring e Boschetti (2008), os fatores que ajudaram a demarcar a emergência de políticas sociais, entre outros, foram: a) o reconhecimento público de que a incapacidade de trabalhar se devia a contingências como idade, enfermidades, etc., que deveriam ser protegidas; e b) que as políticas sociais ampliam a ideia de cidadania.

No Brasil, onde o processo ocorreu de forma peculiar, às vezes lenta, explicada pela sua história marcada pelo colonialismo, escravismo, ditadura militar, e o recente e em construção processo democrático, as políticas sociais ganharam expressão clientelista, assistencialista, benevolente, benemérita e com características de favores, atendendo as necessidades da elite dominante, dominada pelo capital central.

As mudanças históricas do contexto político convergiram na Constituição Federal de 1988, que constituiu um marco histórico do Brasil e alterou o significado da política social e da assistência social. A assistência social adentrou no campo da Previdência Social e foi reconhecida como responsabilidade do Estado, a partir de dispositivos que garantiriam a efetivação dessa política prevista em lei.

O que antes tinha a característica equivocada de favor e assistência passou a ser um direito adquirido, no contexto legal. Pode-se afirmar, a partir do contexto histórico, que a legitimidade dos direitos adquiridos trouxe, em sua origem, a ação, a organização, e a participação em movimentos sociais.

Quanto a esses movimentos, vários especialistas sinalizaram uma crise em relação aos movimentos sociais urbanos. Essa crise não significou nem o fim nem um enfraquecimento, mas uma rearticulação desse movimento e seu papel na sociedade, que passava por momentos de transformação. As mudanças na conjuntura política trouxeram a emergência e o fortalecimento de outros atores sociais.

Oriundas das atuações desses novos atores e dessa nova forma de atuação na sociedade têm-se as Organizações Não-Governamentais, as ONGs, e demais entidades do Terceiro Setor. Machado (2007) comenta que os movimentos sociais passaram gradualmente, nesse período, a terem atores sociais importantes para a promoção dos direitos civis e da cidadania, conforme vigora na atualidade. Esse é o cenário no qual se encontram os sujeitos desta pesquisa.

Os movimentos geraram e geram uma série de inovações nos setores públicos e privado; participam tanto direta quanto indiretamente da luta política do

País e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Nessa perspectiva, muitos movimentos se transformaram em ONGs ou se incorporaram a ONGs que já os apoiavam.

Os novos movimentos sociais, como se verá a seguir, contribuíram para o início do Terceiro Setor no Brasil. A Rede Social Taubaté, apresentada anteriormente e analisada no capítulo de discussão dos resultados, possui integrantes que estão inseridos nesse formato atual de ONGs, e demais entidades que compõem o Terceiro Setor.

Que seria, então, esse novo setor da sociedade atual, que articula os vários atores e tem força para interferir em políticas públicas e sociais? É sobre esse tema que neste momento se concentra este estudo.

### **2.1.2. Terceiro Setor e Responsabilidade Social**

Para compreender o que é o Terceiro Setor é preciso definir o primeiro e o segundo setores da sociedade. O Primeiro Setor é uma referência ao Estado em toda a sua amplitude. O Segundo Setor tem como referência a sociedade privada, o mercado. Por sua vez, o Terceiro Setor, foco deste estudo, é composto por organizações não governamentais, sem fins lucrativos, e com atuações organizadas pela sociedade civil.

A origem desse setor no Brasil foi contemplada pelas vertentes inglesa e americana. Segundo o histórico comentado por Gohn (2011), advém dos Estados Unidos os termos associações voluntárias e sem fins lucrativos. O primeiro, as associações voluntárias, como constitutivo da cultura americana, e o segundo, inserido no mundo do mercado, porém de modo inverso, não visando lucros.

Na Inglaterra, o Terceiro Setor provém da memória e tradição religiosa e se refere à caridade. A versão moderna a caridade é expressa sob uma nova denominação, a filantropia, que busca uma desvinculação do assistencialismo religioso.

A filantropia inglesa e as ações sem fins lucrativos, americanas, articularam-se na modernidade aos moldes do mercado, passando a investir no Terceiro Setor como forma de minimizar o pagamento de taxas e impostos, destinando recursos a

diversas obras sociais. Outras vertentes podem ser abordadas para compreensão da origem e do termo Terceiro Setor, porém neste estudo foram priorizadas estas duas, por serem as que mais se assemelham e influenciaram a sua origem no Brasil.

Salvatore (2004), confirmando o contexto supracitado, diz que as organizações que hoje pertencem ao terceiro setor, em sua origem no Brasil, existiam basicamente nos espaços das igrejas e permeadas pelos valores da caridade cristã. Nesses espaços encontravam-se a tradição de generosidade ou de solidariedade fortemente baseadas em valores assistencialistas e paternalistas. Origem similar se encontra no contexto inicial das políticas públicas e sociais no País.

Na América Latina entre os anos de 1970 e 1980, e especificamente no Brasil, as ONGs encontraram um campo de atuação em razão dos regimes militares e políticos que vigoraram nesse período. As lutas das ONGs eram contra o regime político, na atuação da organização popular, e na luta por direitos e condições mínimas de sobrevivência, entre outras.

O novo perfil das ONGs, determinadas por esses campos de atuação, recebeu a denominação de ONGs cidadãs e militantes (GOHN, 2011). No período de transição do regime militar para o regime democrático, as ONGs “contribuíram para a reconstrução do conceito de sociedade civil, termo originário do liberalismo, que adquiriu novos significados, menos centrados na questão do indivíduo e mais direcionados para os direitos de grupos.” (GOHN, 2011, p.84).

Nos anos de 1990 incorporaram-se definitivamente no universo do Terceiro Setor as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Inicialmente se referiam às entidades que não pertenciam ou representavam o governo, porém tinham presença e atuação em diversos locais do planeta. Surgiram as ONGs que atuam no campo cultural, no político e no campo dos valores de uma sociedade, sem perfil caritativo ou filantrópico.

Em relação a essas ONGs, Gohn afirma que:

Muitas redescobrem os ideais dos socialistas utópicos, de Saint-Simon, Fourier e outros, e redefinem o mito e as utopias das comunidades autogestionadas. Outras irão propor projetos de desenvolvimento autossustentado, dentro de uma economia capitalista onde as regras do mercado teriam que ser redefinidas. Outras ainda investirão em grandes campanhas educativas, em diferentes áreas, como a ecológica Greenpeace; ou de defesa dos direitos da pessoa humana contra todas as formas de violência, como a Anistia Internacional (GOHN, 2011, p.82-83)

Ainda nos anos 90, o cenário das ONGs latino-americanas foi de grave crise econômico-financeira. A falta de recursos criou a necessidade de geração de recursos próprios e a luta pelo acesso aos fundos públicos. Iniciou-se a busca pela autossuficiência financeira, e a economia informal passou a ser uma das principais saídas para as organizações: “as atividades de militância política, via pressões sociais, passaram para segundo lugar, e as atividades produtivas ganharam centralidade no dia a dia das ONGs.” (GOHN, 2011, p. 85).

Junto com a crise das ONGs cidadãos militantes dos anos 1980 surgiram, nos anos 1990, outros tipos de entidades que atuavam em diversas demandas sociais. Diferentemente das entidades da fase anterior, as novas entidades buscavam parcerias com o Estado para poder atender suas demandas.

As novas entidades que estão se expandindo estruturam-se como empresas, autodenominam-se cidadãos por se apresentarem sem fins lucrativos e atuarem em áreas de problemas sociais criam e desenvolvem frentes de trabalho em espaços públicos não estatais; algumas nasceram por iniciativas de empresários privados e se apresentam juridicamente como ONGDS – Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento Social. Este fato ampliou o universo da participação para campos pouco ou nada politizados e desenvolveu inúmeras novas formas de associativismo ao nível do poder local (GOHN, 2011, p.86).

A Rede Social Taubaté, que é composta por vários integrantes que atuam nesse novo modelo de ONGs e de associativismo, e que configuram os sujeitos desta pesquisa, pode ser citada como exemplo dessa nova forma de associativismo que age junto ao poder local. São organizações de natureza privada e finalidade pública, portanto sem finalidade de lucro, cujas ações estão voltadas para questões como cidadania, emancipação, autonomia e direitos da população.

Este novo quadro do associativismo no Brasil, segundo Gohn (2011), atuam em rede e se constituem como atores coletivos. Eles são compostos, além das ONGs de variados tipos, também por, departamentos de universidades, entidades de classes que apoiam as camadas populares, setores de órgãos públicos que desenvolvem trabalhos em parceria com entidades populares voltadas para a população, pequenas empresas organizadas sob a forma de cooperativas, federações, fundações, entre outras.

Porém, da forma que estão articulados os seus objetivos, constituição jurídica, dinâmica de trabalho, encontra-se um quadro de associativismo institucionalizado. A direção geral das ações coletivas caminha no sentido do empowerment, o empoderamento de grupos e indivíduos, das capacitações organizacionais e do acesso as oportunidades de emprego, geração de renda e serviços públicos, devido à difusão de informações, características nestes quadros do associativismo, presentes no Terceiro Setor.

Gohn (2011) comenta que para alguns autores trata-se de parte de uma estratégia neoliberal para desobrigar o Estado de atuar na área social. Para outros, porém, o Terceiro Setor é algo realmente novo, uma vez que o Estado só saberia atuar no nível macro e caberia a esse setor a mediação da efetivação das políticas públicas nos micros contextos. O Terceiro Setor estaria, portanto, também contribuindo em relação ao poder local, para o desenvolvimento de novas formas de associativismo:

Na prática, o terceiro setor parece estar caminhando para uma articulação conjunta, em termos de frentes de trabalho, entre movimentos sociais (também renovados, com perfil mais propositivo e menos reivindicativo), as modernas ONGs (“empresas-cidadãs” organizadas ao redor de temas sociais e voltadas para o mercado com justiça social), determinadas associações comunitárias, fundações sem fins lucrativos e algumas entidades tradicionais filantrópicas (GOHN, 2011, p.90).

Para Fischer (1996), Terceiro Setor é a denominação adotada para o espaço composto por organizações sem fins lucrativos, cuja atuação é dirigida a finalidades coletivas ou públicas. Entre elas podem ser citadas as ONGs, as fundações de direito privado, entidades de assistência social e de benemerência, entidades religiosas e associações culturais e educacionais, entre outras.

Landim (2000) cita critérios que delimitam as características na definição das organizações que podem ser consideradas do Terceiro Setor: a) organizações formalmente estruturadas; b) as que não integram o aparelho governamental; e c) as que possuem independência na gestão, no controle de suas atividades, e algum grau de participação voluntária. Nessa perspectiva, esse setor passa a realçar o valor político e econômico das ações voluntárias e sem fins lucrativos. A participação cidadã passa a ser percebida como indispensável à resolução dos problemas de interesse comum.



Para este estudo, a descrição do novo setor da sociedade, feita por Fischer (1996), Landim (2000) e Gohn (2011), contribui também para a compreensão das características dos integrantes da Rede Social Taubaté, e possibilita inseri-los no Terceiro Setor. Posteriormente, poderá se compreender como essa inserção neste sistema, termo utilizado por Uriel Bronfenbrenner em sua Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, e que tem nesta pesquisa um capítulo específico, pode interferir no significado de participação que os sujeitos possuem.

É necessário lembrar que o conceito de Terceiro Setor projeta uma visão integradora da vida pública e engloba a questão do tripé Estado, Mercado e Sociedade Civil. Uma das definições mais frequentes, segundo Salvatore (2004), é a que diz que esse setor constitui o conjunto de atividades das organizações da sociedade civil que tem por objetivo a prestação de serviços ao público em áreas diversas que promovam o desenvolvimento humano.

Surgiu no Terceiro Setor uma pluralidade de novos atores, decorrente de novas formas de associativismo que emergem na cena política. Entre essa pluralidade de atores sociais estão as ONGs e também os representantes de associações de moradores de bairro, associações comerciais, sindicatos e iniciativa privada.

Quanto à iniciativa privada, é cada vez maior a participação e o investimento de pequenos e microempresários em atividades sociais, tanto por iniciativa própria como por incentivo de parceiros. Em várias partes do mundo são notórias as ações organizadas em associações, fundações e instituições, com evidentes contribuições para o desenvolvimento econômico, social e político das nações: passa-se a atuar com responsabilidade social.

Segundo Veloso (2010), um modelo de atuação com responsabilidade social no âmbito privado, bem característico no Brasil, é aquele em que institutos, fundações, associações, entre outros, formados por empresários do setor privado, trabalham em prol de uma causa pública, não só financiando projetos, mas também construindo parcerias e cooperação entre empresários e organizações da sociedade civil.

Esse modelo destaca que as ações de cunho assistencialista vão na contramão do conceito de responsabilidade social que, por definição, se percebe como responsável perante o social para além de suas outras especificidades, e

fomenta a adesão a participação nas ações em prol do desenvolvimento e da cidadania (VELOSO, 2010).

Nem sempre, porém, foi assim. Uma das primeiras publicações referentes à questão da responsabilidade social foi o livro *Social Responsibilities of the Businessman*, de Howard Bowen, publicado em 1953 nos Estados Unidos. Bowen introduz a ideia de que as empresas têm o dever moral de implementar políticas, tomar decisões ou seguir as linhas de ação que sejam desejáveis na sociedade (PINTO, 2006).

Algumas abordagens foram discutidas nas décadas de 1960 e 1970 a fim de se buscar uma melhor conceituação do assunto. Segundo Pinto (2006), alguns autores defendiam que a responsabilidade social deveria ser definida em áreas nas quais as empresas teriam realmente responsabilidade; outros viam a responsabilidade social como um ato voluntário, algo que as empresas considerariam além dos requisitos legais.

Duarte e Dias (1986) comentam que a discussão era mais favorável à difusão das ideias de responsabilidade social da empresa e contava com o apoio da Igreja e de outras entidades em movimentos atuantes. Ainda na década de 1970, porém, algumas empresas perceberam a importância estratégica de publicar as ações sociais realizadas e a partir de 1980 é que uma pequena parcela de empresas passou a intensificar e a institucionalizar o discurso em relação às questões sociais e ambientais, realizando, em diversas escalas, ações sociais concretas.

Por outro lado, o período que se estendeu até o final da década de 1990 ficou marcado pelo nascimento e consolidação de importantes fundações, institutos e organizações da sociedade civil ligados ao meio empresarial com foco na questão ética, no comportamento empresarial ético, social e responsável. Foram considerados os protagonistas dessa história e catalisadores do despertar dessa consciência no empresariado brasileiro (PINTO, 2006).

Durante os anos de 1990 algumas empresas passaram a divulgar periodicamente, nos chamados relatórios ou balanços sociais anuais, as ações realizadas em relação à comunidade à sua volta, ao meio ambiente e ao seu corpo de funcionários. Inicialmente a divulgação ocorria sob a forma de documentos internos, mas atualmente ocorre pelos meios de comunicação e de divulgação da própria publicidade corporativa (VELOSO, 2010).

A elaboração do balanço social passou a ser um instrumento para divulgar o que a empresa vem fazendo na área social. Essa prática, segundo Pinto (2006), passou a ter maior projeção após a campanha liderada por Hebert José de Sousa, o Betinho, sociólogo e ativista dos direitos humanos, que concebeu e dedicou-se ao projeto Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, em 1997. Esse projeto visava sensibilizar e estimular a noção de corresponsabilidade das empresas em busca de soluções para os desequilíbrios da estrutura social do País.

Nesse contexto também foi criado o selo social, com o qual as empresas podem mostrar, em seus anúncios, embalagens de produtos e campanhas publicitárias que investem na preservação socioambiental (BALANÇO SOCIAL, 2012).

A responsabilidade social, realizada por meio de ações no Terceiro Setor, também possui o seu cunho de interesse individual por parte da iniciativa privada. Várias empresas se beneficiam de isenções fiscais que são fornecidas a quem realiza essas ações em conjunto com entidades socioassistenciais e socioambientais. Uma legislação específica foi criada para respaldar essa prática.

Conclui-se, portanto, que a responsabilidade social ainda está em um processo de conscientização por grande parte da iniciativa privada. Muitos ainda se aproximam das questões sociais como um instrumento de publicidade e mercado, mas uma abordagem crítica da questão aponta que a responsabilidade social requer uma gestão transparente e ética, e a inserção de preocupações sociais e ambientais nas decisões e resultados das empresas.

Na atualidade, as redes sociais apresentam-se como uma das possibilidades da prática da responsabilidade social quando fomentam e são fomentadas pela coparticipação, corresponsabilidade, associativismo e a cooperação para as atuações socialmente responsáveis. O tecido da rede social vai se constituindo e pode-se tecer a hipótese de que vai se promovendo, nessas relações, o desenvolvimento humano e social. As redes sociais passam a ser, a partir desse momento, o tema central para a compreensão do cenário onde atuam os sujeitos pesquisados.

### **2.1.3. Redes Sociais**

Atualmente a sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas de forma diferenciada dos pressupostos ideológicos e políticos dos anos de 1970 e 1980. Dessas articulações surgiram as redes sociais que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro, comentado anteriormente. As redes têm surgido como um modo de organização das instituições e entidades do Terceiro Setor.

As redes sociais constituem, também, um modo organizativo compatível com iniciativas de criatividade e inovação, na medida em que atributos como a autonomia, a impermanência da ordem, a indeterminação e a flexibilidade são elementos constitutivos da ideia de rede (MARTINHO, 2002).

O conceito de rede é amplo, e tem sido utilizado na esfera econômica, na política, e nas perspectivas organizacional e social, conforme Minhoto e Martins (2001), que também apontam algumas das razões que explicariam a disseminação desse conceito.

Na esfera econômica a globalização gerou uma competição aberta e as redes podem minimizar custos e capital imobilizado, compartilhar recursos e informações, e estabelecer parcerias estratégicas, entre outras ações (LOIOLA; MOURA, 1996; CASTELLS, 2000; MINHOTO; MARTINS, 2001). Na esfera política, Minhoto e Martins (2001) e Castells (2000) comentam que a rede parece constituir uma resposta à crise fiscal e à erosão da soberania do Estado contemporâneo como estratégia para enfrentar algumas questões, entre elas as situações geradas pelo desmonte do *Welfare State*.

Na perspectiva organizacional, o conceito de rede tem sido utilizado para descrever o ambiente de atuação das organizações contemporâneas separadas geograficamente. Por sua vez, na perspectiva social, que é a especificidade deste estudo, a rede tende a aparecer como ferramenta capaz de construir novas formas de agregação de interesses e reivindicação de demandas destinadas prioritariamente a auxiliar na construção de uma sociabilidade solidária e responsável (WHITAKER, 1993; INOJOSA, 1999; MINHOTO; MARTINS, 2001; FRANCO, 2004; SCHERER-WARREN, 2005; MACHADO, 2007).

Para os autores, nessa perspectiva social o conceito de rede alcança o sentido de redes de pessoas e organizações que procuram a melhoria da qualidade de vida da população e seu desenvolvimento humano e social. Inojosa (1999) comenta que em princípio a rede é parceria, e essa parceria pode articular famílias,

Estados, organizações públicas e/ou privadas, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambas. Pode, portanto, envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais.

A rede social é constituída por entes autônomos, com objetivos específicos próprios e que passam a se articular em função de uma ideia coletiva. A autora define rede social como uma estrutura horizontal, democrática, participativa, aberta e presencial que une indivíduos e/ou organizações em torno de valores e objetivos compartilhados sem que as partes percam autonomia e identidade (INOJOSA, 1999).

Para Whitaker (1993), a definição de rede social está voltada para as redes formadas por indivíduos, ONGs, empresas e/ou equipamentos públicos, que de alguma forma se vinculam em torno de valores ou de uma causa em prol do interesse público ou da comunidade. Para o autor, a democracia, a circulação de informação, a não representação e a participação livre são fundamentais para a configuração das redes (WHITAKER, 1993).

Castells (2000) reforça essa questão dos vínculos tecidos entre diferentes atores como uma forma de agir descentralizada, flexível e globalmente contemporânea, que pode ser definida, entre outras definições, pelo estar em rede, e esse é um dos traços que marcam essa época:

Redes são instrumentos apropriados pela economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo. (CASTELLS, 2000, p.497)

Para Castells (2000), redes constituem a nova morfologia social das sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos de experiência, poder e cultura. Pode-se, portanto, com base em Castells (2000), levantar a hipótese em relação às ações dos sujeitos desta pesquisa como um fazer coletivo, condizente com o novo tecido e organização social contemporâneo.

Observam-se, segundo Machado (2007), alianças e trocas de informações e apoio entre as diferentes redes de coletivos sociais, explorando seus elementos

comuns. Atualmente se fala em redes que incluem centenas de entidades, trocam informações, formam grupos de pressão e se apóiam mutuamente.

As redes podem ser de diferentes tamanhos: de uma equipe que trabalhe em rede a uma rede de bairro ou de sala de aula, até uma rede internacional. Podem existir redes de redes, e dentro de uma rede podem se formar sub-redes, com objetivos específicos. A interligação em rede de pessoas e/ou entidades se estabelece a partir da identificação de objetivos comuns e/ou complementares, cuja realização melhor se assegurará com a formação da rede.

A ideia coletiva mencionada anteriormente por Inojosa (1999) leva a definir, em conjunto, um objetivo comum a ser alcançado com a preservação da identidade original de cada participante. Essa definição se dará no próprio processo de compartilhamento dessa ideia e na explicitação do propósito de sua existência, que vai configurando a sua atuação. É com esse tipo de rede que a sociedade tem buscado trabalhar questões sociais.

Segundo Inojosa (1999), para alcançar os objetivos comuns o tempo de permanência dos parceiros em uma rede deve estar relacionado ao tempo necessário à realização de ações nas quais a sua participação é essencial para modificar a situação e atualizar a ideia. “É isso que dá estabilidade à rede, que se manifesta na sua capacidade de manter o propósito comum e realizar os objetivos” (INOJOSA, 1999, p. 25).

Quando se propõe, numa rede, uma ação conjunta, essa ação não precisará ser necessariamente assumida por todos os seus integrantes, mas somente por aqueles que livre e autonomamente decidirem participar. Para o autor, além das motivações que levam indivíduos e instituições a integrar a rede, estão presentes interesses que modulam as condições de cooperação.

Ainda que abraçando uma ideia comum e compartilhando objetivos, a singularidade de cada parceiro far-se-á presente em todos os momentos de decisão e de ação, de forma cooperativa ou de forma competitiva, quer por recursos financeiros quer por recursos de poder.

A partir dos pressupostos dos autores supracitados faz-se aqui uma menção à questão do poder. Inojosa (1999), Castells (2000) e Machado (2007) comentam a importância do fluxo de informações em rede aliado à pressão e ao poder nele contido e que ao ser distribuído pode viabilizar as ações em rede. O poder e a busca pelo poder podem também ser o gerador de conflitos e inércia nas redes.

Inojosa (1999) sugere que para atingir propósitos comuns se deve recorrer à mobilização para a participação e ação consciente. Em relação à mobilização, entende-se que é a convocação de voluntários a um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados, o que fortalece a identidade e o objetivo comum. “A resistência do tecido das redes de compromisso social parece estar relacionado à capacidade de mobilização da ideia e à constância de seu reforço.” (INOJOSA, 1999, p. 30).

Os conceitos de rede social que foram abordados colaboram para a compreensão do funcionamento da rede, que pode interligar tanto unicamente pessoas como unicamente entidades, como pessoas e entidades. As pessoas e/ou entidades interligadas numa rede podem ser do mesmo tipo ou inteiramente heterogêneas. Tudo depende tão somente dos objetivos que a rede se propõe a alcançar.

Há uma diversidade de formas e características de redes e redes sociais, e descrever uma tipologia das redes possibilita uma melhor compreensão do seu funcionamento. É essa questão que será focada neste momento.

### **2.1.3.1. Tipologia: diversidade de formas e características de redes sociais**

Esta seção tem por objetivo contribuir com informações referentes aos tipos de redes que existem e diferenciar a rede social das demais redes. Outra contribuição que esta seção possibilita é a de situar a Rede Social Taubaté, sujeito desta pesquisa, em uma compreensão mais ampla do universo das redes.

Conforme mencionado anteriormente, saber onde os sujeitos da pesquisa se situam irá posteriormente colaborar para a compreensão dos sistemas, termo utilizado por Bronfenbrenner (1996; 2011), e como eles interferem no significado de participação, objeto desta pesquisa. Loiola e Moura (1996), Guará e Carvalho (1997), Inojosa (1999), Franco (2004) e Scherer-Warren (2005) são autores que já desenvolveram trabalhos com esse enfoque e que podem auxiliar na compreensão do objeto deste estudo.

Para as novas formas de redes de movimentos sociais, conforme define Scherer-Warren (2005), percebem-se algumas características, tais como a

articulação, a transnacionalidade, o pluralismo e a atuação nos campos culturais e políticos.

Todavia, a atuação destas redes de movimentos não se restringe à sua atuação no nível simbólico. Atuam, por um lado, tendo em vista a transformação da opinião pública, mas por outro, almejam constituir-se em força de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes contrários a estes princípios (SCHERER-WARREN, 2005, p.122).

Scherer-Warren (2005) confirmam as afirmações referentes à diversidade de articulação e demanda e sobre o pluralismo organizacional e ideológico que permeiam as redes, e Guará e Carvalho (1997) fazem uma categorização das redes a fim de esclarecer essa denominação utilizada de formas diversas:

- a) redes sociais espontâneas: se tecem a partir de vínculos informais e nas relações primárias, como família, amigos, trabalho comunidade;
- b) redes de serviços sociocomunitários: surgem entre agentes filantrópicos e organizações comunitárias, como igreja, associações de bairro, mutirões, e creches;
- c) redes setoriais públicas: consagradas pelas políticas públicas de educação, saúde, habitação;
- d) redes setoriais privadas: seguem as leis de mercado de acesso restrito, como os convênios; e
- e) redes sociais movimentalistas: surgem a partir da articulação de grupos sociais e têm caráter reivindicatório.

Essas redes são consideradas por Guará e Carvalho (1997) o cerne das demais redes, pois instituem novas demandas de justiça.

Loiola e Moura (1996) identificaram quatro tipos de redes no campo das relações interpessoais, dos movimentos sociais, do Estado e dos negócios:

- 1º redes de relações interpessoais: o foco é o indivíduo em suas interações, comunicações, trocas e ajudas mútuas e interesses compartilhados;
- 2º redes de movimentos sociais: a rede se constitui na articulação e interação entre organizações, grupos e indivíduos em suas ações reivindicatórias, mobilizadoras de recursos, aos intercâmbios de experiências e à formulação de políticas e projetos coletivos;
- 3º redes de Estado: as redes representam formas de articulação entre agências governamentais e entidades privadas e do Terceiro Setor que



contribuam com o enfrentamento de problemas sociais, e a implementação de políticas públicas; e

- 4º redes de negócios: a rede assume a forma de organização intermediária entre a empresa e o mercado. A empresa para estar presente nos moldes globalizados do mercado se espalha geograficamente sem perder sua unidade empresarial.

Conforme mencionado anteriormente por Loiola e Moura (1996) e Inojosa (1999), as redes de movimentos sociais se caracterizam como fontes de pressão, sobretudo no campo cultural e político. Constituem-se em possibilidades de participação da sociedade civil na transformação da sociedade política propriamente dita.

Quanto à diversidade das redes, Inojosa (1999) apresenta alguns tipos segundo as relações entre os parceiros. Para a autora, as redes podem ser classificadas como autônomas ou orgânicas; tuteladas; e subordinadas. Na perspectiva contemporânea a rede pode ser classificada como autônoma ou orgânica quando é constituída por integrantes autônomos, com objetivos específicos próprios, e que passam a se articular em função de uma ideia compartilhada coletivamente.

Nesse modelo de rede os integrantes são mobilizados por um ou mais deles, a partir de uma ideia-força ou ideia-mobilizadora que leve a definir, em conjunto, um objetivo comum a ser realizado pela articulação, com a preservação da identidade original de cada participante.

A permanência de cada integrante nessa rede depende do seu nível de engajamento no objetivo comum e da contribuição da articulação para a realização de seus próprios objetivos. O controle é compartilhado pelos integrantes ou localizado segundo sua escolha e, portanto, pode mudar de posição na rede. Esse tipo de rede trabalha por pactuação (INOJOSA, 1999).

Outro tipo é caracterizado como rede tutelada. Nesse modelo os integrantes têm autonomia, mas se articulam sob o amparo de uma organização que os mobiliza em função de um papel de regulação legal ou de capacidade de financiamento que, por isso, assinala o objetivo comum.

Cada componente da rede tutelada, além de considerar o custo e os possíveis benefícios da adesão, tenderá a subordinar sua permanência na rede a

essa relação. Esse tipo de rede fica, até certo ponto, dependente da persistência de propósitos do integrante, o que constitui uma relação centralizadora e seu afastamento pode dispersar a rede. Esse modelo dificulta as relações horizontais entre os componentes da rede, porém como efeito da dinâmica a horizontalidade possa vir a ocorrer no processo de articulação (INOJOSA, 1999).

A rede subordinada é constituída por integrantes que são parte de uma organização ou de um sistema específico, como, por exemplo, as redes de lojas. Nesse tipo existe uma interdependência de objetivos, como as redes de serviços públicos socioassistenciais. Esse tipo de rede independe da vontade dos componentes e o controle é único.

Quadro 01: Tipos de rede quanto à relação entre os parceiros

REDE SUBORDINADA	REDE TUTELADA	REDE AUTÔNOMA
<ul style="list-style-type: none"> <li>• os entes são parte de uma organização ou sistema;</li> <li>• existe uma interdependência de objetivos;</li> <li>• a articulação independe da vontade dos entes;</li> <li>• há apenas um <i>locus</i> de controle.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os entes têm autonomia, mas articulam-se sob o amparo de uma organização;</li> <li>• A rede fica dependente da persistência de propósitos do ente mobilizador;</li> <li>• o ente mobilizador tende a ficar como <i>locus</i> de controle.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• os entes são autônomos e articulam-se voluntariamente;</li> <li>• pressupõe uma ideia-força mobilizadora;</li> <li>• a rede é aberta e trabalha por pactuação;</li> <li>• as identidades dos parceiros são preservadas e é construída uma identidade da rede;</li> <li>• o controle é compartilhado.</li> </ul>

Fonte: INOJOSA, 1999

Outra forma de classificação das redes surge do modo como ocorre a comunicação e que influencia seu formato, ações e adesões. Para Franco (2004), a comunicação ocorre de modo distinto em três formatos de rede: centralizado, descentralizado, e distribuído.

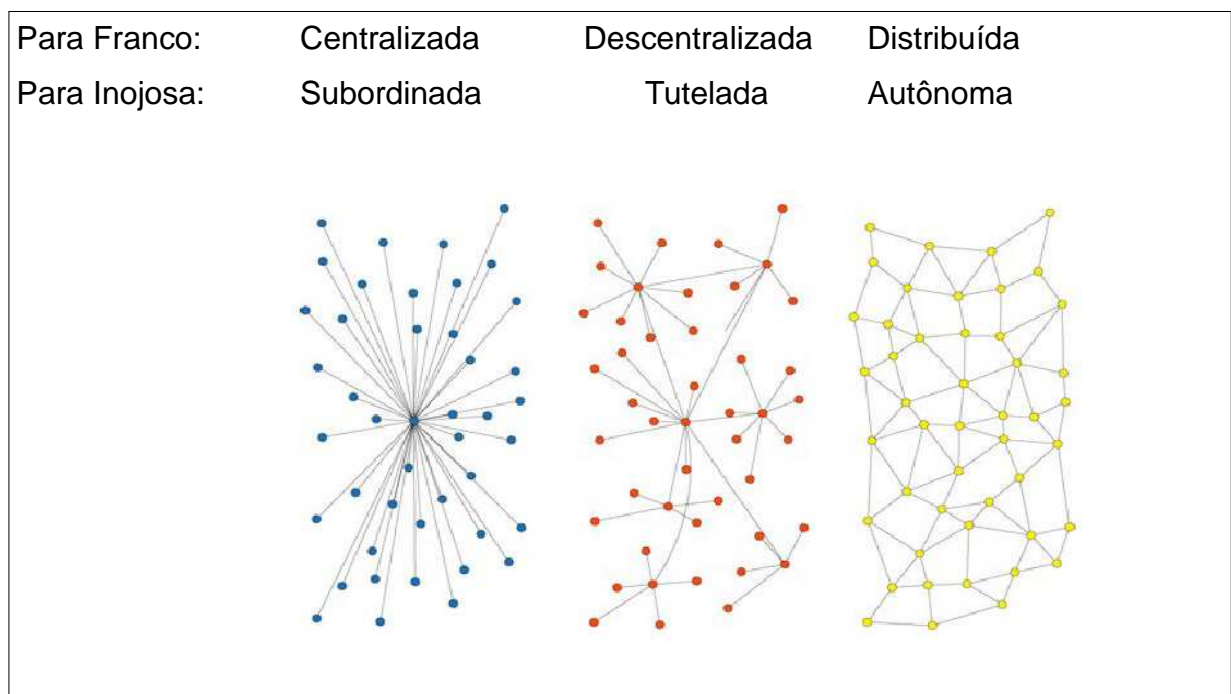
Na forma centralizada, um conjunto independente de integrantes se relaciona e se comunica com um único integrante que detém a centralidade das relações e concentra as decisões e informações. Sem esse componente as ações não se concretizam. Um exemplo dessa rede é a de equipamentos públicos.

Na forma descentralizada, as informações seguem para grupos que não se comunicam e não se relacionam entre si, mas com um único integrante de cada grupo em questão, que também centraliza a intermediação com os demais componentes de seu próprio grupo. Essa rede pode ser exemplificada por várias redes existentes no setor privado e por formas de organização interna de entidades do Terceiro Setor.

A rede distribuída possui uma comunicação e uma relação horizontal entre seus integrantes, estabelecendo a intercomunicação. Cada integrante se relaciona e se comunica com os demais, que estão ao seu redor, e participa de um tecido social. A forma de se organizar e de agir em rede distribuída possibilita um fluxo livre de informações e conseqüentemente transparência e distribuição de poder.

A análise do modelo de Franco (2004) aponta que cada integrante (ponto) está situado no mesmo local. O que muda são as relações (linhas) estabelecidas. As redes sociais se apresentam, portanto, mais como uma forma relacional de atuação em conjunto, distribuído e autônomo do que estar física e espacialmente presente.

Figura 04: Comparação dos tipos de redes quanto à relação entre os parceiros



Fonte: Adaptada pela autora a partir da tipologia de redes de Inojosa (1999) e Franco (2004)

Em relação à horizontalidade das redes, Dowbor (1998) comenta que atualmente busca-se cada vez mais articular diretamente os próprios atores das

redes sociais comunitárias, visando além de superar as dificuldades, elevar a produtividade social e a qualidade de vida. Para o autor, o essencial é constatar que está se generalizando no mundo uma forma de rearticulação da sociedade, e que a gestão do desenvolvimento não se faz mais apenas com as duas pirâmides tradicionais de poder: as empresas privadas e a máquina do Estado. Há uma evolução clara para um sistema mais horizontal e mais interativo do conjunto do tecido social, as redes sociais (DOWBOR, 1998).

Essas redes, citadas por Dowbor (1998) e por Martinho (2002), são similares às redes autônomas supracitadas por Inojosa (1999) e Franco (2004). Para Martinho (2002), elas não têm uma estrutura central de poder: cada ponto que a forma é um centro em potencial. A ausência de subordinação, hierarquia e chefes, e a presença da horizontalidade são características fundamentais das redes sociais comunitárias.

A horizontalidade que se coloca como exigência para a rede social, na visão de Whitaker (2003), não precisa ser total; pode haver um grau de organização e/ou distribuição de funções. Para o autor, em uma rede todos são iguais; têm a mesma iniciativa; são sujeitos da ação corresponsáveis pela ação da rede, mas pode existir distribuição de funções (WHITAKER, 2003).

A visão dos autores retrata a postura referente à horizontalidade adotada pela Rede Social Taubaté segundo seus integrantes, mas se pode dizer que o limiar entre o que pode ou não ser considerada uma relação horizontal é tênue e pode depender de uma avaliação empírica. Para melhor entendimento, essa questão será retomada no capítulo referente à análise dos dados.

Neste estudo adotou-se a visão de participação possibilitada pela atuação profissional do psicólogo, por isso esclarece-se que a escolha se deve ao fato de o profissional da instituição proponente do sistema S ser psicólogo social comunitário e utilizar essa base teórica para a sua atuação.

A psicologia social comunitária é uma área que também busca contribuir com o desenvolvimento humano e social pelo fomento à participação no processo de emancipação e autonomia que, neste caso, possui como cenário as redes sociais comunitárias.

## 2.2. PARTICIPAÇÃO E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Neste capítulo, esta parte da revisão de literatura, tem o objetivo de embasar as discussões referentes à participação e o seu significado para os integrantes da Rede Social Taubaté. A psicologia na área social, especificamente comunitária, possibilita o embasamento da atuação com foco na autonomia, a partir de intervenções em grupos com objetivos comuns e na mediação de conflitos provenientes de interesses diversos.

Na Rede Social Taubaté essa forma de atuação ocorre pela similaridade do fomento à autonomia e ao desenvolvimento por meio da participação proposta pela psicologia social comunitária e pelo Programa de Desenvolvimento Social da Instituição proponente.

Outro fator relevante é que a psicologia social comunitária reconhece as influências ambientais no desenvolvimento humano e social, portanto aponta-se nesse fator uma possibilidade de confluência com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Essa Teoria mostra as ocorrências e influências do ambiente no desenvolvimento humano, e neste estudo, em capítulo posterior, servirá como base para análise das influências ambientais no significado da participação para o grupo objeto de estudo.

Inicia-se com alguns conceitos de participação encontrados na literatura especializada. Os modelos de participação também foram contemplados (SOUZA, 1991; PERUZZO, 1995; BORDENAVE, 2002; GANDIN, 2002; MUÑOZ, 2004; GOHN, 2008; entre outros). Aborda-se, a seguir, o contexto da psicologia social comunitária desde suas raízes históricas e as diferenças no objeto de estudo da psicologia social, comunitária e social comunitária, até o campo de atuação atual.

Neste estudo, considera-se a psicologia social comunitária como uma área do conhecimento comprometida com o desenvolvimento e a autonomia pelo incentivo à participação (VASCONCELOS, 1985; FREITAS, 1996; MERISSE, 1998; GUARESCHI, 2001, 2010; LANE, 2001, 2010; AZEVÊDO, 2009; SAWAIA, 2010; CAMPOS, 2010).

O conhecimento do contexto histórico da psicologia social comunitária tem como importância localizar o olhar que norteia a prática do profissional na mediação

da Rede Social Taubaté, uma vez que existe a possibilidade de objetivação profissional nesse cenário.

As redes sociais formam um ambiente de enorme diversidade, por isso suas práticas e saberes interdisciplinares serão abordados tanto na atuação profissional como no próprio grupo (JAPIASSU, 1976; CODO, 2001; SILVA, 2004; FAZENDA, 2005; YAMAMOTO, 2005; FAZENDA *et al*, 2009; entre outros).

Por fim, neste capítulo pontua-se a participação e a distribuição de poder, que neste estudo tem como hipótese que a distribuição de poder também ocorre pela participação nas redes sociais (FOUCAULT, 1979; PERUZZO, 1995; VALLA, 1998; DEMO, 2001; GANDIN, 2002; MUÑOZ, 2004; GOHN, 2008; CAMPOS, 2010; entre outros). Essa literatura também irá contribuir para a discussão da presença de um proponente, relembrando a tipologia das redes sociais do capítulo anterior.

### **2.2.1. A Participação e suas Vertentes**

Buscaram-se, na literatura especializada, os conceitos referentes à participação para poder ter condições de compreender a representação de participação dos sujeitos desta pesquisa. Percebeu-se que a participação é um processo social que existe independente da interferência provocada por um ou outro agente externo.

A participação é comum a todo ser humano. Souza (1991) comenta que é “o próprio processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais, nos quais ele próprio está situado.” (SOUZA, 1991, p. 81). Pode-se inferir que é inerente ao homem. Ela supõe a criação do homem para o enfrentamento dos desafios sociais e é requisito de realização do próprio ser humano.

Em relação ao ser humano, e presente nas questões relacionadas à participação, está o compartilhamento e a afetividade. Quanto a essa afetividade, Bordenave (2002) cita que a participação tem uma base afetiva e uma base instrumental que se complementam. A base afetiva é proveniente do prazer que se tem em fazer coisas com outros. A base instrumental, por sua vez, mostra que participar, fazer coisas com os outros, é mais eficaz e eficiente que fazê-las

sozinhos. O prazer na relação com o outro agrega as pessoas e fortalece o sentimento de pertença que é facilmente encontrado quando existe qualquer tipo de participação.

Em relação ao compartilhamento, pontua-se que a participação passa pelo objetivo comum e se o objetivo excluir alguém esse alguém não vai se comprometer e participar. Muñoz (2004), por sua vez, comenta que a confiança, o comprometimento e a competência para participar devem ser adquiridos gradativamente, com a prática. A participação não consegue ser ensinada e aprendida como abstração, e ao defini-la o autor cita que é composta por *Pars*, raiz latina que significa parte; e *ceps*, que significa o que toma: o que toma parte, o que compartilha.

Como resultado de seus estudos sobre participação, Muñoz (2004), elenca alguns significados: fazer parte de alguma coisa; organizar-se com outros para ser responsável conjuntamente; sentir-se soberano; é algo político, um jogo democrático; é um meio que contribui para a tomada de consciência da realidade; é ser protagonista e solidário; mudança a partir do compartilhamento; envio de mensagem e acompanhamento com ação; entre outros. Para o autor a participação deve ser cidadã e sinônimo de partilha das decisões que afetam a própria vida do indivíduo e do local.

Bordenave (2002) concorda com Muñoz no que tange à epistemologia da participação. Daí, participar é: 1º fazer parte; 2º tomar parte; e 3º ter parte. Essas três formas de entender o participar abrem caminhos para pensar as várias maneiras de participação de sujeitos em grupos e movimentos sociais, pois apontam para a qualidade ou nível de envolvimento na participação.

Demo (2001) também discute e aprofunda o tema da participação, entendida como um processo de conquistas e autopromoção, que precisa ser forjada cotidianamente, refeita e recriada. Lima (1983) contribui com o avanço dessa discussão ao preocupar-se com a dinâmica da relação de participação. Para ele, o indivíduo não deve ser entendido simplesmente como objeto; deve ser visto como sujeito de ação e não apenas como sujeito de reprodução do sistema.

Outra concepção importante referente à participação é apresentada por Sposati (1982), ao considerar que o significado primeiro da participação pode ser estar presente e não necessariamente ter consciência política. A autora critica as formas de trabalhar a participação como abstração, a partir de categorias a-

históricas, pensadas de forma estática e reificada, que ignoram o processo histórico dos homens. Sposati (1982) parte da análise das forças que mobilizam o homem a se colocar em movimento e desenvolve uma formulação da participação como o colocar-se em movimento.

O princípio da participação social no processo de tomada de decisão está inserido nos debates internacionais como um mecanismo capaz de dar legitimidade às decisões tomadas. Como afirma Sayago (2000), não se trata de um princípio novo, mas de uma nova leitura de experiências anteriores.

O conceito de participação teria sido usado pela primeira vez na década de 1960, como atributo de processos decisórios. A participação era entendida como o elo entre o indivíduo e a sociedade, na mesma época em que a descentralização era apresentada como a ferramenta que agilizaria a participação de baixo para cima.

A participação na área das ciências sociais é algo encontrado como noção, categoria ou conceito desde o início de seu desenvolvimento na América Latina. Isso ocorre por se tratar de uma formulação clássica na teoria da ação social entre os pesquisadores latinos até os anos de 1960 (GOHN, 2006).

Na década de 1970 a participação voltou a ser utilizada no sentido de participação da sociedade civil nos processos decisórios. Na literatura brasileira destacam-se estudos que discutem o papel da participação da sociedade civil e nas políticas sociais, que trabalham com a categoria da participação enquanto uma questão nas relações sociais vigentes, como uma participação política no processo de construção democrática do Estado e seus aparelhos. A partir de 1980, porém, a participação tornou-se um jargão popular, apropriado por discursos diversos que se apresentavam como sinônimos de descentralização (GOHN, 2006).

Atualmente se vê, com frequência, o uso indiscriminado do conceito de abordagem participativa nos discursos governamentais, de ONGs e de agências internacionais de desenvolvimento. Na maioria desses casos, a participação é vista como uma tábua de salvação, ao permitir a criação de novos canais e mecanismos de relação entre a sociedade civil e a esfera pública.

Numa visão mais ampla, a participação social pode ser considerada um “processo de redefinição entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder em favor dos sujeitos sociais que geralmente não tem acesso” (JACOBI, 2002, p. 447). A partir do momento em que se permite a criação de novos



canais de participação, visando à tomada de decisões e a gestão local, a própria comunidade passa a ser protagonista de seu bem-estar.

O poder público se torna cada vez mais flexível à participação de novos agentes nas decisões e isso se deve, entre outros fatores, ao crescimento das ONGs. Em escala mundial, organizações envolvidas com a área de desenvolvimento passaram a incluir a participação social como parte fundamental de seus processos.

Em decorrência disso, na década de 1980, os organismos internacionais de financiamento reforçaram o incentivo à participação comunitária como o meio de alcance do desenvolvimento socioeconômico, porém “numa visão transformadora da sociedade que disfarça relações de poder” (SAYAGO, 2000, p.47).

Tais organismos incentivam os países em desenvolvimento a implementarem a participação que, em muitas ocasiões, funciona como substituição de responsabilidades. Expressões como *stakeholders*, atores envolvidos, e *empowerment*, empoderamento, passaram a ser utilizadas com grande frequência a partir da década de 1990.

Apesar do discurso de participação e empoderamento, os organismos internacionais não deixaram de influenciar, controlar e padronizar as decisões. A interferência de agentes externos na orientação das ações coletivas locais é evidente, transformando a chamada participação em estratégia de dominação, e não como caminho ao exercício pleno da cidadania.

Ao observar o fenômeno da participação numa escala global, e até certo ponto contraditória à visão neoliberal, percebe-se que a participação possui uma significância especial na história da sociedade e na evolução da democracia. Os movimentos democráticos provocaram mudanças no mundo subdesenvolvido, e em desenvolvimento, a partir da percepção da importância da participação de todos os setores da sociedade no processo de construção de nações socialmente mais justas.

As diversas ONGs espalhadas pelo mundo também se manifestaram em favor da causa da participação, considerando-a como uma condição *sine qua non* ao desenvolvimento sustentável, porém a participação organizada, em conjunto, com objetivos comuns e voltada à questão social, que é o foco deste estudo, ocorre “à medida que as próprias contradições sociais desafiam o homem como ser criador e

este toma consciência da sua realidade social e assume posições de desafio e enfrentamento” (SOUZA, 1991, p. 82).

É nessa perspectiva de tomada de consciência, que possibilita um movimento em direção à autonomia e ao desenvolvimento humano e social, que está focada a participação neste estudo. Discute-se, portanto, um sentido que é o de participação social como um processo de vivência que promove o protagonismo e leva à transformação social.

Gohn (2008) diz que os indivíduos adquirem autonomia quando constroem um campo ético e político de respeito ao outro. Comenta que a autonomia se obtém quando se “adquire a capacidade de ser sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria” (GOHN, 2008, p. 33).

Para participar existe uma diversidade de formas e níveis. Em relação à diversidade de formas, Peruzzo (1995) cita a participação não participante, a controlada, e a participação poder:

- participação não participante: para o autor, a não participação ativa também é uma forma de participar, pois ao ser passivo diante da situação o indivíduo consente e delega poder a outra;
- participação controlada: ocorre muitas vezes oriunda de pressões sociais. É conquistada pelos grupos ou oferecida pelos detentores do poder de uma maneira vertical, de cima para baixo. Essa participação se divide em dois tipos:
  - a) limitada: é aquela oferecida somente até o limite que as instâncias detentoras do poder permitem; até ao ponto que não ameace as estruturas de poder vigente; e
  - b) manipulada: geralmente visa adaptar as demandas da comunidade aos interesses de quem possui o poder, aparentemente autoritário, mas que se apresenta como democrático.
- participação-poder: não é passiva e se divide em dois tipos:
  - a) cogestão: busca cogерir ou coparticipar da gestão de algo, como uma associação, instituição, poder público ou empresa, e apesar de ainda possuir limites no acesso ao poder garante uma participação forte ao grupo; e

b) autogestão: considerada a mais avançada forma de participação, tem como foco a participação direta da população na tomada de decisão. Caracteriza-se pela autonomia.

Gandin (2002) traz uma reflexão semelhante quando relata os níveis de participação. Para Gandin (2002) existem três níveis ditos participativos: colaboração, decisão e construção em conjunto.

- A colaboração ainda não é efetivamente a participação. É a resposta à chamada da autoridade, está ligada às ideias de senhor-súdito e é meramente consultiva.
- A decisão incentiva as formas de expressão de ideias, porém, em geral, são decididos aspectos menores, desconectados da proposta mais ampla, sem afetar o que realmente importa.
- A construção em conjunto é o nível de participação esperado na qual a grande questão está na efetiva partilha do poder. No ambiente das redes sociais comunitárias a distribuição do poder ocorre por meio da participação para a realização do objetivo comum.

Em relação à participação social para o desenvolvimento local deve-se ficar alerta quanto à relação de dominação que sutilmente se estabelece. O processo de dominação, segundo Souza (1991), se esconde na imagem da compreensão e benevolência para com as preocupações e necessidades das camadas populares.

Essa dominação ocorre por intermédio de vários instrumentos, entre os quais as diversas formas de educação institucionalmente criadas. Com elas se pode trabalhar a aceitação das pessoas assumindo entre várias formas e terminologias a de participação social. “Esse processo equivocado ao qual se dá o nome de participação pode ser identificado, sobretudo, no exame de suas práticas” (SOUZA, 1991, p.81).

Para a autora, atualmente a participação tornou-se linguagem comum entre os grupos em que existem interesses e preocupações contraditórias e antagônicas. Muitas práticas e discursos intitulados de participação para Souza (1991) são processos de dominação e, por conseguinte, processo de contra participação.

De acordo com Souza (1991), “assumir a perspectiva da participação exige, antes de qualquer outra atitude, que se examine: participação por quê? Em função de quem? O que é mesmo participação?” (SOUZA, 1991, p. 81)

A participação no processo de desenvolvimento humano e social e a tomada de consciência que possibilita essa participação é uma das concepções da psicologia social comunitária. Para compreender o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté o foco deste estudo é, a partir deste momento, o conhecimento dessa área do saber que fomenta a participação.

### **2.2.2. A Psicologia Social Comunitária**

Uma boa maneira de se conhecer o exame crítico do papel do psicólogo comunitário consiste em voltar às raízes históricas da própria psicologia, portanto será descrito, agora, o contexto do surgimento da psicologia social comunitária no Brasil.

Falar de Psicologia Comunitária no Brasil, segundo Freitas (1996), é falar da recente história política nacional. Para compreender o processo de surgimento dessa prática é preciso entender os aspectos do processo histórico pertinente a ela que podem explicar como a profissão de psicólogo foi sendo construída.

Pensar o tipo de atuação da psicologia na comunidade exige-se que se identifiquem as demandas que esse campo tem apresentado, bem como as perspectivas teóricas e metodológicas que têm permeado o desenvolvimento de tais trabalhos. A Psicologia Social, segundo Merisse (1998), surgiu como uma crítica à psicologia que não leva em consideração a influência do ambiente no indivíduo, ou melhor, os resultados dessa interação.

Em uma retrospectiva iniciada desde as décadas de 1940/50, Freitas (1996) relata a inserção do profissional de psicologia nos trabalhos em comunidade. Nessa época o Brasil passava por mudanças no modelo produtivo, o que tornava necessária a preparação de uma nova mão de obra, adequada às demandas do sistema fabril e ao lema do então presidente da república, Juscelino Kubitschek, de crescer cinquenta anos em cinco.

Nesse contexto criam-se vários projetos na área educacional e na assistencial e os profissionais das ciências humanas e sociais ocupavam, nos projetos, funções estratégicas destinadas à prestação de serviços básicos à população, quase todos com fortes elementos assistencialistas e paternalistas.

Na década de 1960, prossegue Freitas (1996), o Brasil e vários países da América Latina mantinham confrontos entre o Estado, as forças capitalistas, as necessidades básicas da população e sua participação nas discussões políticas e sociais.

Nas cidades acentuaram-se as greves e o aumento do desemprego, da inflação e do custo de vida; no meio rural os trabalhadores se uniram em torno de reivindicações de necessidades básicas; e na área educacional aconteceram tentativas de significativas transformações buscando o desenvolvimento de uma consciência crítica na população.

O tempo de vida desses trabalhos foi muito curto, em razão do golpe militar de 1964 e do controle repressivo do Estado para impedir o fortalecimento da crença da população em si mesma, enquanto agente do processo social e político, com autonomia.

No mundo eclodiram diversas manifestações sociais, econômicas e trabalhistas. No Brasil, ao lado dos polos industriais e dos centros de riqueza próximos dos locais onde as pessoas podiam trabalhar, surgiram bairros, vilas, aglomerações de casas e casebres erguidos de maneira desorganizada em terrenos os mais inóspitos e inseguros. É nesse contexto de acontecimentos políticos e econômicos que em 27 de agosto de 1962 se deu o reconhecimento oficial da profissão de psicólogo no País (CFP, 2012).

Tradicionalmente, a psicologia no Brasil se estruturou com a prática nos consultórios, nas organizações e nos ambientes educacionais. Segundo Lane (2001), em alguns locais a inserção do psicólogo se deu com o objetivo de tornar a psicologia uma área mais próxima da população e mais comprometida com as atividades dos setores menos privilegiados. Essa prática profissional foi ganhando uma significação política de mobilização e transformação social.

O termo 'psicologia na comunidade' começou a ser utilizado e foram desenvolvidos trabalhos nessa área por algumas universidades brasileiras, entre elas a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e no início da

década de 1970 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, e PUC-RS e UFRGS de Porto Alegre (ANDERY, 2001).

Lane (2001) comenta que apesar de o psicólogo naquele momento trabalhar de maneira voluntária e não remunerada, tinha convicção de seu papel político e social junto à população.

Os referenciais teóricos e metodológicos da sociologia, antropologia, história, educação popular e serviço social foram empregados pelos psicólogos em seus trabalhos na comunidade, juntamente com os demais profissionais das áreas de humanas/social, caracterizando também sementes interdisciplinares. Esse era o momento político e histórico em que esses trabalhos se configuraram socialmente como necessários e, ao mesmo tempo, havia poucos psicólogos com disponibilidade e envolvimento para participar dessas práticas.

Nos anos de 1970 o País ainda era governado por militares, porém, segundo Freitas (1996), a população criava e lutava por canais de reivindicação sob a forma de associações de bairros, entidades de defesa do cidadão, movimentos de grupos de educação popular, de pastorais religiosas, dos operários, dos menores, das mulheres e contra a carestia e o alto custo de vida. Vários profissionais liberais incorporaram-se aos setores populares, contribuindo com o movimento, diretamente envolvidos ou na função de pensadores sobre temas importantes à população.

Os profissionais da psicologia foram saindo dos consultórios, empresas, e escolas e marcando novos espaços, indo para os bairros populares, para as favelas, para as associações de bairros, e para as comunidades eclesiais de base, entre outros. Segundo Vasconcelos (1985), as atividades desenvolvidas tinham características diversas, desde a promoção de reuniões e discussões relacionadas às necessidades vividas pela população até a participação conjunta em mobilizações contra as precárias condições de existência.

No início da década de 1980, retomando Freitas (1996), o País vivenciava um clima de expectativa com a abertura democrática. A discussão e a divulgação dos trabalhos desenvolvidos em comunidade receberam mais atenção, e na relevância desses trabalhos está o fato de eles explicitarem uma prática da psicologia social, anunciando seu compromisso político.

Criam-se também, espaços para repensar os aspectos não remunerados e voluntários, assim como a metodologia referente à prática do psicólogo em comunidades. Surge a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em

julho de 1980, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Segundo Lane (2001), a ABRAPSO foi um marco importante para a construção de uma psicologia social crítica, histórica e comprometida com a realidade concreta da população. Em cada região do País foram criados núcleos e regionais da ABRAPSO.

No início dos anos 1990, de acordo com Freitas (1996), expandiu-se o trabalho do psicólogo junto aos diversos setores e segmentos da população e a denominação de psicologia comunitária se tornou mais frequente. O psicólogo passou a ocupar um espaço profissional dentro de algumas instituições geralmente públicas. Nesse período também se encontra uma diversidade teórica, epistemológica e metodológica no desenvolvimento dos trabalhos em comunidade pelos psicólogos.

Na década seguinte, confirmando e validando essa atuação profissional, a Resolução 05/2003 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em seu art.3º, define a especialidade Psicologia Social:

Atua fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social. O psicólogo, nesse campo, desenvolve atividades em diferentes espaços institucionais e comunitários, no âmbito da saúde, educação, trabalho, lazer, meio ambiente, comunicação social, justiça, segurança e assistência social. Seu trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social e/ou definição de políticas públicas. Realiza estudo, pesquisa e supervisão sobre temas pertinentes à relação do indivíduo com a sociedade, com o intuito de promover a problematização e a construção de proposições que qualifiquem o trabalho e a formação no campo da Psicologia Social. (CFP, 2003)

Na especialização em psicologia social abrem-se duas vertentes: a psicologia comunitária e a psicologia social comunitária. Para a contribuição com a construção de referenciais foram pontuadas suas diferenças frente à identificação do objeto de estudo, a fim de compreender as especificidades dessas áreas de atuação.

Essa compreensão reforça a opção pela psicologia social comunitária, ótica adotada neste estudo. Azevêdo (2009), em seu estudo bibliográfico dos objetos de estudo das três áreas supracitadas, comenta que a psicologia social possui como

foco a investigação das relações interpessoais e a produção de formas de pensamentos e comportamentos em um determinado ambiente.

A psicologia comunitária, por sua vez, tem como objetivo promover mudanças em um contexto diante da participação dos indivíduos. Nessa perspectiva, a comunidade representa um ambiente destinado à interação entre os indivíduos e suas formações grupais. A psicologia comunitária considera a constituição dos grupos a partir de um sistema de relações que podem ser modificadas diante das transformações sociais e da participação de novos integrantes.

Nessa perspectiva, o psicólogo comunitário identifica as demandas sociais e utiliza estratégias de intervenções para facilitar o diálogo com a comunidade. Segundo Lane (2010) e Sawaia (2010) essa perspectiva possibilita desenvolver nos indivíduos uma atitude crítica em relação aos problemas sociais e a autonomia do grupo. O psicólogo pode atuar na condição de facilitador, apresentando as temáticas para discussão, promovendo a reflexão em relação aos interesses e necessidades da comunidade.

Quanto à psicologia social comunitária, Azevêdo (2009) comenta que ela utiliza uma visão crítica acerca dos problemas sociais. Foi criada numa perspectiva de integrar as concepções teóricas da psicologia social, enfatizando a importância das práticas sociais com a intervenção da psicologia comunitária. Essa intervenção pode ocorrer em vários ambientes institucionais. A psicologia social comunitária fomenta a transformação social pelo compromisso ético e político, além de promover a participação coletiva crítica. Para Campos (2010),

a busca do desenvolvimento da consciência crítica, da ética da solidariedade e de práticas cooperativas ou mesmo autogestionárias, a partir da análise dos problemas cotidianos da comunidade, marca a produção teórica e prática da psicologia social comunitária (CAMPOS, 2010, p.10)

Atualmente os profissionais e pesquisadores da psicologia social comunitária também buscam contribuir para a construção de relações democráticas e solidárias nas comunidades em que atuam. As inserções dos profissionais das ciências sociais e humanas em funções e cargos direcionados à prestação de serviços à população ampliaram-se na última década, bem como o reconhecimento da profissão de psicólogo comunitário nos setores populares e no fomento da participação dos



indivíduos nos grupos, para os processos de autonomia e desenvolvimento humano e social.

### **2.2.3. O Psicólogo Social Comunitário, a Comunidade, e a Participação**

A psicologia social comunitária, que enfatiza a participação como vetor de desenvolvimento humano e de autonomia grupal, compreende o homem como sócio-historicamente construído e ao mesmo tempo construtor das concepções de si, dos outros e do contexto social. Por isso, apresenta diferenças significativas, adota a base teórica da psicologia social comunitária que privilegia o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica.

Trata-se de um campo que emerge de uma psicologia preocupada com a cidadania. Segundo Vasconcelos (1985), ela estaria comprometida com os processos e movimentos que reivindicam direitos civis, políticos e sociais a todos os indivíduos, para que sejam tratados em condições de igualdade perante a lei e o Estado.

Os trabalhos da psicologia comunitária, com métodos e processos de conscientização, procuram trabalhar com os grupos populares para que eles assumam progressivamente “seu papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados” (CAMPOS, 2010, p.10).

Em relação ao psicólogo comunitário, por sua vez, encontra-se na literatura que entre seus objetivos está “favorecer a 'tomada de consciência' (expressão fundamental da psicologia comunitária) da exploração e da alienação e a organização da população em movimentos de resistência e de reivindicação.” (SAWAIA, 2010, p.46).

Quanto à alienação, Lane (2001, p.42) afirma que “se caracteriza, ontologicamente, pela atribuição de ‘naturalidade’ aos fatos sociais.” Isso se caracteriza como uma inversão do humano, do social e do histórico. A ausência de reflexão nas ações e as contradições sociais se evidenciam por uma resposta pronta, já elaborada pelo grupo, tida como verdadeira, mantendo a alienação em relação ao que se é como pessoa e ao que se é socialmente.

A psicologia comunitária, a fim de promover a consciência e minimizar a alienação, busca a participação reflexiva do grupo na definição das prioridades de atuação, planejamento, execução e avaliação das atividades: é a participação comunitária efetiva.

[...] a psicologia comunitária é uma área da psicologia social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. Seu objetivo é a transformação do indivíduo em sujeito. (GÓIS, 1993, p.11)

Em relação à comunidade, o foco está no campo de atuação do psicólogo social comunitário. Sawaia (2010) diz que estudos referentes à comunidade devem retornar à sua gênese para “recuperar seu substrato ético-simbólico, como categoria de integração e também de autonomia” (SAWAIA, 2010, p.47). O autor complementa dizendo que a comunidade no escopo da psicologia comunitária é entendida como unidade consensual, sujeito único, lugar de gerenciamento de conflito e de mudança de atitudes.

Para Guareschi (2010, p.95) “a comunidade é uma associação que se dá na linha do ser, isto é, por uma participação profunda dos membros no grupo”. Nesse lugar são colocados em comum a própria vida, o conhecimento mútuo, a amizade, os sentimentos. Na comunidade, os integrantes têm voz e vez exercitando sua vocação de animal político social.

Levanta-se a questão de que uma sociedade só será democrática se houver, em sua base, uma rede de comunidades, onde os cidadãos exercitam seus direitos de participação e são respeitados como pessoas. É nesse nível básico que acontece a vida e a vivência democrática. Para Guareschi (2010, p.95) “os seres humanos participam, pois da comunidade não pelo que tem, mas pelo que são”.

De acordo com Gohn (2008), nos anos de 1970, no campo popular, a noção de comunidade era, no Brasil, uma ideia chave que atuou como princípio político organizativo das camadas populares na luta por seus direitos sociais e econômicos. A comunidade representava a unidade básica para a organização do povo. Desenvolver a comunidade significava lutar pela igualdade de direitos sociais e pelo acesso aos serviços sociais. “A força social do povo advinha da comunidade organizada” (GOHN, 2008, p.52).

Segundo Gohn (2008), os anos de 1980 foram o ápice da visão da comunidade como base de forças sociais organizadas. A partir desse período e decorrente de várias mudanças nas conjunturas sociais, econômicas e políticas, nacional e internacional surgiu outro significado para comunidade. “Trata-se de um campo multifacetado, constitutivo de uma esfera pública em que articulam diferentes atores sociais que desenvolvem programas sociais criando redes societárias e um novo tipo de associativismo civil comunitário”. (GOHN, 2008, p.53).

Esse contexto foi abordado em detalhe no item 2.2. Terceiro Setor e Responsabilidade Social, do capítulo anterior, porém o termo comunidade retomou o sentido de um grupo de pessoas que ocupam um espaço comum, onde essas pessoas interagem em seus diversos papéis, institucionais ou não, e criam laços de identidade a partir dessa interação.

A psicologia social comunitária evidencia-se, então, como contribuinte na produção de conhecimento dessa temática. “A comunidade, é aqui, essencialmente, um sistema de interação social e a psicologia social é o campo de produção dos significados desta corrente.” (GOHN, 2008, p.54).

Para Vasconcelos (1985), a psicologia social comunitária, embasada na compreensão supracitada de comunidade, busca empreender práticas conforme as que seguem: a abordagem é interdisciplinar; o trabalho é feito em equipes multiprofissionais, a ênfase está nas pessoas enquanto seres sociais; e o conteúdo psicológico tem conotações também institucionais, sociais, culturais e políticas. É uma abordagem articulada a uma visão totalizante do social e busca a explicitação de um compromisso político e social.

Segundo Martín-Baró (1996), há várias perspectivas relativas à intervenção social conforme os referenciais teóricos de quem as formula, no entanto a intervenção é entendida consensualmente como um processo intencional de interferência ou influência que tem como objetivo provocar uma mudança. Para o autor, o resultado imediato da intervenção social é a mudança social e em última instância a mudança individual.

Por isso, parece pertinente estabelecer aqui o conceito de participação na intervenção comunitária, que assume uma esfera de ação específica ao realçar a importância do papel ativo dos sujeitos, que no caso deste estudo ocorre em rede. Como essa participação ativa vem permeada de diversidade de saberes e de comportamentos faz-se necessário um saber e um agir interdisciplinar na

intervenção comunitária, na atuação do psicólogo comunitário e na participação em rede.

#### **2.2.4. Psicologia Social Comunitária, Participação e Interdisciplinaridade**

No trabalho do psicólogo, segundo Codo (2001), encontra-se um conjunto de especificidades que permitem diferenciar a sua prática de outras práticas profissionais. Embora a multidisciplinaridade seja uma característica indispensável e muito peculiar da psicologia comunitária, a própria prática do trabalho comunitário tende a enfraquecer ou mesmo a desintegrar as fronteiras entre várias práticas profissionais envolvidas no trabalho social comum.

Nesse contexto, a psicologia não precisa e com frequência não deve ser ou se portar como especialista de um saber característico, visto que se sobrepõe ao que é específico à profissão, a um compromisso mais profundo e mais geral de natureza político-social. Assim, como foi visto anteriormente, presencia-se a proposta interdisciplinar nos trabalhos da psicologia comunitária e das práticas sociais.

Para melhor compreensão cita-se o pressuposto de Japiassu (1976), para quem a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto.

Compreender especificidades, interfaces, interlocuções, interações e articulações entre áreas do saber caracterizam a interdisciplinaridade. Na ação participativa, a interdisciplinaridade pode, nas trocas com o meio e nas relações com outros profissionais, possibilitar a quebra e construção de novos valores e mecanismos de atuação.

Esse processo pode se configurar num contexto de formação interdisciplinar, para Fazenda (2005), quando possibilita a construção do ser humano, trazendo seu significado, sua emoção e sentido para a construção da ação profissional. Para Fazenda *et al.* (2009), a interdisciplinaridade:

é um movimento que se aprende praticando, vivendo, não se ensina; portanto exige-se um novo posicionamento diante da prática educacional e da vida, pois a interdisciplinaridade é o motor de transformação, de mudança social, em que a comunicação, o diálogo e a parceria são fundamentais para que ela ocorra (FAZENDA, 2009, p.47).

Destaca-se que desenvolver cumplicidade, confiabilidade, e desvelamento, entre outras características, segundo a abordagem fenomenológica de Fazenda (2005), compõe a construção interdisciplinar. Seu grande desafio é a constante reelaboração do conhecimento. Para o autor, é importante que cada profissional retrate sua singularidade no tocante à marca individual imbuída em cada construção da ação interdisciplinar na busca de significação e sentido.

Para pontuar a importância de situar o papel do psicólogo comunitário e de cada um dos atores no espaço coletivo, Yamamoto (2005, p.66) espera “que a grande comunidade estruture-se como *sujeito coletivo*, em seu espaço coletivo”, e complementa com a noção de sujeito coletivo citado por Silva (2004):

Um sujeito coletivo é um grupo de pessoas que possui uma identidade comum, um juízo comum sobre a realidade e reconhece-se participante do mesmo 'nós-ético', ou seja, percebe-se fazendo parte de uma mesma realidade comportamental, que é, por assim dizer, extensão de suas próprias pessoas. O grupo procura viver em comun-unidade, não necessariamente sob a mesma determinação geográfica. O que o unifica é principalmente, o juízo comum sobre a realidade. A existência de sujeitos coletivos nas instituições é o que as sustenta e as conduz numa ou noutra direção. (SILVA, 2004, p.66)

O autor prossegue com a noção do sujeito coletivo:

[...] se quiserem atuar eficazmente, devem voltar suas energias para a constituição de autênticos sujeitos coletivos com capacidade de incidência política sobre a realidade. Estarão aptos a redimensionar, assim, o coletivo, [...], criando novas realidades mais humanas e mais dignas, que apresentem condições de maior persistência temporal, não oscilando a cada mudança da cúpula dirigente dos sistemas. (SILVA, 2004, p.66)

No pensamento de Yamamoto (2005) sobre participação, o envolvimento da comunidade na gestão participativa necessita não apenas ser estimulado, mas também aprendido. A autora traz a questão da *expertise* como o acervo de conhecimento acumulado; o resultado da experiência na realização de um trabalho; e comenta ainda que considerar a *expertise* é valorizar o que os integrantes do grupo sabem fazer de melhor (YAMAMOTO, 2005).

A interdisciplinaridade é ação contínua no ambiente comunitário e nas atuações que ali se estabelecem, seja profissional ou voluntária. O fazer constante e em conjunto propulsiona o fazer interdisciplinar. Desse modo, a ação participativa e interdisciplinar objetiva a distribuição de poder nos projetos realizados em rede.

### 2.2.5. Participação e Distribuição de Poder

O conceito de participação, como já foi visto, está relacionado à divisão de poder e responsabilidades, e pode assumir diferentes perspectivas. Pinheiro *et al* (1997) identificaram sete diferentes tipos ou maneiras de como as instituições de fomento ao desenvolvimento social sustentável interpretam e usam o termo participação. Essas categorias estão detalhadas e ilustradas, respectivamente, no Quadro 02.

Quadro 02 - Tipologia da Participação: como as pessoas participam em programas e projetos de desenvolvimento.

- 1 – Participação passiva – As pessoas participam sendo informadas do que vai acontecer ou já aconteceu. É uma decisão unilateral, sem qualquer tipo de consulta ou diálogo.
- 2 - Participação via extração de informações – As pessoas participam respondendo perguntas formuladas através de questionários fechados. Os métodos não são discutidos e não há retorno de dados ou de resultados.
- 3 - Participação consultiva – As pessoas participam sendo consultadas por agentes externos os quais definem problemas e propõem soluções com base na consulta, mas sem dividir a tomada de decisão.
- 4 - Participação por incentivos materiais ou técnicos – As pessoas participam por que estão fornecendo recursos como mão de obra ou outra forma de incentivo. Quando a ajuda é retirada, o entusiasmo logo termina.
- 5 - Participação funcional – As pessoas participam formando grupos para atender objetivos pré-determinados de projetos definidos por agentes externos. Estes grupos em geral dependem dos facilitadores, mas às vezes se tornam independentes.

6 - Participação interativa – As pessoas participam de forma cooperativa, interagindo via planos de ação e análise conjunta, os quais podem dar origem a novas organizações ou reforçar as já existentes. Estes grupos têm controle sobre as decisões locais, e a ênfase é dada em processos interdisciplinares e sistemas de aprendizado envolvendo múltiplas perspectivas.

7 - Participação por autodeterminação – As pessoas participam tomando iniciativas para mudar os sistemas independente de instituições externas. O resultado dessa ação coletiva pode ou não mudar uma situação social indesejável, como, por exemplo, a distribuição desigual de renda e de poder.

Fonte: PINHEIRO, *et. al.*, 1997.

Nos modelos mais recentes a participação está associada à capacidade de analisar, controlar, decidir e agir. Para que isso ocorra Pinheiro *et al* (1997) falam em transferência ou reversão de poder, o que implica que a participação assume um objetivo, um fim pré-concebido: no caso a redistribuição de uma situação desigual de poder.

Esse processo, entretanto, não acontece de forma endógena, iniciado pelas próprias pessoas. É estimulado por agentes externos, transformados em facilitadores, mas facilitar o quê? E para quem? Os facilitadores ainda concentram o poder, decidem em que nível deve ser transferido e em que circunstância a transferência deve ser realizada. O poder é induzido e controlado de fora para dentro e a transferência fica restrita a um contexto determinado, dentro de um processo de intervenção para o desenvolvimento.

A participação, dessa forma, perde sua característica política e é concebida de forma instrumental, para um fim específico. Ela ocorreria de forma consultiva, por incentivos materiais, ou técnicos, ou seria no máximo do tipo funcional. Além de não alterar as relações de poder existentes ainda se correria o risco de reforçá-las.

Segundo Yamamoto (2005), a participação se caracteriza por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social. Esse poder resulta de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afetas, conforme já mencionado.

Para Gandin (2002), ainda em relação à distribuição de poder, a instauração da justiça social passa pela participação de todos no poder, bem como pela

construção de uma nova sociedade. O autor aponta um futuro no qual o processo de planejamento se dará em grupos menores que irão encaminhando as estruturas para a coordenação das autoridades (GANDIN, 2002).

Nesse comentário é interessante pontuar que o encaminhamento para a coordenação das autoridades ainda envolve o pensamento hierárquico, caracterizando uma distribuição não horizontal e igualitária. Valla (1998), ampliando esse pensamento, diz que a participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social.

Outra forma de possível distorção na distribuição de poder pode se apresentar por meio de planejamentos. Planejar significa intervir na realidade e o planejamento participativo é um modo de intervenção que se espera ser alternativo, mas também se espera que esse planejamento participativo não se transforme em uma farsa do poder.

Segundo Demo (2001), o planejamento participativo pode tornar-se mera legitimação do poder à medida que reproduzir apenas uma farsa participativa e um interesse de poucos. Outro alerta é que a participação não significa vontade de transformar, pois o conservador também participa quando se envolve de corpo e alma em prol do sistema que deseja preservar.

Foucault (1979), ao discutir o poder, comenta que há poucos instrumentos para realizar uma análise não econômica, porém “dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação” (FOUCAULT, 1979, p.175). Para ele, o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força.

Foucault apresenta dois esquemas de análise do poder: o esquema contrato-opressão, que é o jurídico e se dá entre legítimo-ilegítimo; e o esquema dominação-repressão, que se dá entre luta e submissão. O autor tenta estabelecer diferenças entre os mecanismos existentes entre dois pontos de referência, as regras que delimitam formalmente o poder, e o efeito que esse poder produz e que gera reprodução. Em função dos discursos que possuem efeitos específicos de poder submete-se a certo modo de viver ou morrer. Assim:

[...] em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se



dissociar, se estabelecer nem funcionar, sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. (FOUCAULT, 1979, p.179)

O discurso é uma das múltiplas formas de dominação que podem ser exercidos na sociedade. Para Foucault (1979), há algumas formas de perceber o poder, que pode ser percebidas em suas extremidades, em suas últimas ramificações, nas suas formas e instituições mais regionais e locais.

Segundo o autor deve-se estudar o poder “onde sua intenção – se é que há uma intenção – está completamente investida em práticas reais e efetivas”, onde se implanta e produz efeitos reais. O poder deve ser analisado como algo que circula, que só funciona em cadeia, e não se aplica aos indivíduos, passa por eles. “Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede”. (FOUCAULT, 1979, p.183).

É pertinente, nos resultados deste estudo, atentar para o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté. As representações fluíram ou se assemelham às da instituição proponente ou dos demais ambientes que influenciaram os sujeitos?

Percebe-se, a partir dos estudos de Foucault, a importância da participação das pessoas nas redes de relações para propiciar a distribuição de poder, ou melhor, do fluxo do poder. No caso deste estudo, das redes sociais comunitárias. Ao retomar a revisão de publicações do tema participação, foi possível verificar que as conceituações teóricas se aplicam à realidade e a uma multiplicidade de ambientes, inclusive o ambiente pesquisado.

Em razão da diversidade de referenciais teóricos, a participação dá margens a diferentes interpretações e possibilita a construção de significados variados pelos grupos. Este estudo, porém, norteia-se pelo conceito de participação definido por Muñoz (2004), que se caracteriza por organizar-se com outros para ser responsável conjuntamente. O sujeito é protagonista e solidário, promovendo mudança a partir do compartilhamento da ação.

Essa visão se complementa com a abordagem de Peruzzo (1995) quanto à participação-poder em sua vertente de autogestão, caracterizada pela autonomia. A escolha se deu por causa da ótica inicial adotada neste estudo, que é norteado pela base da psicologia social comunitária e o trabalho do psicólogo em comunidades.

Na literatura, os projetos de psicologia social comunitária focalizam, segundo Campos (2010), dois processos psicossociais: a consciência e a cultura. A consciência relaciona-se com o desvelamento, para o sujeito, dos determinantes de suas condições de vida, enquanto a cultura possibilita as práticas específicas de determinadas populações e dos significados compartilhados pelos membros do grupo em relação à sua prática e interação social.

Os conceitos para descrever essas interações, de acordo com o autor, derivam das teorias utilizadas na psicologia social comunitária: “A ênfase da teoria é o estudo do aspecto social, isto é, interindividual, da representação. A construção da representação torna-se uma função simbólica do grupo social em seu conjunto”. (CAMPOS, 2010, p.171).

Nessa abordagem, o que determina a ação dos indivíduos são os significados da rede de relações sociais que eles compartilham com os demais membros do grupo a que pertencem. Segundo Campos (2010), os significados que os indivíduos atribuem às coisas orientam a conduta humana, mas a conduta humana é que contribui para construir esses significados.

Em paralelo, o campo de estudo delimitado pela psicologia social, “principalmente se aplicado ao estudo e intervenção em comunidades, é constituído, em última análise, pelo conjunto de significados compartilhados que orientam a conduta dos indivíduos” (CAMPOS, 2010, p.173).

Para Gohn (2008), sentido é direção e significado é o conceito de algo. “Os significados são aprendidos e apreendidos, são socializados; são identificados, confirmados e testemunhados por aqueles que se defrontam com o outro.” (GOHN, 2008, p.31). Para que um indivíduo ou um grupo dê sentido à sua participação, ele tem que decodificar esse significado, e isso ocorre quando o indivíduo consulta o seu repertório, seu universo referencial. “Quando os significados são desvelados, eles produzem estímulos e geram respostas (...) criam-se processos identitários, individuais e coletivos.” (GOHN, 2008, p.31).

Com o reconhecimento e a identidade dá-se sentido às ações. Nesse processo os indivíduos “transformam-se em sujeitos. (...) Os sujeitos re-interpretam o significado das coisas e fatos que recebem, dão sentido às ações de que participam, e produzem novos significados.” (GOHN, 2008, p.32).

Por conhecer esse processo interessa, neste momento, compreender como ocorre a formação dos significados compartilhados socialmente, com foco nas

influências provenientes dos ambientes onde os sujeitos estiveram e estão inseridos.

Neste estudo, conforme anteriormente mencionado, a compreensão das influências do ambiente no sujeito além de ser contemplada pela psicologia social comunitária, em razão da atuação profissional que possibilitou os questionamentos levantados, será discutida, no capítulo seguinte, com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Uriel Bronfenbrenner (1996).

### 2.3. DESENVOLVIMENTO HUMANO

O tema do desenvolvimento humano é o que fundamenta e motiva este estudo referente à participação. Objetiva-se entender o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté, e como essa relação influencia e é influenciada pelo desenvolvimento dos sujeitos.

A proposta deste estudo perpassa a prática profissional do psicólogo social comunitário que atua no fomento ao desenvolvimento humano por meio da participação. Em relação aos contextos onde ocorre essa prática pontua-se, neste estudo, o contexto comunitário no qual emergem as relações da tríade família/escola/comunidade. Inicia-se, portanto, a busca teórica que embasa a discussão dos questionamentos supracitados.

O campo do desenvolvimento humano, em seus preceitos básicos, estuda os modos qualitativos e quantitativos nos quais as pessoas mudam. Essas mudanças no desenvolvimento são sistemáticas e adaptativas e ocorrem em muitos aspectos diferentes, como o físico, cognitivo e psicossocial, e cada um deles afeta o outro, não acontecendo de forma isolada.

O desenvolvimento psicossocial é constituído pela maneira peculiar e relativamente consistente de uma pessoa sentir, reagir, e se comportar, aliada ao desenvolvimento social que se refere às mudanças nos seus relacionamentos com os outros. O desenvolvimento humano está sujeito a várias influências e algumas são provenientes da hereditariedade (interna) e outras do ambiente (externo). Essa questão ambiental é respaldada também pela teoria bioecológica formulada por Bronfenbrenner (1996).

O ser humano passa por diversas mudanças durante seu processo de desenvolvimento. As interações sociais aliadas a essas mudanças levam as pessoas a constantes organizações e reorganizações também com o ambiente. Além disso, suas escolhas são permeadas e condicionadas pelos processos de construção sócio-históricos.

Para Dessen e Guedea (2005, p.12), “o desenvolvimento ocorre em um sistema estruturado hierarquicamente, tanto vertical quanto horizontalmente, existindo relações bidirecionais [...], isto é, relações de influências mútuas e

recíprocas”. A estrutura pode favorecer ou dificultar os processos de desenvolvimento.

Segundo as autoras, conhecer os processos de desenvolvimento significa estudar mudanças que são perceptíveis ao longo do tempo. As mudanças existem uma vez que os comportamentos do indivíduo ocorrem em função de um tempo histórico e de um espaço específico no qual ele está inserido. Embora o conceito de desenvolvimento esteja ligado à mudança, nem toda mudança é considerada desenvolvimento.

Ainda de acordo com as autoras, para os processos de mudanças serem considerados desenvolvimento, sob o ponto de vista científico, requerem a identificação de uma direção a ser seguida ao longo do tempo. Em relação à continuidade “existem, na medida em que permanecem os vínculos entre os padrões comportamentais prévios e posteriores” (DESSEN; GUEDEA, 2005, p.14).

Dessen e Costa Jr. (2005) pontuam três mecanismos como os responsáveis pela mudança e continuidade no desenvolvimento humano:

- 1º interação continuada: trata da persistência dos efeitos dos comportamentos em determinada experiência. Em interação com outras pessoas tendem a recriar as mesmas condições;
- 2º ativação situacional: ocorre quando situações semelhantes a experiências significativas vividas pela pessoa despertam comportamentos e respostas similares; e
- 3º efeitos cumulativos: trata da continuidade no comportamento, mantida pela progressiva acumulação de consequências do próprio comportamento.

De acordo com o autor, esses mecanismos trazem embutidas as noções de estágio e transição que caracterizam o desenvolvimento humano ao longo do curso da vida (DESSEN; COSTA Jr., 2005).

Dessen, Sifuentes e Oliveira (2007, p. 380) concordam com os autores supracitados e comentam que a Ciência do Desenvolvimento se caracteriza por estudos interdisciplinares que se dedicam a compreender os fenômenos relacionados ao desenvolvimento humano. Enfatizam que esses estudos têm como objetivo a análise de sistemas complexos e integrados em diferentes níveis, que interagem ao longo do tempo traçando trajetórias probabilísticas de desenvolvimento, o que é coerente com o propósito deste estudo.

Para os autores, a noção de descontinuidade está associada à plasticidade, à capacidade do indivíduo em gerar mudanças. A continuidade, por sua vez, considera as características que se mantêm estáveis no decorrer dos estágios e transições. Os estágios são vistos como representações e como fatos sociais e psicológicos, cujas características dependem do contexto ao qual se referem. Os autores concluem, então, que “essas relações estágio-transição, estabilidade-mudança, caracterizam, em última análise, o desenvolvimento humano”. (DESSEN; SIFUENTES; OLIVEIRA, 2007, p.383).

Esses estudos vêm contribuindo para o esclarecimento do desenvolvimento humano. Para Dessen e Costa Jr (2005), porém, a pesquisa em desenvolvimento deve focalizar os indivíduos inseridos em uma rede de relações, o que requer considerar diferentes níveis de complexidade social e a relação dialética entre os indivíduos e o meio social.

Quanto à proposta desta pesquisa, o modelo citado por Dessen descreve com exatidão a realidade do estudo. Os sujeitos pesquisados estão inseridos em um contexto formado por uma rede de relações diversas. Dentro do quadro teórico adotado no programa de formação, do qual resulta esta investigação, essas relações são estudadas a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano idealizada por Urie Bronfenbrenner (1996), que fornece a compreensão para o processo do desenvolvimento humano.

Para Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento humano é definido como um

fenômeno de continuidade e de mudança das características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos. Esse fenômeno se estende ao longo do ciclo de vida humano por meio de sucessivas gerações e ao longo do tempo histórico, tanto passado quanto presente (BRONFENBRENNER, 2011, p.43).

Essa teoria esclarece o aspecto de análise de processos, pessoas, contextos e tempos envolvidos no desenvolvimento. Segundo Bronfenbrenner (2011), a análise desses âmbitos de interação possibilita o acesso às oportunidades de crescimento; aos momentos de estabilidade e instabilidade dos contextos nos quais as pessoas estão inseridas; às interações afetivas; e às relações de poder na dinâmica interpessoal.

Bronfenbrenner (2011) complementa que o desenvolvimento humano acontece quando se estabelece um padrão de interação estável e recíproco entre

pessoas e seus ambientes. Na interação a pessoa constrói sentidos que definem a sua forma particular de ação nos diversos contextos de desenvolvimento.

Martins e Szymanski (2004) pontuam que Bronfenbrenner foi reformulando sua abordagem nas duas últimas décadas e fortalecendo a bidirecionalidade existente em relação à pessoa e ao ambiente que ela atua. Desse modo, a importância das características biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento foi evidenciada fazendo com que o modelo de estudo em questão passasse de ecológico para bioecológico.

A teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano considera que o desenvolvimento humano ocorre de modo dinâmico e inter-relacionado a partir de quatro níveis: pessoa, processo, contexto e tempo. Esse modelo, PPCT, denota o papel interativo e de protagonismo do indivíduo como agente de mudança. A pessoa é compreendida por suas características, tais como crenças diretivas, objetivos e motivações que propulsionam o desenvolvimento; por meio de seus recursos, como experiência, inteligência e habilidades; e por suas características de estímulos pessoais, como idade, gênero e cor da pele.

O ser humano descrito por Bronfenbrenner (1996) é um ser biopsicológico que interage com seu contexto e é produto dessa interação, que é multicausal e processual. O desenvolvimento humano ocorre por ampliações e aproximações entre a pessoa e os diversos elementos do contexto que se influenciam mutuamente de forma não linear e dinâmica, alterando-se qualitativamente ao longo do tempo.

A interação se dá entre as pessoas e delas com os contextos e com os símbolos. Bronfenbrenner (2011) comenta que a interação implica em alterações nas partes envolvidas, como uma 'inter-ação' em constante troca com os outros e com o ambiente. A interação possibilita a construção de sentidos que, por sua vez, definem a forma de ação nos diversos contextos do desenvolvimento.

A noção de pessoa trazida por Bronfenbrenner (2011) passa a retratar não somente as características idiossincráticas, mas também como são instigadas pelo desenvolvimento na expressão de sua subjetividade, levando em consideração as crenças, os valores, o nível de atividade, traços de personalidade, o temperamento, as metas da vida e as motivações, dentre outros.

De acordo com essa teoria, se pode olhar a pessoa sob a ótica de sistemas que se acomodam e se ajustam, do micro ao macrossistema. Para que isso ocorra, o processo proposto pode ser entendido como motor do desenvolvimento, em razão

das possibilidades de interação entre o organismo ativo em evolução e as pessoas, objetos e símbolos do ambiente onde estão inseridos.

Segundo Koller *et al* (2008), a interação deve ocorrer em uma base regular e por longos períodos de tempo. Essas formas duradouras de interação, segundo Polonia, Dessen e Silva (2005), são definidas como processos proximais, e esses “processos proximais posicionam-se como motores primários do desenvolvimento” (KOLLER *et al*, 2008, p.161). O processo proximal possibilita que os recursos pessoais sejam estimulados e desenvolvidos.

Narvaz e Koller (2004), em revisão sobre Bronfenbrenner, trazem cinco aspectos para que o processo proximal se estabeleça:

[...] (a) a pessoa deve estar engajada em uma atividade; (b) esta atividade deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos de tempo; (c) as atividades devem ser progressivamente mais complexas; (d) deve haver reciprocidade nas relações interpessoais; e, (e) os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento. (NARVAZ; KOLLER, 2004, p.54)

Os processos proximais possuem um sentido bem específico e seu processo de desenvolvimento é mediado por influências em ambas as direções, havendo graus de reciprocidade com pessoas, objetos e símbolos, conforme dito anteriormente.

Em relação ao contexto, Bronfenbrenner (2011) fala do papel decisivo que o ambiente possui no desenvolvimento. O ambiente é compreendido em sua dimensão física, social e cultural, e essa compreensão supera uma relação linear entre contexto e pessoa, pois o indivíduo tem papel ativo e intencional.

O contexto atua como uma fonte de informações com a qual a pessoa interage em vários níveis de complexidade. É compreendido “pelo conjunto de estruturas concêntricas, nas quais cada uma abarca progressivamente a outra. Estas estruturas são chamadas de micro, meso, exo, macro e cronossistema” (POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005, p.77).

Os arranjos estabelecidos entre eles asseguram a compreensão do ambiente mais próximo (micro), constituído pela família, grupos de amigos, e vizinhança, e o mais remoto (macro), constituído pelas políticas públicas, pelo sistema econômico e pelo fenômeno da globalização. Esses ambientes oferecem possibilidades de desenvolvimento ao indivíduo e intermediam-se mutuamente, permeando valores,



crenças, práticas e recursos, permitindo a compreensão de suas influências no desenvolvimento.

Neste estudo interessa compreender as influências no significado de participação, uma vez que esse significado interfere na ação participativa dos sujeitos pesquisados e, conseqüentemente, em seu desenvolvimento.

Segundo Bronfenbrenner (2011), os microsistemas caracterizam-se pela relação entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente imediato no qual ela está inserida. É o ambiente cotidiano da casa, da escola, do trabalho ou do bairro. Ele inclui os relacionamentos bidirecionais diretos com pais, irmãos, colegas, professores e comunidades, por exemplo. As interações do microsistema tornam-se progressivamente mais complexas em função das atividades geradas nesse ambiente imediato, e os padrões de interação também vão se modificando com o passar do tempo.

No microsistema o aspecto mais importante, imediato e significativo no processo de desenvolvimento da pessoa é constituído pelas chamadas atividades molares, que “são compostas por ações contínuas, que ocorrem em um dado período e que são reconhecidas e identificadas como significativas e intencionais pelas pessoas envolvidas no ambiente” (POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005, p.79).

Há três dimensões pertinentes às atividades molares que estão ligadas à subjetividade da pessoa:

(a) perspectiva temporal: relativa à definição se a percepção do indivíduo se restringe ao momento de tempo presente ou se contempla o tempo futuro;

(b) estrutura do objetivo: se o objetivo da atividade é reconhecido como único e direto ou se é compreendido como etapas a serem atingidas; e

(c) extensão das atividades: são lembradas pessoas, objetos e eventos que não estão presentes no ambiente imediato.

Em relação aos papéis e às relações interpessoais que ocorrem no microsistema e interferem nas atividades molares salienta-se que os papéis representam um conjunto de expectativas, atividades e atitudes esperadas socialmente a respeito da atuação da pessoa no seu espaço de relações. Já as relações interpessoais ocorrem sempre que uma pessoa presta atenção ao que a outra está realizando ou quando pessoas compartilham atividades em um dado ambiente.

No mesossistema ocorrem as inter-relações entre os cenários principais nos quais o indivíduo em desenvolvimento participa de maneira ativa: é o entrecruzamento de vários microsistemas que envolvem a pessoa em desenvolvimento. Em outras palavras, trata-se de um sistema de microsistemas que podem incluir vínculos entre o lar e a escola, o lar e o trabalho ou a família e o grupo de amigos.

Bronfenbrenner (2011) propõe quatro tipos de interligações entre os microsistemas:

- 1º participação em múltiplos ambientes: quando uma pessoa participa em dois ou mais ambientes diferentes com um papel ativo. Essa participação cria uma rede de relações diretas entre os diversos contextos em que a pessoa participa, criando um vínculo primário;
- 2º ligação indireta: quando a pessoa não se engaja ativa e diretamente em mais de um ambiente, mas a inter-relação entre os ambientes é garantida pela presença de uma terceira pessoa que passa a funcionar como um vínculo intermediário entre os participantes dos dois cenários. Essa rede indireta denomina-se rede de segunda ordem;
- 3º comunicação entre ambientes: ocorre quando as mensagens são transmitidas de um ambiente para o outro com o objetivo de trocar informações entre as redes dos dois ambientes. Podem ocorrer por via direta, face a face, comunicados telefônicos, impressos ou por *e-mails* entre os componentes da rede social; e
- 4º conhecimento interambientes: representa as informações, experiências, percepções e expectativas que existem em um ambiente em relação ao outro, provenientes de fontes distintas de comunicação. No ambiente da Rede Social Taubaté se verificam os quatro tipos de interligações propostos por Bronfenbrenner (2011), que se observará em detalhe no capítulo das discussões.

No exossistema, conforme Bronfenbrenner (2011), estão as estruturas sociais específicas, formais e informais, que têm efeitos nos cenários imediatos da pessoa em desenvolvimento, influenciando, delimitando, e até determinando o que aí acontece.

O exossistema refere-se aos vínculos entre dois ou mais ambientes, e pelo menos um deles não envolve a pessoa em desenvolvimento, mas a afeta indiretamente.

Alguns exemplos de ambientes que têm maior probabilidade de influenciar o desenvolvimento são os locais de trabalho dos pais para as crianças, e para os adultos as redes sociais e os vínculos entre a família e a comunidade. As políticas públicas locais, nacionais e internacionais também constituem bons exemplos de exossistemas.

No macrossistema, de acordo com Bronfenbrenner (2011), se encontram os protótipos gerais de uma cultura e subcultura que estabelecem o padrão das estruturas e atividades em um determinado nível. Os macrossistemas englobam também os sistemas de valores e crenças culturais submersos em um corpo de conhecimento, recursos materiais, costumes, estilo de vida, estruturas de oportunidades, barreiras, obstáculos e opções no curso da vida.

Os padrões de comunicação e de atividades são regulados por normas, valores e atitudes intrínsecas ao ambiente e que podem possuir peculiaridades e similaridades em cada sociedade. Cabe aqui um paralelo entre a questão do macrossistema explanado por Bronfenbrenner e a questão da sociedade e da comunidade comentada pela psicologia social e social comunitária, respectivamente.

A psicologia social estuda os fenômenos sociais e as relações que se estabelecem na sociedade de modo macro, amplo. A psicologia social comunitária atenta para esses fenômenos e suas consequências relacionais, porém possui o foco nas relações e vínculos comunitários, podendo ser visto comparativamente à teoria bioecológica do desenvolvimento humano, ao micro e mesossistema.

Esses sistemas se organizam, ocorrem por toda a vida e caracterizam o quarto nível desse modelo teórico, o do Tempo. O cronossistema vem complementar e reforçar a ideia do envolvimento das pessoas em contextos ao longo do tempo, que exerce uma função no desenvolvimento a partir das transformações e continuidades características do ciclo vital.

Para Koller *et al* (2008, p. 162), “as interações ocorridas no cronossistema exercem uma influência cumulativa nos processos significativos de desenvolvimento humano”. A dimensão de tempo influencia a constância na pessoa e no ambiente. Isso pode incluir mudanças na estrutura familiar, local de residência ou emprego, bem como mudanças culturais mais amplas, como guerras e ciclos econômicos.

Bronfenbrenner (1996) emprega a noção de cronossistema englobando as modificações e destacando a sua consistência, ao longo do tempo, no que tange, além das características da pessoa, à passagem do tempo no ambiente e na sociedade em geral.

Para Polonia, Dessen e Silva (2005), o tempo para Bronfenbrenner abarca dois sentidos. O primeiro refere-se ao processo microgenético de interação que acontece entre o indivíduo em desenvolvimento e aqueles que com ele convivem no cotidiano. O segundo sentido diz respeito à passagem do tempo histórico que tem dimensionado e estruturado os diferentes sistemas culturais. As mudanças ambientais ocorridas no tempo histórico podem reproduzir mudanças significativas no desenvolvimento do indivíduo, tanto positivas quanto negativas.

Bronfenbrenner (2011) destaca três níveis de tempo: o micro, o meso e o macro. O microtempo pode ser conceituado em termos de continuidade ou descontinuidade frente aos processos proximais. O mesotempo retrata a periodicidade dos eventos entre grandes intervalos de tempo compreendendo dias, semanas e meses. O macrotempo refere-se às mudanças nos eventos e nas expectativas da sociedade, porém as mudanças que acontecem no tempo, frente aos quatro componentes do modelo bioecológico – processo, pessoa, contexto e tempo – são vistas também como elementos propulsores das transformações.

Desse modo, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Bronfenbrenner, possibilita, neste estudo, a análise de todos os sistemas supracitados, visto que o campo de inserção desta pesquisa engloba do micro ao macrosistema, além da análise do cronossistema. O contexto comunitário e as relações em rede dos sujeitos desta pesquisa, além de sua amplitude e diversidade, possuem também a relação diádica descrita por Bronfenbrenner (1996).

Quanto às relações que se estabelecem nos ambientes, Bronfenbrenner (1996) destaca, no nível mais interno do esquema ecológico, uma das unidades mais básicas de análise, a díade, ou o sistema de duas pessoas. Para o autor, a partir de dados diádicos se têm a informação de que se um dos membros do par passa por um processo de desenvolvimento, o outro também passa. A díade constitui a unidade mínima de interação interpessoal.

O reconhecimento desta relação proporciona uma chave para a compreensão das mudanças desenvolvimentais não apenas nas crianças, mas também nos adultos que servem como cuidadores primários – mães, pais, avós, professores e assim por diante. A mesma consideração se aplica

às díades, envolvendo marido e mulher, irmão e irmã, chefe e empregado, amigos ou colegas de trabalho (BRONFENBRENNER, 1996, p.7)

Em termos de seu potencial para fomentar o crescimento psicológico, a díade pode assumir três formas funcionais diferentes: observacional, atividade conjunta e primária (BRONFENBRENNER (1996)

A díade observacional ocorre quando um membro está prestando uma cuidadosa e continuada atenção à atividade do outro, que, por sua vez, pelo menos reconhece o interesse demonstrado. Quando existe uma díade observacional, ela facilmente evolui para a seguinte forma diádica, mais ativa. Essa díade refere-se à reciprocidade que representa as influências mútuas e intercambiáveis entre as pessoas que participam ou compartilham de uma dada atividade.

A díade de atividade conjunta é aquela em que dois participantes se percebem como fazendo alguma coisa juntos. Isso não significa que eles estão fazendo a mesma coisa, mas sim complementares, partindo de um padrão integrado. Essa díade diz respeito ao equilíbrio de poder que tem como base a possibilidade de que um dos participantes tenha influência sobre o outro em um determinado tempo, ou em uma atividade ou ambiente.

A díade primária é aquela que continua a existir fenomenologicamente para ambos os participantes, mesmo quando eles não estão juntos. Os dois membros aparecem nos pensamentos de cada um; são objetos de fortes sentimentos emocionais e continuam a influenciar o comportamento um do outro mesmo quando separados. Essa díade mostra que dentro da complexidade em que ocorre uma relação há grande possibilidade de se desenvolver uma relação afetiva entre os participantes.

Bronfenbrenner (1996) cita que embora cada díade tenha suas propriedades distintas, as três formas podem ocorrer simultaneamente ou separadamente. Em relação às díades, o autor conclui que a aprendizagem e o desenvolvimento são facilitados pela participação da “pessoa desenvolvedora” em padrões progressivamente mais complexos.

“O desenvolvimento humano é facilitado pela interação com pessoas que ocupam uma variedade de papéis, como também pela participação num repertório de papel cada vez mais amplo” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 83). Conseqüentemente há um equilíbrio de poder que se alterna em benefício do indivíduo em desenvolvimento.

Em um paralelo com as relações que se estabelecem entre os sujeitos desta pesquisa, as relações diádicas podem ser observadas nas redes sociais quando a pessoa se inicia nessa forma de agir participando dos primeiros encontros e, posteriormente, integrando as comissões que atuam em temas comuns e ao longo do tempo, criando vínculos afetivos e atuando como um agente integrador e multiplicador da Rede.

O desenvolvimento, dentro dessa perspectiva, é conceituado e investigado como um produto e também como um processo, vistos em íntima conexão um com o outro. Para conhecer a trajetória do desenvolvimento, faz-se necessário identificar as modificações que surgem nas atividades e nas concepções da pessoa, e como são transferidas para outros momentos e ambientes em que o indivíduo participa.

Segundo Bronfenbrenner (1996), diferentes tipos de ambientes dão origem a padrões distintivos de papel, atividade e relação para as pessoas que se tornam participantes nesses ambientes, portanto irá se pontuar, a partir deste momento, a importância da compreensão contemporânea do desenvolvimento humano e de alguns contextos e ambientes, família, escola e comunidade, propiciadores do desenvolvimento. A intenção é compreender como o ambiente pode interferir, no caso deste estudo, no significado de participação para os sujeitos pesquisados.

### **2.3.1. Família, Escola e Comunidade como contextos de Desenvolvimento Humano**

Em uma perspectiva sistêmica do desenvolvimento a pessoa encontra-se integrada e em relação com sistemas organizados e dinâmicos, porém para compreender o processo de desenvolvimento no curso da vida deve-se enfatizar o impacto das interações e das mudanças sociais na trajetória das pessoas.

Nesta perspectiva, os sistemas são vistos como estruturas organizadas hierarquicamente que devem ser analisadas em sua totalidade: desde os aspectos macro, como a ordem social, passando por níveis intermediários, como culturas das comunidades locais, até atingir um nível mais proximal (ou de microanálise), como as escolas e a família (DESSEN; SIFUENTES; OLIVEIRA, 2007, p.381).

A escola e a família constituem contextos de desenvolvimento fundamentais na trajetória das pessoas. Ambas são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento culturalmente organizado, e podem atuar não só como propulsoras, mas como inibidoras do desenvolvimento individual e coletivo.

A família também é responsável pela transmissão das crenças e valores da sociedade. Ela tem uma influência significativa no comportamento das pessoas, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais. “Ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias, que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva” (POLONIA, 2007, p.22)

É pelas interações familiares que se concretizam as transformações na sociedade que, por sua vez, influenciará as relações futuras, “[...] caracterizando-se por um processo de influências bidirecionais, entre os membros familiares e os diferentes que compõem os sistemas sociais” (POLONIA, 2007, p. 22).

As interações familiares são as principais responsáveis por incorporar as transformações sociais e intergeracionais ocorridas ao longo do tempo. No ambiente familiar a criança aprende as habilidades sociais com as quais irá interagir. Para isso as famílias podem contar com uma rede social de apoio nas transições do desenvolvimento, porém a principal rede de apoio familiar é oriunda das próprias interações entre seus membros. Segundo Moreira e Oliveira (2000), as redes de relações podem ser ativadas em momentos críticos, fomentando o sentimento de pertença, a busca de soluções e atividades compartilhadas.

Dessen e Costa Jr. (2005) comentam que se deve estimular a formação de redes de apoio social, seja na própria comunidade ou nos centros de atendimento à população ou na escola, já que esta ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas. A escola, por sua vez, constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem que é permeado por conflitos problemas e diferenças. É nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global. “Trata-se de um ambiente multicultural que abrange também a construção de laços afetivos e preparo para inserção na sociedade”. (MOREIRA; OLIVEIRA, 2000, p.25)

A escola como um microsistema da sociedade deveria refletir as transformações atuais e contribuir na preparação da comunidade onde está inserida para viver e superar as dificuldades, contribuindo para os processos de

desenvolvimento do indivíduo e do grupo. Marques (2001) destaca qual deveria ser a função da escola no século XXI:

[...] (a) estimular e fomentar o desenvolvimento em níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade; (b) desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social; (c) promover uma aprendizagem de forma contínua, propiciando ao aluno, formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho. (MARQUES, 2001, p.27)

Os conhecimentos vindos da vivência familiar e comunitária podem ser empregados como mediadores para a construção de conhecimentos científicos trabalhados na escola. A família, a escola e suas redes de relações na comunidade, enquanto microssistema constituem um dos principais ambientes de desenvolvimento humano nas sociedades ocidentais contemporâneas, assim é fundamental que sejam implementadas políticas que assegurem a aproximação entre os contextos de maneira a reconhecer suas peculiaridades e também similaridades, sobretudo no tocante aos processos de desenvolvimento (POLÔNIA, 2007).

Desse modo, pode-se embasar a reflexão em quais circunstâncias a família, a escola e a comunidade são contextos promotores ou inibidores de desenvolvimento. Essa relação, neste estudo, se constitui pelo fato de os sujeitos da pesquisa, integrantes da rede social comunitária, atuar em redes que participam em prol do desenvolvimento nos contextos supracitados.

Outro fator que deve ser ressaltado neste momento em relação a esse estudo é o fato de os sujeitos desta pesquisa receber orientação da área de desenvolvimento social de uma instituição de ensino, ambiente escolar, que declara fomentar o desenvolvimento pela participação em ações em rede social.

Esse grupo atua em rede por diversos motivos que propiciem melhorias para as suas demandas sociais. Buscam o desenvolvimento humano e social a partir dos movimentos em redes sociais comunitárias. “No curso do desenvolvimento, os indivíduos inevitavelmente crescem, amadurecem e mudam. Ao mesmo tempo, mudanças ocorrem em suas sociedades, comunidades e rede social.” (KOLLER *et al*, 2008, p.162).

Para o prosseguimento deste estudo faz-se necessário, a partir deste momento, iniciar a explanação dos procedimentos realizados em campo para a investigação do significado de participação para a Rede Social Taubaté, bem como



das influências ambientais neste significado. As teorias até então estudadas respaldam as discussões que só poderão realizar-se após o tratamento e a análise dos dados coletados. Assim, passa-se à explanação da metodologia utilizada nesta pesquisa a fim de atingir os objetivos propostos.

### **3. MÉTODO**

#### **3.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, que, segundo Silva (2005), visa proporcionar maior familiaridade com o problema a fim de torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Pretende-se, com esta pesquisa, compreender o fenômeno para que se possa, a partir de seus resultados, construir conhecimentos que possibilitem, eventualmente, uma aplicação prática após o seu término. A abordagem do problema foi feita de forma qualitativa. A pesquisa qualitativa tem por finalidade “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (BAUER; GASKELL, 2002, p.68).

#### **3.2. SUJEITOS**

Constitui a população estudada um grupo que atua em rede social comunitária na cidade de Taubaté, na região do Vale do Paraíba/SP: a Rede Social Taubaté. A cidade possui duzentos e oitenta mil habitantes. A busca por esses sujeitos se verificou, no mínimo, por um ano e seis meses, dentre aqueles que apresentavam o maior número de frequência nos encontros da Rede Social Taubaté.

Essa condição se deu por causa da presença dessas pessoas nos trabalhos desenvolvidos em conjunto com uma instituição do sistema S, que fomenta a possibilidade de autonomia e desenvolvimento pela promoção da participação na realização de projetos comuns em rede social comunitária. Nos encontros do grupo os integrantes assinam uma lista de presença e por meio desse instrumento se pode obter a informação dos mais frequentes nessa dinâmica.

Foi com base nessa frequência que se contatou e se formou o grupo que compõe os sujeitos da pesquisa. Desse modo, o grupo de participantes da pesquisa foi composto por acessibilidade, visto que foram encontrados nos critérios

mencionados dezesseis sujeitos para a entrevista. Houve recusa por parte de três sujeitos, perfazendo uma amostra de treze participantes

Na inclusão há integrantes da Rede Social Taubaté de ambos os sexos, com idade a partir de dezoito anos, e que residem no município. Pode-se compreender a amostra por acessibilidade quando o “pesquisador seleciona os elementos a que tem cesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se esse tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos.” (GIL, 2002, p.122).

### **3.3. PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS E INSTRUMENTOS**

Antes de iniciar a coleta de dados este estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, sob o nº 469/10, conforme Anexo A.

Houve um contato prévio com alguns sujeitos da pesquisa durante uma participação da pesquisadora em um encontro do grupo. Nesse encontro foram explicados os objetivos da pesquisa e a forma de coleta de dados.

Houve uma solicitação dos sujeitos para que as perguntas fossem enviadas por *e-mail* para que eles respondessem por esse meio. Essa solicitação se deu devido ao fato de ser essa a forma de comunicação usualmente utilizada pelo grupo. Apesar de não ser a proposta inicial para a coleta de dados, foi respeitada a solicitação do grupo.

Somente três entrevistados aceitaram encontrar-se com a pesquisadora para responder as perguntas face a face, e o encontro foi agendado por telefone. Aos demais sujeitos foram explicadas as questões relativas ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme Apêndice A, que foi assinado.

Com os três sujeitos contatados por telefone foram agendados um horário e um local para a realização da coleta de dados. Inicialmente foi feito um *rapport* informal com o entrevistado e depois os esclarecimentos acerca da pesquisa, solicitando a confirmação da participação e aceitação dos termos, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Em relação ao plano de coleta de dados face a face foi utilizado como instrumento a entrevista semiestruturada com roteiro previamente estabelecido, que

ao mesmo tempo em que direciona a discussão para um roteiro determinado permite a manifestação da criatividade do partícipe. Para tanto, foram lançadas questões norteadoras da discussão, referentes ao objetivo proposto que se almejou conhecer, e para que o partícipe respondesse à sua maneira, colocando também seus pontos de vista e percepções pessoais.

Para Bauer e Gaskell (2002), a pesquisa qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre atores sociais e sua situação. Conforme Bauer e Gaskell (2002), ainda em relação à entrevista, o objetivo “é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (BAUER E GASKELL, 2002, p.65)

Foi utilizada a mídia digital mp4 para gravar as respostas. As entrevistas se realizaram individualmente, em local escolhido pelo entrevistado, com tempo aproximadamente de vinte minutos. Aos dez participantes que solicitaram as perguntas por *e-mail* foi encaminhado um questionário com dez questões abertas, dando-lhes liberdade para criar seu próprio tempo e modo de conduzir-se. O questionário foi similar ao roteiro de entrevista seguido pelo pesquisador nas entrevistas face a face que constam no Apêndice B. O processo de coleta de dados iniciou-se em junho de 2011 e findou-se em dezembro do mesmo ano.

Após essa fase e o retorno das questões respondidas foi feita a análise das respostas conforme o plano para análise de dados. As mídias digitais foram destruídas após sua utilização na pesquisa, e o anonimato dos respondentes foi garantido. Os participantes poderiam retirar seus dados em qualquer momento da pesquisa.

### **3.4. PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS**

A análise dos dados foi realizada por categorização e codificação das informações obtidas nas entrevistas e questionários possibilitadas pelo *software* que faz a Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto (ALCESTE). O *software* identifica classes e subclasses de temas que podem indicar representações acerca do objeto em questão. O ALCESTE, conforme Camargo

(2005), é um *software* elaborado por M.Reinert que tem por objetivo realizar análises de textos com a técnica de classificação de palavras, permitindo uma análise lexicográfica e oferecendo classes lexicais que são representadas por vocábulo e partes do texto que têm esse vocábulo em comum.

O *software* busca fazer uma estatística das palavras e expressões do texto e verificar a co-ocorrência delas, isto é, a ocorrência da mesma palavra ou expressão em várias partes do texto analisado. Conjuntos de palavras que estão próximas entre si e que ocorrem em várias partes do texto indicam um “tema” ou uma “classe de discurso” que se repete e que deve ser colocada em evidência. (CHAMON; CHAMON, 2007, p. 3).

Os dados, após o tratamento do *software* que possibilitou a categorização em seis classes de discursos, passaram pela análise de conteúdo. Madeira (2005) pontua que a linguagem, na análise do conteúdo, proporciona compreender que o sujeito cria uma espécie de ‘filtro interpretativo’, traduzindo o significado de um dado objeto dentro de suas significações. É por intermédio desse filtro que se consegue integrar novos saberes ao já existente.

Apesar de não configurar como critério de análise percebe-se que ocorreu a saturação das respostas, o que ocorre quando os temas e argumentos começam a se repetir. De acordo com Pereira de Sá (1998), a partir do momento em que se identifica a existência de uma representação para um determinado grupo, ela se repete para um grupo maior, e isso justifica o fato de não haver necessidade de realizar um número maior de entrevistas.

Bauer e Gaskell (2002, p.68) complementando a questão dizem que “existe um número relativamente limitado de pontos de vista, ou posições sobre um tópico dentro de um meio social específico”, porém, conforme dito anteriormente, o critério para o tamanho da amostra ocorreu por acessibilidade. Finalmente, para possibilitar a discussão proposta neste estudo, as informações levantadas também foram confrontadas entre si e com a fundamentação teórica que subsidia a pesquisa.

A atuação do psicólogo social comunitário possibilitou, neste estudo, buscar o significado da participação para o grupo. A área da psicologia social comunitária e as teorias que lhe dão base compartilham com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano no que tange à questão das influências bidirecionais entre indivíduo e ambientais nas relações humanas.

Enquanto as teorias que dão suporte às atuações da psicologia social comunitária dão ênfase aos fenômenos sociais, às relações sociais, aos vínculos comunitários e à tomada de consciência, entre outras questões, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano analisa detalhadamente os contextos onde os sujeitos estão simultaneamente inseridos. Desse modo, neste estudo utilizou-se, para a análise das influências do contexto no significado da participação e para a influencia deste significado no contexto e no desenvolvimento, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta deste estudo é investigar o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté e as influências do ambiente nesse significado. Para isso, este capítulo visa descrever os resultados, encontrados no tratamento dos dados, às informações cedidas pelos sujeitos na entrevista e no questionário.

Conforme descrito no método, foi utilizado o *software* ALCESTE que possibilitou a categorização das informações em seis classes de discursos. Após essa categorização, a análise de conteúdo das entrevistas possibilitou o esclarecimento detalhado de cada classe de discurso encontrada.

A denominação classe é proveniente do *software* utilizado e refere-se às divisões dos discursos em grupos que apresentam características discursivas semelhantes. Os resultados foram descritos pela identificação dos sujeitos e da apresentação de cada classe/conjunto de discurso encontrada. Possibilita-se, assim, concomitantemente, a discussão dos resultados encontrados na literatura estudada.

Para isso, apresenta-se inicialmente a Rede Social Taubaté, e depois a identificação dos treze sujeitos entrevistados durante a pesquisa e que integram essa Rede. Posteriormente, são descritas e analisadas as classes discursivas, e por fim buscou-se sintetizar a discussão apontando as implicações gerais em relação ao significado da participação social para o grupo pesquisado.

### 4.1. A REDE SOCIAL TAUBATÉ: O FUNCIONAMENTO.

Ao longo de sua existência a Rede Social Taubaté, segundo as tipologias apresentadas por Inojosa (1999) e Franco (2004), passou por uma transição entre o tipo de rede descentralizada e tutelada, formato concebido em seu início em razão da centralização das informações da metodologia pela proponente, e o de rede distribuída e autônoma, formato atual, em que a proponente, dada a dinâmica da articulação e da própria rede, passou a assumir a posição de mais um integrante do grupo. Entende-se que essa alteração ocorreu por que essa dinâmica grupal de rede

pertinente às questões sociais, requer, além do fluxo livre de informações referentes aos objetivos comuns, a horizontalidade das relações, como se verá a seguir.

Na Rede Social Taubaté, conforme relatos dos sujeitos, os participantes interagem baseados nos valores de igualdade, democracia, cooperação e construção coletiva. A Rede busca parcerias entre os vários setores da sociedade, potencializando suas capacidades de mobilização coletiva e a realização de suas ações com projetos unificadores. É dessa maneira que seus participantes dizem promover e incentivar o desenvolvimento local.

É a ação dos integrantes que dá movimento e existência à rede, já que “uma rede nasce de um legítimo e reconhecido desejo de participação e de construção ativa de um projeto coletivo ou não é rede” (MARTINHO, 2002, p. 2). É nessa perspectiva que se buscou compreender o que é participação para os integrantes da Rede Social Taubaté.

Nos encontros mensais e nas comissões temáticas existem os conflitos de interesses e visões e experiências diferenciadas. Em relação a alguns assuntos e/ou ações a serem deliberados levam-se meses de discussão até o amadurecimento das propostas para se chegar a um consenso, e para que se obtenha, também, a resolução de conflitos. A rotatividade de pessoas e organizações é uma constante, porém existem aqueles que permanecem por mais tempo na Rede.

É interessante, neste momento, tecer uma comparação com a mediação de conflitos e falar da intervenção do profissional da área da psicologia social comunitária na Rede Social Taubaté. Pode-se inferir, e esse é o objetivo, que a presença desse profissional possibilite sanar conflitos com o fomento à reflexão, para a tomada de consciência e para uma distribuição um pouco mais harmoniosa do poder (LANE, 2001; SAWAIA, 2010; GUARESCHI, 2010)

Por outro lado, pode-se também levantar a hipótese de que aqueles que têm maior frequência e tempo de permanência na rede são os que possuem uma concordância com a metodologia e os valores e princípios do grupo, compartilhando a formação de uma identidade grupal. Assim, pode-se também supor que aqueles que se afastam o fazem em razão da não concordância.

A comunicação dos integrantes da Rede Social Taubaté ocorre de forma presencial, por telefone, por comentários no *blog* da Rede Social Taubaté, porém majoritariamente por *e-mail*. As redes sociais digitais também são ferramentas que têm sido utilizadas com frequência, porém os relatos dos integrantes se direcionam



de modo a informar que a maior força da Rede Social Taubaté está nos vínculos que se constroem nos encontros presenciais, na relação horizontal, na distribuição de poder e na participação.

Dowbor (1998), Gandin (2002), Martinho (2002), Whitaker (2003), e Guareschi (2010) trazem uma reflexão para esse formato de rede no qual a horizontalidade das relações e a distribuição do poder permeiam as ações. Para os autores, o que se apresenta é uma sociedade que caminha para esse formato de atuação social, mas para esse poder se efetivar deve haver participação.

A participação é um importante instrumento de concretização e manutenção da democracia. Nas redes, sobretudo nas redes sociais, os valores democráticos e participativos são ainda mais presentes e necessários, e a estrutura horizontal e a adesão voluntária contribuem para a concretização desses valores. Assim, a ideia de participação efetiva e proativa na estrutura em rede torna-se essencial. A participação que aqui se fala é aquela que flui nas decisões e no controle das ações, segundo Carvalho (2003) uma nova forma de organizar e vivenciar espaços de poder.

Deve-se, neste momento, questionar os encontros da Rede Social Taubaté, onde ocorre a transmissão de uma metodologia criada pela Instituição proponente. A detenção do conhecimento que norteia uma dada ação, não é uma forma de poder? Esse fator será discutido mais a frente, onde a temática do poder se apresenta como uma das subclasses e/ou conjuntos de discursos encontrados.

## **4.2. OS INTEGRANTES DA REDE SOCIAL TAUBATÉ**

A identificação dos treze integrantes da Rede Social Taubaté que participaram desta pesquisa foi feita por faixa etária, gênero, escolaridade, estado civil e área de atuação/representação em relação ao seu envolvimento com o grupo.

Quadro 03 – Identificação sociodemográfica dos sujeitos

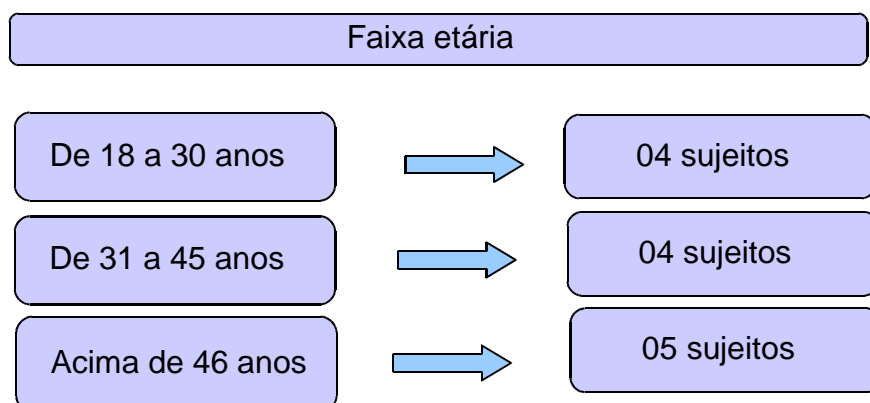
<b>Sujeito</b>	<b>Faixa etária</b>	<b>Gênero</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Área de Atuação</b>
01	31 a 45 anos	Feminino	Fundamental	Divorciada	Diretoria de ONG no segmento da criança e adolescente
02	31 a 45 anos	Feminino	Superior em Psicologia	Casada	Profissional liberal do terceiro setor na área da Assistência Social e Conselheira Municipal
03	18 a 30 anos	Masculino	Superior em Comunicação Social	Solteiro	Representante de Associação Classista
04	31 a 45 anos	Feminino	Superior em Psicologia	Solteira	Profissional liberal em organizações de crianças, adolescentes e adultos. Conselheira municipal
05	Acima de 46 anos	Feminino	Ensino médio	Viúva	Diretoria de ONG cultural e educacional e de política para as mulheres
06	31 a 45 anos	Feminino	Ensino médio	Casada	Representante de ONG de política para as mulheres
07	18 a 30 anos	Feminino	Superior em Serviço Social	Solteira	Profissional liberal que atua em ONG de pessoas portadoras de HIV
08	Acima de 46 anos	Feminino	Superior em Serviço Social	Casada	Profissional liberal que atua em ONG no segmento da Assistência Social
09	18 a 30 anos	Feminino	Superior em Serviço Social	Casada	Profissional liberal que atua em ONG no segmento de pessoa com deficiência
10	Acima de 46 anos	Feminino	Ensino Médio	Solteira	Pastoral religiosa

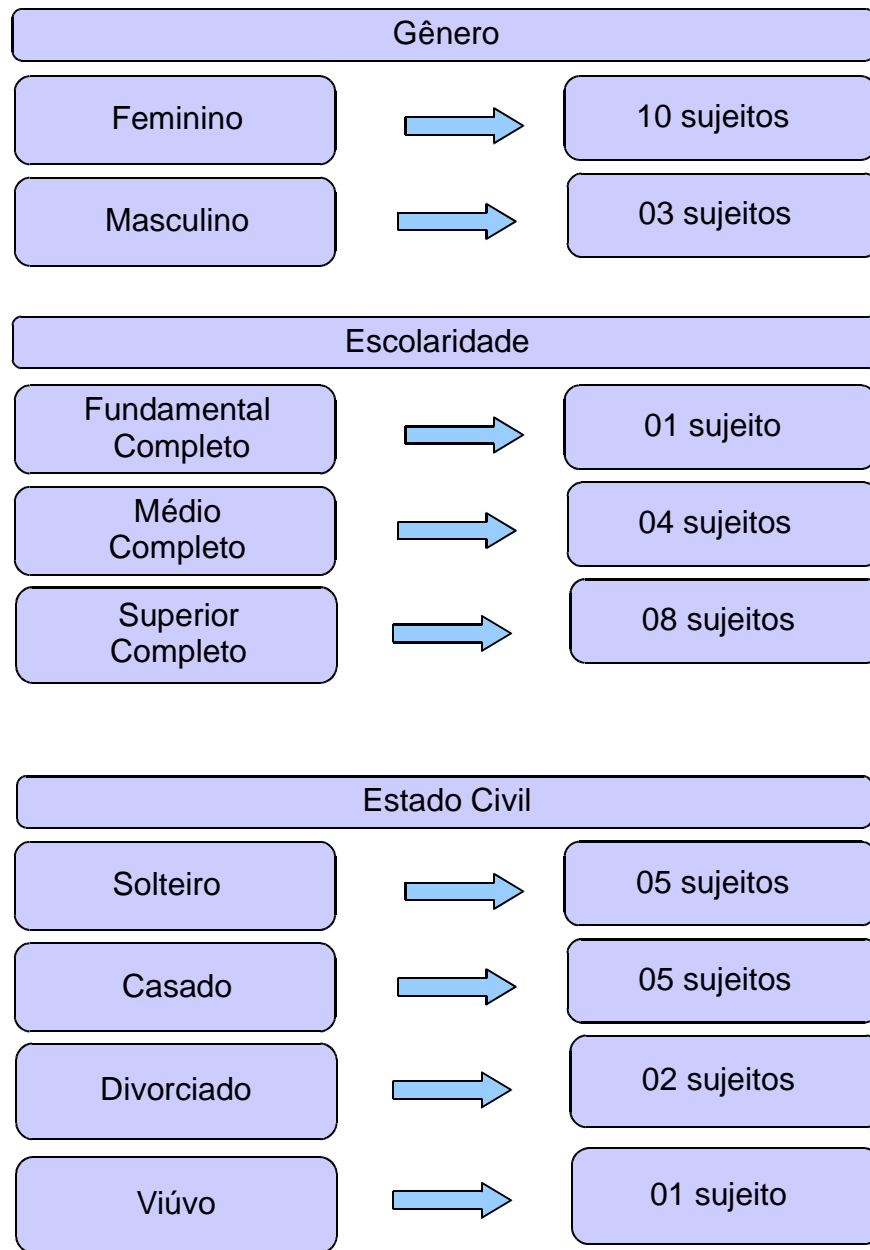
11	Acima de 46 anos	Masculino	Ensino Médio	Casado	Diretoria de ONG no segmento de atendimento à família
12	Acima de 46 anos	Feminino	Superior em Psicologia	Divorciada	Representante de voluntariado corporativo em instituição educacional
13	18 a 30 anos	Masculino	Superior em Psicologia	Solteiro	Funcionário público estadual que atua em equipe multidisciplinar de garantia de direitos. Conselheiro municipal

Fonte: elaborado pela autora

Em relação aos integrantes da Rede Social Taubaté, segue abaixo, na figura 05, a composição do grupo por quantidade de pessoas por faixa etária, gênero, escolaridade e estado civil. Os treze integrantes atuam em diversos bairros do município de Taubaté/SP, entre eles: centro, Parque Três Marias, Vila das Graças, Jardim Maria Augusta, Chácara do Visconde, Alto São Pedro, Estiva, Santa Tereza, Vila Aparecida, Jardim Eulália, entre outros

Figura 05: Identificação dos sujeitos





Este estudo contou com a participação de 13 sujeitos que em suas características sociodemográficas apresentam dez pessoas do gênero feminino e três do masculino. A predominância feminina é correlata à predominância nas áreas assistências e socioassistenciais no Brasil. Em sua faixa etária o grupo é composto por sujeitos a partir dos 18 até 60 anos e foram subdivididos em períodos médios de 13 anos. Percebeu-se, nessa divisão, que entre os sujeitos na Rede Social Taubaté não há uma predominância etária, há certo equilíbrio.

Quanto à escolaridade do grupo, a maioria dos integrantes possui ensino superior completo, seguido por ensino médio e apenas um integrante possui ensino fundamental completo. Nenhum participante apresenta escolaridade abaixo do fundamental completo. Nesse caso se pode levantar a hipótese de que a participação em rede social que requer consenso e deliberação possa ter relação com a bagagem intelectual adquirida.

Em relação ao estado civil, a maioria dos integrantes possuiu experiência conjugal e há um equilíbrio entre casados e solteiros. Quanto à forma de atuação relacionada à integração em rede social, percebeu-se que a maioria está inserida no Terceiro Setor, seja por meio de atividade profissional, voluntariado ou composição de diretoria em ONGs. Somente um integrante representa o poder público. Pode-se afirmar, portanto, que a composição da Rede Social Taubaté é em sua maioria formada por representantes da sociedade civil.

Com base na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano se pode considerar que o desenvolvimento humano ocorre de modo dinâmico e inter-relacionado a partir de quatro níveis: pessoa, processo, contexto e tempo (PPCT). O processo e as mudanças ocorridas ao longo do tempo na forma de atuação e reflexão da Rede Social Taubaté podem ser pontuadas desde o seu início até a atualidade.

Tanto o processo, quanto a mudança, serão detalhados a seguir na classe de discurso 1, Melhoria, que traz uma ampliação dessas questões. Nesse momento, cabe mencionar que o ser humano passa por diversas mudanças durante seu processo de desenvolvimento. As interações sociais aliadas a essas mudanças levam as pessoas a constantes organizações e reorganizações também com o ambiente. Para Dessen e Guedea (2005), conhecer os processos de desenvolvimento significa estudar mudanças que são perceptíveis ao longo do tempo.

O grupo objeto de estudo, em seu processo de formação, se uniu por meio de uma atividade comum e constante realizada por um período estendido de tempo. Essas atividades possuem um grau de complexidade que foram sendo atingidos progressivamente e esse fator vai se repetindo com as novas pessoas que vão ingressando, demarcando também a reciprocidade no grupo e estimulando, assim, o desenvolvimento dos envolvidos. O processo do grupo, bem como o processo proximal, é observado nesta análise da Rede Social Taubaté e referendado

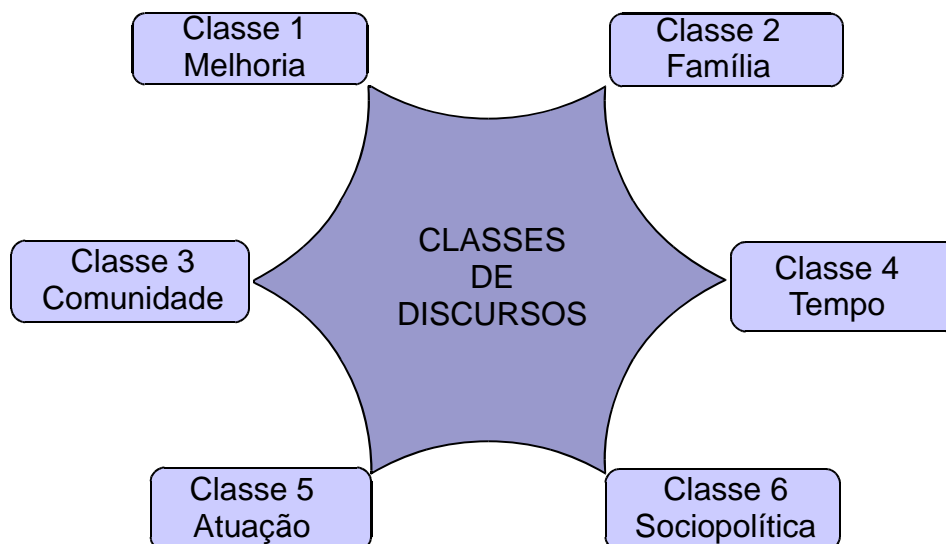
teoricamente. (NARVAZ; KOLLER, 2004; KOLLER, 2008; POLONIA; DESSEN; SILVA, 2005; BRONFENBRENNER, 2011).

O processo proposto nessa teoria pode ser entendido como motor do desenvolvimento, em razão das possibilidades de interação entre o organismo ativo em evolução e as pessoas, objetos e símbolos do ambiente onde estão inseridos. O processo proximal, por sua vez, possibilita que os recursos pessoais sejam estimulados e desenvolvidos. A seguir os resultados e a discussão passam a ser relacionados aos conjuntos e/ou classes de discursos.

### 4.3. PARTICIPAÇÃO: AS CLASSES DE DISCURSOS

Após a identificação dos sujeitos, prossegue a análise relativa às seis classes de discurso definidas pelo *software* ALCESTE. Essas classes de discursos e/ou temas foram nomeadas após análise de seus conteúdos, conforme a Figura 06.

Figura 06: Denominação das classes de discursos apresentadas pelo *software* ALCESTE



A Classe 1 se refere à participação motivada pelo sentimento de melhorar a situação em que se encontra, tanto individual quanto coletiva: ela agrupa algumas respostas em relação ao que o grupo busca com a participação. Foram encontrados alguns dados referentes aos interesses e objetivos dos entrevistados, relacionados à

mudança, a mudar para melhor. Essa classe possibilitou uma reflexão quanto às relações nos sistemas desse microssistema até o macrossistema.

A Classe 2 trouxe a motivação para a participação proveniente das experiências e exemplos familiares, das atividades direcionadas ao desenvolvimento das crianças e adolescentes que compõem o grupo familiar-comunitário, denotando sentimentos de pertencimento e confiança. Essa classe possibilitou uma análise das influências no significado de participação em razão das relações do micro e do mesossistema, segundo a teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Na Classe 3, a motivação evidenciada foi a referência à comunidade, ao comunitário, com o objetivo e o interesse em participar focado naquilo que os entrevistados definiram como causa comum. Encontraram-se dados relativos à participação relacionada à organização e ao planejamento para a ação, possibilitando um paralelo também com as formas associativas e as organizações do Terceiro Setor. A identidade grupal e a diversidade colaborativa foram encontradas nos conteúdos dos discursos dessa classe que também inclui um olhar para as relações tecidas nos meso, exo e macrossistemas da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Na Classe 4 os conteúdos se relacionam ao tempo dedicado à participação e à compreensão do tempo no processo do desenvolvimento humano e social. Nessa classe as questões referentes ao tempo destinado ao voluntariado, à aquisição de conhecimento e à execução de atividades relacionadas a projetos sociais são revelados nos conteúdos das entrevistas. As informações do cronossistema contribuíram com a análise dessa classe/conjunto.

A Classe 5 possui os conteúdos relacionados aos motivos e às formas de participação dos entrevistados no grupo da Rede Social Taubaté. Nessa classe caracteriza-se a atuação em rede social, a atuação profissional e a atuação voluntária. Conforme os entrevistados, essa atuação objetiva o bem-estar social e possibilita um olhar que engloba as relações do exo e do macrossistema.

Por fim, na Classe 6 encontram-se informações oferecidas pelos entrevistados com relação à questão sociopolítica. Enfatiza-se a temática da educação dentro de uma abordagem de direitos, políticas públicas e sociais, e cidadania, entre outros temas. Outra questão que se evidenciou foi a dos serviços e intervenções nos equipamentos públicos e, por fim, a questão do poder e da distribuição do poder obtida por meio da participação para influenciar políticas

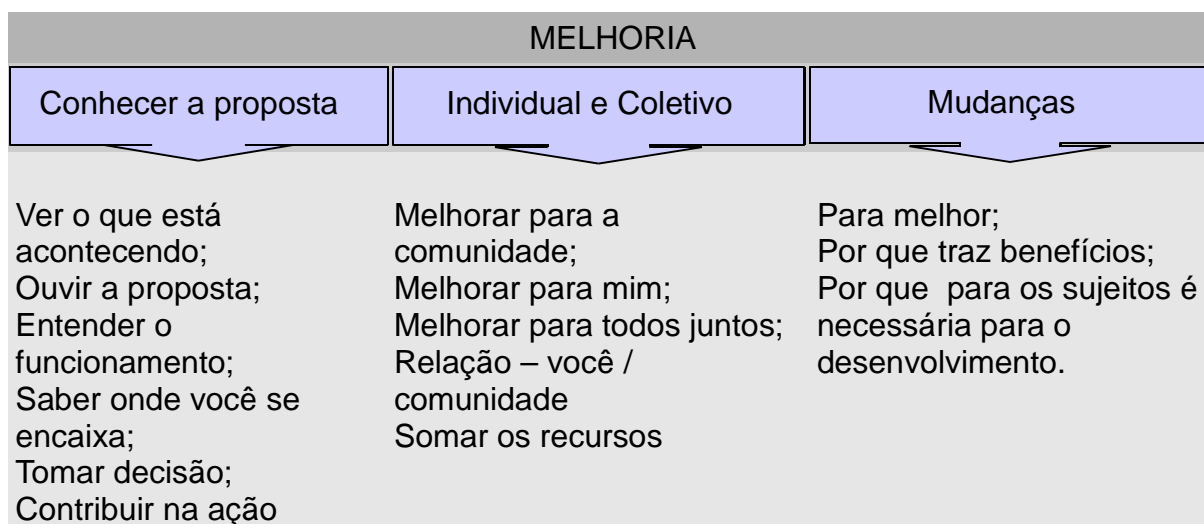
públicas e obter recursos, controle social, organização popular e empoderamento. Nesse grupo também se evidenciam as relações do exossistema e do macrosistema.

Com base nas informações fornecidas pelas classes de discursos apresentadas pelo ALCESTE procedeu-se a uma apresentação detalhada de cada classe. Em cada um dos seis conjuntos de discursos (classes) foram encontradas, após leitura contínua e consistente, subclasses conforme os conteúdos identificados. Cada subclasse definida foi analisada em sua individualidade e ilustrada com o discurso dos sujeitos da pesquisa a fim de compreender a classe como um todo.

#### 4.3.1. Classe 1: Melhoria

Essa classe aborda as questões relacionadas a um participar focado em resultados que possibilitem melhorias tanto para o âmbito individual quanto coletivo. Conhecer propostas que tragam melhorias passa a ser um objetivo e uma motivação para a participação dos sujeitos. Nessa classe verifica-se que a melhoria se realiza a partir de mudança do estado atual para outro melhor. Essa classe foi subdividida nas três subclasses seguintes: a) conhecer a proposta; b) individual e coletivo; e c) mudanças.

Quadro 04: Classe 1 – Melhoria





Na subclasse Conhecer a Proposta encontrou-se um discurso no qual para participar as pessoas buscam informações sobre o que os demais envolvidos se propõem a realizar, como vão realizar, e qual o papel de cada um dos sujeitos nessas ações. A melhoria é desejada, mas deve-se ter um planejamento para atingi-la e esse planejamento deve estar claro para os envolvidos. Com a adesão, a ação passa a ser voluntária. Evidenciou-se, por meio do discurso, que conhecer a proposta e o funcionamento do grupo se reflete na participação. As falas dos entrevistados ilustram essas afirmações.

[...] Você vai lá, observa, vê o que está acontecendo e aonde você se encaixa pra melhorar, isso pra mim é participação. (sujeito 01)

[...] Participar é primeiro você observar e ver aonde você pode ajudar para melhorar. (sujeito 01)

[...] Vou lá escutar a proposta. Para saber o que está acontecendo. O que estão querendo ali. Vamos ver primeiro como é que vai funcionar isto aí.

[...] Primeiro ouvir, observar, para depois tomar uma decisão. (sujeito 01)

[...] Não adianta você ir lá, observar e ficar sem fazer nada. Você tem que ver onde você pode ajudar, onde você pode tá melhorando ali. (sujeito 01)

Na subclasse Individual e Coletivo verificou-se que a melhoria é almejada tanto individual quanto coletivamente. Existe uma junção nos interesses para a melhoria. Em alguns momentos percebeu-se no discurso dos sujeitos uma simbiose, uma dificuldade em dissociar o individual/coletivo. A reunião de recursos em prol da melhoria em conjunto também ficou clara nessa subclasse. Evidenciou-se que os sujeitos se colocam como seres sociais que consideram o contexto no qual estão inseridos em suas ações participativas. Segue ilustração do discurso dos sujeitos.

[...] Você pensa em você, em melhorar. Mas quando você pensa em melhorar você e você está no mesmo lugar em que as outras pessoas querem melhorar as mesmas coisas, então você está pensando em todo mundo melhorar junto. (sujeito 02)

[...] Então, essa melhoria quando eu vou participar ali é pra tentar melhorar pra comunidade e não só pra mim. Mudando a comunidade, muda pra todo mundo. (sujeito 01)

[...] E quando você pensa em trazer coisas pra a melhoria da comunidade, você também está pensando em você, por que você também vai ser beneficiado. É tudo muito ligado. O trabalho comunitário você faz pensando

na comunidade e pensando em você, pensando em você e na comunidade.  
(sujeito 02).

Na subclasse Mudança a melhoria está relacionada à transformação da realidade atual. Considerou-se, com base nos discursos, que a melhoria vem por meio da mudança, que foi relacionada, nessa subclasse, aos benefícios que ela pode trazer e a sua relação com o desenvolvimento. Aqui desenvolver-se é mudar para melhor e essa mudança possui uma conotação motivadora para a participação dos sujeitos. A mudança/transformação/desenvolvimento passou a ser o interesse da participação, segundo os discursos.

[...] Não é mudar por que eu quero ou por que eu não estou gostando, não é isso. Mas é um mudar por que já está claro, comprovado que essa mudança é necessária para o nosso desenvolvimento. Que só vai nos trazer benefícios. (sujeito 02)

[...] Mudança, mudança, esse é o meu interesse, meu objetivo. É o mudar pra melhor. Acho que não tenho muito que falar disso, porque mudança é o meu interesse.(sujeito 02)

#### **4.3.1.1. A melhoria e o desenvolvimento humano e social**

Na classe de discurso Melhoria encontraram-se questões relativas às melhorias que as pessoas e comunidades buscam com suas participações. Os atos de ouvir a proposta, informar-se e entender são formas de buscar um conhecimento compartilhado socialmente em termos de valores e sentimentos a ele atribuído. As pessoas e grupos criam representações e significados no decurso da comunicação e da cooperação, que também possui o objetivo de abstrair o sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções que o reproduzam de forma significativa.

Após a atribuição do significado verificou-se, no discurso dos sujeitos, a tomada de decisão para a ação. Essa decisão/ação, segundo Gohn (2008), ocorre quando os significados são desvelados, produzem estímulos, geram respostas, e dão sentido às ações. O que é possível entender do significado que os sujeitos dão

para participação é que as ações participativas possuem uma conotação de ações individuais e coletivas indissociáveis.

Para os integrantes da Rede Social Taubaté, as ações possuem um objetivo ou um interesse individual, porém elas estão em consonância com as dos demais membros do grupo. Essas ações têm sempre o significado de ações coletivas. O grupo comenta que quando se busca melhoria para si, os demais, inseridos no mesmo contexto, também se beneficiarão.

Em relação a questão podem ser levantadas as seguintes hipóteses antagônicas:

- a) os integrantes agem dessa forma por causa das influências neoliberais que enfatizam a agência, a vontade e a responsabilidade individual, que se apresentam como fatores do macrossistema e estabelecem suas visões de mundo; e
- b) os integrantes agem dessa forma por possuírem um objetivo comum que pode ser remetido às questões comunitárias, que são influenciadas pelas relações do exossistema. políticas públicas, rede social, e Terceiro Setor, entre outros.

Para Bronfenbrenner (1996), o ser humano é um ser biopsicológico que interage com seu contexto e é produto dessa interação. No caso dos sujeitos aqui pesquisados, a relação individual/coletivo ocorre desde o ambiente familiar até o ambiente comunitário, por meio das relações bidirecionais e suas influências mútuas e recíprocas. Relações essas também confirmadas por Dessen e Guedea (2005).

Ressalta-se a orientação que os sujeitos recebem da instituição de ensino do sistema S, a proponente. Pode-se considerar que essa intervenção também interfere nas relações com o ambiente e, conseqüentemente, pode influenciar no significado de participação para esse grupo. Para Martin-Baró (1996), o resultado imediato da intervenção social é a mudança social e individual, ou seja, individual/coletivo.

Para o psicólogo social comunitário que atua com esse grupo deve-se lembrar o cuidado para que não ocorra a alienação. A melhoria, a mudança, deve ser reflexiva e não alienada, com o que concordam Lane (2001) e Sawaia (2010). Tanto o psicólogo social, quanto o grupo em si, são influenciados em suas significações pelos sistemas descritos por Bronfenbrenner (1979; 1996; 2011). Cabe, então, um alerta à reflexão quanto às mudanças que almejam.

Em relação à mudança, neste estudo apresentou-se, na classe de discurso Melhoria, a subclasse que recebeu a denominação de Mudança, que no discurso dos sujeitos remete a uma analogia com o desenvolver.

Dessen e Guedea (2005) alertam que nem toda mudança pode ser considerada desenvolvimento, pois isso requer a identificação de uma direção a ser seguida ao longo do tempo. Neste estudo, essa questão foi contemplada acima, na análise do processo da Rede Social Taubaté, desde sua formação até a atualidade.

Quanto às mudanças, Dessen e Costa Jr. (2005); Dessen, Sifuentes e Oliveira (2007) e Bronfrenbrenner (2011), trazem a questão do desenvolvimento em termos de mudanças e continuidades. Comentam que a noção de descontinuidade é associada à plasticidade, à capacidade de o indivíduo gerar as mudanças, e à continuidade, às características que se mantêm estáveis durante os estágios e as transições.

Para esses autores, a relação estágio-transição ou estabilidade-mudança podem caracterizar o desenvolvimento humano. Nessa perspectiva, portanto, pode-se inferir que a Rede Social Taubaté, para esses sujeitos possa se caracterizar como um contexto promotor de desenvolvimento humano e social.

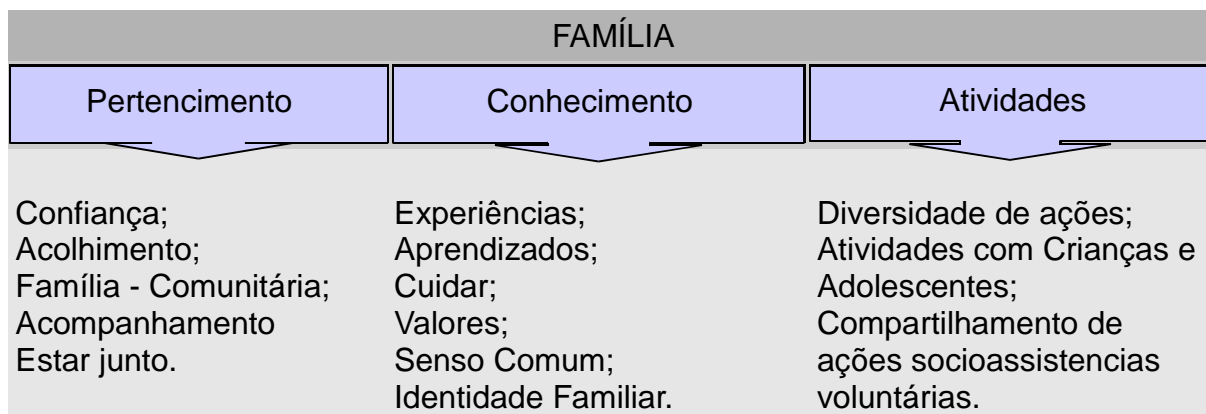
Também foi contemplado, neste estudo, o tempo histórico, pela linha do tempo da área social que trouxe as informações dos movimentos sociais, dos novos movimentos sociais, Terceiro Setor, associativismos e das redes sociais atuais. Desse modo, facilita-se a compreensão em relação à mudança apresentada na forma de agir socialmente que não surgiu de repente, mas se apresenta como um novo contexto sócio-histórico, após várias transformações sociais. Assim, demonstram-se também as influências do cronossistema e do macrossistema nas mudanças trazidas pelo discurso dos integrantes da rede Social Taubaté.

#### **4.3.2. Classe 2: Família**

Essa classe apresentou as questões relacionadas à família e ao compartilhamento de suas experiências. Essas experiências é que se transformam, ao longo de suas histórias, em modelos de aprendizagem e influenciam suas formas de participação. As atividades relacionadas às famílias, especificamente às crianças

e adolescentes, também se fizeram presentes nessa classe, bem como o pertencimento, a confiança e o acolhimento. A classe dois foi subdividida em três subclasses: a) pertencimento; b) conhecimento; e c) atividades.

Quadro 05: Classe 2 – Família



Na subclasse Pertencimento identificou-se que as relações tecidas no micro e mesossistema, em um determinado período vivido de tempo, influenciaram o cotidiano atual dos integrantes da Rede Social Taubaté. Essa subclasse foi composta por sentimentos, como a confiança e o acolhimento, provenientes de um acompanhamento constante, bem como a percepção da relação família/comunidade como a formação de uma família-comunitária, reflexo do pertencimento.

Nessa subclasse encontrou-se, no discurso dos sujeitos, o fazer parte de algo, o estar junto em algo, o pertencimento que tem, para esse grupo, origem nas vivências com a família.

[...] parece que vivo em outro mundo. Passamos a valorizar o que está ao nosso redor e isso vai construindo a paz e a alegria de ser comunidade e família. (sujeito 11)

[...] E em todo lugar que eu estiver ele também tá. Tá os filhos, as mães, os filhos das outras pessoas e o meu também tá junto. (sujeito 01)

[...] São pessoas que me conheceram, que cresceram comigo e que com o passar do tempo estão me acompanhando. (sujeito 01)

Na subclasse Conhecimento encontra-se no discurso dos sujeitos a história da construção do conhecimento e da ação proveniente do contexto familiar e das

trocas de experiências entre as famílias. Essa transmissão de conhecimento apresenta-se como fontes inesgotáveis de valores e de construção dos significados.

Nessa subclasse a família é descrita pelos sujeitos como formadora de um conhecimento advindo de suas práticas e saberes. Os integrantes desse grupo atuam em rede social comunitária por causa das influências das relações do microsistema.

[...] meu ambiente familiar me fez crescer e de fato estar pronto para aprender a encarar as novas responsabilidades de um ofício em que a retórica e a perspicácia no olhar e no sentir são os fundamentos das relações. (sujeito 06)

[...] fui fazer magistério e mais uma vez a família me colocou diante de uma comunidade, precisava estagiar. (sujeito 05)

[...] quando eu faço o trabalho [voluntário] com os adolescentes o pequeno vai junto comigo. Onde eu tô ele tá do meu lado, sempre participando. (sujeito 01)

[...] quando criança, muitas vezes, recebíamos amigos de primos ou tios. Como sou de uma família de políticos, só entendi quem eram aqueles amigos bem mais tarde. (sujeito 05)

[...] desde pequena estou envolvida com participação em comunidade. (sujeito 07)

Na subclasse Atividades identificou-se que as ações voluntárias diversificadas desenvolvidas pelas famílias dos integrantes da Rede Social Taubaté, em suas histórias, demarcam as ações participativas, colaborativas com o coletivo. Também se verificou nessa subclasse a preocupação com atividades direcionadas às crianças e aos adolescentes.

O discurso remete ao fazer junto, e a ação conjunta família/comunidade surge como propulsora da participação. Nessa subclasse evidenciou-se o desenvolvimento de atividades para crianças e adolescentes como uma prática constante na história de vida desses sujeitos. Essas atividades ocorrem com ou sem planejamento.

[...] era uma casa que a criançada se reuniu ali. Falavam do bem e as crianças eram recebidas sem distinção. Aí o lugar cresceu, tinha uma grande demanda de criança. (sujeito 01)

[...] comecei lá como voluntária trabalhando com os adolescentes na área de voleibol, de esportes. (sujeito 01)

[...] é só começar qualquer brincadeira que eles vêm ali. Rapidinho junta a turma ali é só ter iniciativa. (sujeito 01)

[...] Gostava de comunidades, atuamos bastante com as crianças [...] em especial nos finais de semana. (sujeito 05)

[...] às vezes marcava também um horário pra brincar e avisava o pessoal, ou eles vinham por conta própria. (sujeito 01)

#### **4.3.2.1. Família e promoção do desenvolvimento humano**

Na classe de discurso Família esta se apresenta como uma forte influência no significado que os integrantes da Rede Social Taubaté possuem em relação à participação, pois foi considerado pelos sujeitos o aprendizado proveniente das relações desse contexto. Esses processos comunicativos ocorrem de forma direta nas interações com o micro e o mesossistema e por isso encontraram-se as influências dessas relações de forma mais intensa.

Complementa-se a reflexão dos discursos dos sujeitos lembrando que cada um, desde o nascimento, está inserido em uma realidade feita de significados comuns e de um conhecimento comum compartilhado no cotidiano, uma trama de conhecimentos pragmáticos ligados às práticas e aos costumes dos grupos sociais aos quais pertence.

No discurso dos sujeitos encontra-se a menção de que a participação é oriunda da vivência familiar e do sentimento de pertença. As experiências vividas no âmbito familiar, composto pelo microssistema, demarcaram a forma como os componentes do grupo representam e atuam na sociedade, nos demais sistemas relatados na teoria bioecológica do desenvolvimento humano. (BRONFENBRENNER, 1979, 1996, 2011; POLÔNIA; DESSEN; SILVA, 2005; DESSEN; COSTA JR., 2005; POLÔNIA, 2007)

A família, segundo os autores supracitados, é uma das responsáveis pela transmissão das crenças e valores da sociedade. Ela tem uma influência significativa no comportamento das pessoas, “especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais” (POLÔNIA, 2007, p. 22).

Esse fato ficou claro no discurso dos sujeitos desta pesquisa, tanto em relação as suas vivências enquanto crianças, quanto nas suas atuações em prol da contribuição ao desenvolvimento das crianças pertencentes ao grupo comunitário. Polônia (2007, p.22), complementando sobre a família, “ela é a matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva”.

Essa interação se dá entre as pessoas e delas com os contextos e com os símbolos. A autora comenta que a interação implica em alterações nas partes envolvidas, como uma ‘inter-ação’ em constante troca com os outros e com o ambiente. Essa interação possibilita a construção de sentidos que, por sua vez, definem a forma de ação nos diversos contextos do desenvolvimento (POLÔNIA, 2007).

Neste estudo isso se verificou pela caracterização que os sujeitos trouxeram em seu discurso da família-comunitária, confirmando também o significado que construíram socialmente para explicar suas ações cotidianas e suas participações.

Ao retomar a discussão sobre esses contextos de desenvolvimento, que nesta classe se apresentaram prioritariamente como relações tecidas no microssistema, Bronfenbrenner (2011) comenta que o microssistema se caracteriza pela relação entre a pessoa em desenvolvimento e o ambiente imediato no qual ela está inserida: é o ambiente cotidiano de casa, da escola, de trabalho ou do bairro.

Esse ambiente inclui os relacionamentos bidirecionais diretos com pais, irmãos, babás, colegas e professores, influenciando-se mutuamente, como se verificou no discurso dos sujeitos sobre os seus cotidianos. Essa influência tem como base a transmissão de conhecimentos e valores que ocorre por meio de atividades familiares, que remete, também, à questão das atividades molares.

Para tanto, concordam Bronfenbrenner (2011), Koller (2008), Polônia, Dessen e Silva (2005), Narvaz e Koller (2004), que precisa haver significância e persistência dessas relações interpessoais, bem como afetividade e reciprocidade. No microssistema, o aspecto mais importante, imediato e significativo no processo de desenvolvimento da pessoa é constituído pelas chamadas atividades molares, que “são compostas por ações contínuas, que ocorrem em um dado período e que são reconhecidas e identificadas como significativas e intencionais pelas pessoas envolvidas no ambiente” (POLÔNIA; DESSEN; SILVA, 2005, p.79).



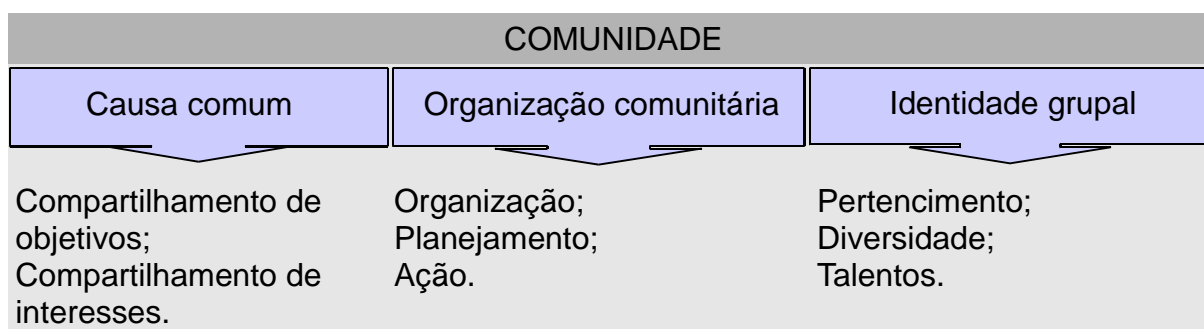
Também sobre o compartilhamento e a afetividade, em relação ao ser humano, e presente nas questões relacionadas à participação, Bordenave (2002) cita que a participação tem uma base afetiva e uma base instrumental que se complementam. A base afetiva é proveniente do prazer que se tem em fazer coisas com outros. A base instrumental, por sua vez, mostra que participar, fazer coisas com os outros, é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos. O prazer na relação com o outro agrega as pessoas e fortalece o sentimento de pertença que é facilmente encontrado quando existe qualquer tipo de participação.

### 4.3.3. Classe 3: Comunidade

Essa classe trouxe dados sobre as relações nos contextos das redes sociais comunitárias. Segundo a teoria de Bronfenbrenner, que compôs a base teórica deste estudo, as relações que se tecem em rede social situam-se no exossistema, englobando os micro e mesossistema. Apresentou-se, nessa classe, o que se compartilha, ou seja, o que é comum em termos de objetivos e interesses.

A organização comunitária também se apresentou nessa classe, como uma via de acesso para a ação e os resultados. A causa comum e a atuação em conjunto permeiam a identidade grupal, também presente. Desse modo ocorreu a divisão nas seguintes subclasses: causa comum, organização comunitária e identidade grupal, conforme Quadro 06, a seguir.

Quadro 06: Classe 3 – Comunidade



Na subclasse Causa Comum foram encontrados os objetivos e os interesses dos sujeitos da pesquisa de modo compartilhado. Essas relações com causas

comuns ocorrem neste estudo no âmbito das redes sociais comunitárias que se realizam simultaneamente no micro, meso e exossistema. A participação é posterior à percepção dos sujeitos sobre esse compartilhamento. O discurso dos sujeitos possui uma ampla frequência nesse sentido, conforme segue:

[...] meu interesse é contribuir para uma melhoria da cidade em que vivo, conhecendo mais pessoas também dispostas ao mesmo objetivo. (sujeito 03)

Movimento comunitário é quando pessoas de interesse em comum lutam por uma determinada causa. (sujeito 07)

Participar é se comprometer com a causa, contentar-se com o êxito das pessoas da comunidade que lutam pelo mesmo objetivo. (sujeito 11)

[...] minha participação na comunidade será sempre com o objetivo de promover uma cidade melhor. (sujeito 03)

[...] na rede social também compartilhavam valores e tinham uma missão semelhante que era promover o desenvolvimento social e econômico da cidade. (sujeito 03)

[...] o movimento comunitário é a demonstração de como pessoas juntas e com objetivos em comum trabalham para a transformação da realidade, pensando em como a comunidade inteira pode se beneficiar com esta causa. (sujeito 03)

[...] movimento comunitário para mim seria quase uma utopia, representada pela união de pessoas que buscam interesses comuns para o bem-estar social. (sujeito 06)

Na subclasse Organização Comunitária encontrou-se a ação conjunta de forma planejada. Em alguns discursos percebeu-se que a própria organização é que motiva a ação. A elaboração de projetos é um destaque dessa subclasse, demonstrando o Processo da Rede Social Taubaté, bem como a menção sobre o tempo que se obtém para a participação quando existe o planejamento. Assim, além dos sistemas supracitados na classe Comunidade, há nessa subclasse o cronossistema como uma referência no discurso dos sujeitos desta pesquisa.

[...] no momento não planejo e conseqüentemente não consigo organizar meu tempo para uma participação na comunidade. (sujeito 12)

Como acredito que a participação na comunidade deve ser planejada, prevendo qual será o impacto de toda a ação na comunidade. (sujeito 03).

[...] na comunidade o meu trabalho é baseado no planejamento e na comunicação. (sujeito 03)

[...] estou colaborando virtualmente e em encontros de formatação das ações de comunicação. (sujeito 03)

[...] planejando, executando, divulgando, colaborando, levar a informação adquirida nas experiências de vida pessoal e profissional transformando-as em ações junto à comunidade, em rede social. (sujeito 07)

Na subclasse Identidade Grupal percebeu-se que em razão da diversidade, a comunidade agrega, conforme o discurso dos sujeitos, talentos variados, porém essa diversidade colabora para a formação da identidade grupal, pois entendem que ela é posta a serviço do grupo em questão.

A clareza do atuar em conjunto em razão do objetivo comum, mesmo na diversidade de atores sociais, é um dos componentes identitários, bem como a forma de atuar. A diversidade, especificamente nesse grupo, é tida como um dos fatores de contribuição para as ações em rede social. Essa subclasse trouxe também, junto com a identidade grupal, o sentimento de pertencimento ao grupo que possui uma nova forma de atuar socialmente:

[...] pessoas também dispostas ao mesmo objetivo e agregando talentos para o desenvolvimento da cidade. (sujeito 03)

[movimento comunitário] é a maneira que a sociedade tem para se organizar em torno de um interesse comum, uma necessidade, fortalecer sua identidade e proporcionar o desenvolvimento. (sujeito 12)

[...] Acho que estes são talentos que eu tenho a oferecer. (sujeito 03)

[...] disseminar a cultura de rede social, de construção social em rede. (sujeito 05)

[...] fui conhecendo mais a dinâmica de trabalho em rede, com a qual me identifiquei por compartilhar valores e objetivos com a prática em rede social. (sujeito 03).

[...] o movimento comunitário atua como uma corrente de pessoas que buscam realizar com seus próprios esforços e talentos melhorias para a comunidade. (sujeito 03).

#### 4.3.3.1. Comunidade, Intersubjetividade e exossistema

A classe de discurso Comunidade apresentou a identidade grupal, que para a Rede Social Taubaté trouxe, conforme seus integrantes, a caracterização da diversidade, dos talentos, do individual em prol do coletivo. Essas características acompanham as conceituações e descrições estudadas sobre as redes sociais e suas relações comunitárias (INOJOSA, 1999; FRANCO, 2004).

Outro fator apontado na identidade grupal é o sentimento de pertença a esse grupo que possui uma nova forma de atuar socialmente. Desse modo, o sentimento de pertença é outra vez retomado nos resultados, porém agora com um olhar focado no tecido comunitário. Guareschi (2010) comenta a dinâmica do grupo comunitário como um grupo no qual as pessoas se conhecem, se estimam e se articulam.

Remete ao pensamento de que a comunidade é uma associação que se dá na linha do ser, isso é, por uma participação profunda dos membros no grupo, nos quais são colocadas, em comum, relações primárias. Nessa perspectiva de pertencimento, os relacionamentos do grupo trazem os laços tecidos por meio de ajuda mútua e dos símbolos e valores que compartilham.

Nessa visão, a comunidade é uma entidade simbólica que proporciona um senso de identidade a seus membros (SAWAIA, 2010; GUARESCHI, 2010; CAMPOS, 2010). Esses aspectos também são confirmados por Lifschitz (2011), que em seus estudos sobre neocomunidades relata a força entre o comunitário e o identitário. “Neste sentido, o identitário, enquanto forma de representação dos que se reconhecem como iguais, se realiza, sobretudo nas comunidades [...] como uma peculiar forma de intersubjetividade entre os mesmos” (LIFSCHITZ, 2011, p. 28).

Em relação à causa comum, se podem envolver entes autônomos, com objetivos específicos próprios, e que passam a se articular em função de uma ideia abraçada coletivamente. Esse item foi revelado nesta pesquisa por meio do discurso dos sujeitos sobre a causa comum e que se concretiza nas ações em rede social comunitária. Conforme Inojosa (1999), uma ideia pode levar a definir, em conjunto, um objetivo comum, a ser realizado com a preservação da identidade original de cada participante. Essa definição se dará no próprio processo de compartilhamento

dessa ideia e na explicitação do propósito de sua existência, que vai configurando a sua atuação, caracterizada neste grupo pelo fazer em conjunto.

Em relação ao compartilhamento, pontua-se que a participação passa pelo objetivo comum e se o objetivo excluir alguém esse alguém não vai se comprometer e participar. Muñoz (2004), por sua vez, comenta que a confiança, o comprometimento e a competência para participar devem ser adquiridos gradativamente, com a prática. A participação não consegue ser ensinada e aprendida como abstração, e ao defini-la o autor cita que é composta por *Pars*, raiz latina que significa parte; e *ceps*, que significa o que toma: o que toma parte, o que compartilha.

Quanto aos sujeitos, pontua-se também que colaboram exatamente com o seu conhecimento, com seu saber. Composto por uma diversidade profissional, o grupo que integra a Rede Social Taubaté cotidianamente exercita a realização do consenso e de seus projetos comuns, a participação de forma interdisciplinar.

Para alcançar os objetivos comuns, o tempo de permanência dos parceiros em rede está em relação com o tempo necessário para realizar as ações para as quais a sua participação é essencial, uma vez que o que dá estabilidade à rede são a manutenção do propósito comum e a realização dos objetivos. Percebem-se, nesse momento, as influências do exo e do cronossistema.

Verificou-se esse fato nos discursos dos sujeitos, que resultou na subclasse Organização Comunitária, o que demonstra a necessidade do planejamento de forma participativa para o cumprimento das ações. Em outras palavras, um vislumbre de divisão de poder. Planejar significa intervir na realidade, e o planejamento participativo é um modo de intervenção que se espera ser alternativo. De outro modo, tal planejamento poderia se transformar em uma farsa do poder (DEMO, 2001; SOUZA, 1991).

Segundo Demo (2001, p.44) “mesmo o planejamento participativo pode tornar-se mera legitimação do poder, à medida que reproduzir apenas uma farsa participativa”. Esse é o risco que o grupo enfrenta diante das orientações passadas pela Instituição de Ensino que fornece a metodologia para atuação em rede.

Desse modo, também deve estar alerta o profissional da psicologia que realiza as intervenções com os sujeitos da pesquisa, visto que o psicólogo social e a psicologia comunitária possuem a proposta da autonomia, oriunda da reflexão. Por

outro lado, na recepção da informação deve-se considerar, no grupo, a reflexão do sujeito receptor.

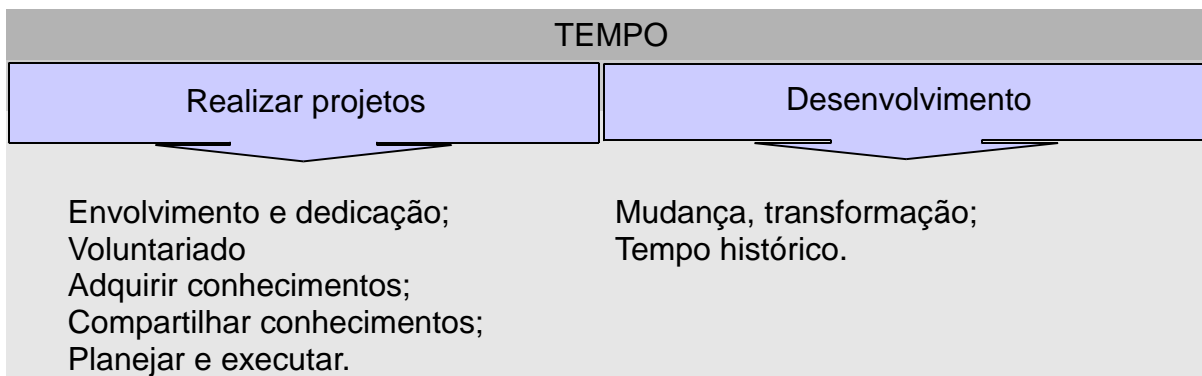
Os conhecimentos são explicações interligadas de uma série de acontecimentos da vida social. A elaboração de explicações pressupõe um ser humano ativo do ponto de vista cognitivo, e não receptor passivo, porém há de se considerar as influências relacionais, desde o micro até o macrosistema, por meio das experiências e comunicações compartilhadas desde o ambiente familiar até as interferências socioculturais.

Quanto às formas de atuação comunitárias e em rede social, vistas na teoria de Bronfenbrenner (1979; 1996; 2011), as relações ocorrem no exossistema onde estão as estruturas sociais específicas, formais e informais, que influem no contexto imediato da pessoa e delimitam e determinam o que aí acontece. O exossistema refere-se aos vínculos entre dois ou mais ambientes, que mesmo não envolvendo a pessoa em desenvolvimento afeta-a indiretamente, como, por exemplo, no caso dos sujeitos pesquisados, que compartilham demandas comuns do Terceiro Setor, dos equipamentos públicos e as contempladas pelas redes sociais.

#### **4.3.4. Classe 4: Tempo**

Nessa classe os conteúdos se relacionaram ao tempo, que na teoria estudada refere-se ao cronossistema. Foi encontrado no discurso dos sujeitos o tempo relacionado à dedicação, à participação, e às questões referentes aos períodos destinados às diversas atividades. A compreensão do tempo no processo do desenvolvimento humano relacionado às mudanças, o tempo vivido, e aos processos sociais, o tempo histórico, também foi evidenciada nessa classe. Foram encontradas apenas duas subclasses para a classe Tempo: realizar projetos e desenvolvimento, conforme a descrição a seguir.

Quadro 07: Classe 4 – Tempo



Na subclasse Realizar projetos o tempo remete ao envolvimento, à dedicação e à atuação em ações diversas e voluntárias nas redes sociais. O tempo para as ações também perpassa a questão do ter a informação de onde, quando e como atuar. Destaca-se nessa classe a percepção dos sujeitos sobre o tempo destinado ao planejamento, à aquisição de conhecimento, às reuniões deliberativas e aos períodos necessários para as liberações de documentos e aprovações públicas de projetos.

[...] trabalhei com a comunidade através da rádio local e intervimos com projetos sociais, mas ainda estamos esperando a reunião para decidir algo. (sujeito 06)

Geralmente participo quando é de meu conhecimento e quando tenho tempo disponível. (sujeito 09)

[...] sempre estamos fazendo cursos para dimensionar a causa. O objetivo é aprender a fazer uso de ferramentas de socialização e isto leva tempo.[...] creio estar me capacitando para ajudar a comunidade de forma mais efetiva através da liberação de projetos e utilizando as ferramentas públicas que hoje nos são oferecidas. (sujeito 06)

[...] também ocupo meu tempo participando de palestras e reuniões referentes a vários assuntos, como violência contra a mulher, dependência química, entre outros. (sujeito 09)

[...] até agora estávamos juntando elementos para aprovação de projetos, agora temos que correr atrás de liberar a documentação para buscar as certificações necessárias para a sua aprovação. Tudo precisa de tempo. (sujeito 06)

Ainda na classe Tempo em sua subclasse Desenvolvimento os discursos remetem à noção de tempo oriunda das mudanças das pessoas em suas diferentes

etapas do desenvolvimento humano. O desenvolvimento e as transformações sociais também estão presentes nessa subclasse, por meio das pontuações de diferentes períodos históricos, remetendo ao tempo histórico. Seguem alguns discursos para ilustrar a informação.

[...] pensando no conjunto, nas crianças, nas atividades para que possam ocupar o tempo, a mente, para abrir possibilidades futuras de desenvolvimento para elas. (sujeito 06)

[...] comecei nos movimentos comunitários porque há anos eu ingressei nos movimentos estudantis. Foram as minhas primeiras inserções políticas e minha mãe tinha medo disto, pois ela era uma pessoa vinda da ditadura militar. (sujeito 02)

[...] na minha visão participar está relacionada ao envolvimento, ao quanto nos envolvemos com uma comunidade em termos de comprometimento com o seu desenvolvimento ao longo do tempo. (sujeito 03)

#### **4.3.4.1. O desenvolvimento ao longo do tempo**

Na classe de discurso Tempo foram encontradas questões relacionadas ao Tempo, que conforme o discurso dos sujeitos é compreendido, por um lado, em relação ao período dedicado à participação e destinado às atividades realizadas, que gerou a subclasse 'realizar projetos'. Por outro lado, em relação ao desenvolvimento também gerou uma subclasse com essa denominação: o tempo passou a possuir uma conotação vivencial e histórica.

O tempo revela-se como o quarto nível do modelo teórico proposto por Bronfenbrenner se apresenta como um sistema que ocorre por toda a vida: o tempo. O Cronossistema vem complementar e reforçar a ideia do envolvimento das pessoas em contextos ao longo do tempo, e conforme mencionado anteriormente, o tempo também exerce uma função no desenvolvimento, a partir das transformações e continuidades características do ciclo vital (BRONFENBRENNER, 2011; KOLLER, 2008; POLÔNIA; DESSEN; SILVA, 2005).



Em relação ao tempo destinado ao voluntariado, à aquisição de conhecimento, ao planejamento e suas execuções, percebido pelos integrantes da Rede Social Taubaté, Bronfrenbrenner (2011) apresenta o mesotempo, que retrata a periodicidade dos eventos entre intervalos de tempo compreendendo dias, semanas e meses.

Em relação às mudanças e transformações humanas, referentes às mudanças das pessoas em suas diferentes etapas do desenvolvimento, e as transformações sociais, relacionadas ao contexto histórico, que atualmente apresenta possibilidades de atuações sociais diferentes e que foi demarcado como tempo histórico, Bronfrenbrenner (2011) apresenta o macrotempo, que refere-se às mudanças nos eventos e nas expectativas da sociedade.

Aqui se tece um paralelo sobre o tempo, ou melhor, o cronossistema, entre as classes e subclasses de discursos apresentadas pelos integrantes da Rede Social Taubaté, como, por exemplo, em relação ao macro tempo ou tempo histórico:

- 1) na classe Melhoria, na subclasse Mudança, se realiza por meio de transformações que requerem uma direção a serem seguidas ao longo do tempo;
- 2) na classe Família se realiza com atividades, experiências compartilhadas e transmissão de conhecimento, que ocorrem e influenciam as pessoas também ao longo do tempo;
- 3) na classe Tempo, na subclasse Desenvolvimento, encontra-se o desenvolvimento humano e social que ocorre no transcorrer do tempo.

Outras similaridades do cronossistema que também se apresentam entre as subclasses, porém em relação ao mesotempo ou tempo vivido são:

- 1ª) na classe Comunidade, na subclasse Organização Comunitária, se encontra a menção à organização e elaboração de projetos;

- 2ª) na classe Tempo, na subclasse Realizar Projetos, se apresenta o tempo destinado ao envolvimento, voluntariado e execução de projetos.

Bronfrenbrenner (1996) emprega a questão do tempo no que tange, além das características da pessoa, à passagem do tempo no ambiente e na sociedade em geral.

Podemos compreender, segundo a sistematização acima, a importância do tempo em relação à participação dos integrantes da Rede Social Taubaté. Segundo o interesse nos projetos comuns, esses sujeitos destinam um período maior ou menor de tempo. Desta forma, conseguem elaborar e executar as propostas de desenvolvimento do grupo e qual o período irão destinar voluntariamente a estas questões. Bem como, a noção que o grupo possui do tempo destinado ao seu próprio desenvolvimento.

Percebeu-se no discurso dos sujeitos a compreensão que a mudança, que a transformação, demandam um tempo que perpassam o seu tempo vivido, enfatizando a importância em se considerar o tempo histórico no processo do desenvolvimento.

#### **4.3.5. Classe 5: Atuação**

Essa classe possui os conteúdos relacionados aos motivos e formas de atuação dos entrevistados. Apresentam-se, nessa classe os discursos dos sujeitos que em detalhes possibilitam encontrar e descrever três subclasses que se relacionam com a atuação voluntária, a atuação em rede social e a atuação profissional. É importante ressaltar que, mesmo as redes sociais comportando as atuações voluntárias e profissionais – caracterizada pela Rede Social Taubaté – os discursos dos sujeitos trouxeram informações pontuais e distintas, conforme Quadro 08 a seguir.

Quadro 08: Classe 5 – Atuação



Na subclasse Voluntária, a atuação remete às ações realizadas em instituições religiosas oriundas dos ambientes onde os sujeitos da pesquisa também se inserem, bem como de suas vivências anteriores. As atividades diversas demarcam as ações de forma espontânea e sem remuneração financeira, realizadas em diversos segmentos sociais pelos sujeitos pesquisados. Seguem os discursos para ilustração.

[...] todo movimento que parte da vontade das pessoas, sem pensar em recompensas sociais, é um verdadeiro movimento comunitário. A princípio trabalhei na igreja católica, nas pastorais e atualmente estou há sete anos como voluntária em uma entidade filantrópica. (sujeito 08)

[...] iniciando meu trabalho a partir das pastorais, apresentei um projeto para desenvolver com as famílias daquela comunidade sobre família, relacionamentos, cidadania. (sujeito 08)

Na subclasse Rede Social as atuações dos sujeitos remete, conforme encontrado nos discursos, à atuação em conjunto realizada de forma que privilegie a horizontalidade relacional. Também foram encontradas nessa subclasse as atuações que possuem sua origem em propostas que unem os sujeitos, seja por causa comum, objetivo comum ou outros fatores que possibilitam a sua realização.

[...] comecei a atuar em questões relacionadas ao empreendedorismo e projetos de desenvolvimento municipal. Assim, desenvolvemos reflexões na rede social sobre a participação das pessoas. E assim, comecei a trabalhar voluntariamente em projetos da Rede Social Taubaté que tinham a ver comigo e não com a empresa. (sujeito 03)

[...] encontramos outras pessoas também dispostas a colaborar com o desenvolvimento da cidade, e atuamos em conjunto, pelo bem-estar social. (sujeito 03)

Na subclasse Profissional, a atuação é referente à prática profissional dos envolvidos na Rede Social Taubaté. O segmento socioassistencial é referenciado nos discursos dos sujeitos por ser o segmento que apresenta amplas possibilidades para esses profissionais, bem como para o Terceiro Setor. Os sujeitos desta pesquisa que atuam profissionalmente são profissionais liberais ou representam alguma organização não governamental inserida no Terceiro Setor.

Minha atuação em atividades comunitárias começou pela Rede Social Taubaté. Na época que ingressei no grupo e comecei a participar das discussões e articulações, tinha a intenção de representar a empresa que eu trabalhava. (sujeito 03)

[...] hoje a minha atuação é como representante do voluntariado corporativo na empresa que eu trabalho, desenvolvendo campanhas pontuais e incentivando o voluntariado. (sujeito 12)

[...] por conta do trabalho dele, nesta época, além das manifestações contra a ditadura, íamos às comunidades que ele atendia como religioso. (sujeito 05).

[...] sinto que a instituição está mais conhecida no município, mas isto é resultado de um trabalho da equipe profissional, apesar de não ter tanta participação das famílias. (sujeito 09).

#### **4.3.5.1. Atuação, participação e desenvolvimento**

A classe de discurso Atuação refere-se às formas e aos motivos que os integrantes da Rede Social Taubaté relatam sobre a sua participação. O voluntariado foi encontrado nessa classe como um item relacionado às vivências anteriores em relação às formas de atuação espontâneas, compartilhadas com a família, conforme visto na classe 2 - Família. Apresentam-se, porém, também como uma forma de atuação sem remuneração financeira que remete às questões históricas e religiosas.

As organizações que hoje pertencem ao Terceiro Setor, em sua origem no Brasil, existiam basicamente nos espaços das igrejas e permeadas pelos valores da caridade cristã. Nesses espaços encontravam-se a tradição de generosidade ou de solidariedade fortemente baseada em valores assistencialistas e paternalistas (GOHN, 2011; SALVATORE, 2004; FISCHER, 1996; LANDIM, 2000). Esse tipo de voluntariado também já foi descrito neste estudo como possuindo uma forte influência do micro e mesossistemas, representados por valores religiosos, caritativos e filantrópicos, presentes na família e nos locais de suas práticas religiosas.

Como influências do exossistema aparecem as atuações em rede social e profissionais. No exossistema estão, conforme Bronfenbrenner (2011), as estruturas sociais específicas, formais e informais, tais como as políticas públicas locais, nacionais e internacionais, que têm efeitos sobre os cenários imediatos da pessoa em desenvolvimento, influenciando, delimitando, e até determinando o que aí acontece. O exossistema refere-se aos vínculos entre dois ou mais ambientes, e pelo menos um deles não envolve a pessoa em desenvolvimento, mas a afeta indiretamente.

A forma de atuação referida na subclasse de discurso Rede Social, classe 5- Atuação, apresenta-se como uma atuação em conjunto, neste caso similar ao que ocorre à subclasse de discurso Objetivo Comum, classe 3 - Comunidade, e faz alusão à participação motivada pelas propostas que unem os sujeitos em seus objetivos. Nesse sentido, é análogo ao que geralmente ocorre em ações comunitárias, porém há nessa subclasse a menção a um atuar em conjunto de forma reflexiva e pelo bem-estar social.

Nessa perspectiva social, a rede tende a aparecer como ferramenta capaz de construir novas formas de agregação de interesses e reivindicação de demandas destinadas prioritariamente a auxiliar na construção de uma sociabilidade solidária e responsável (WHITAKER, 1993; INOJOSA, 1999; MINHOTO; MARTINS, 2001; FRANCO, 2004; SCHERER-WARREN, 2005; MACHADO, 2007). Para os autores acima referenciados, o conceito de rede alcança o sentido de redes de pessoas e organizações que procuram a melhoria da qualidade de vida da população e seu desenvolvimento humano e social. Esse aspecto foi encontrado nos discursos dos sujeitos que integram a Rede Social Taubaté, arrolados na classe de discurso em análise.

Inojosa (1999) comenta que em princípio rede é parceria e essa parceria pode articular famílias, estados, organizações públicas e/ou organizações privadas, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou ambas. Pode, portanto, envolver e promover relações interpessoais, interorganizacionais, intergovernamentais e intersetoriais. Desse modo, caracterizam-se os discursos dos integrantes da Rede Social Taubaté na subclasse de discurso Profissional.

Composta por integrantes que atuam em rede social, porém por meio de suas atividades profissionais, tanto no Terceiro Setor quanto no segmento socioassistencial, a participação é constituída por entes autônomos, com objetivos específicos próprios, mas com caráter comum e que passam a se articular em função de uma ideia percebida como coletiva. Essas articulações foram contempladas neste estudo pelo associativismo institucionalizado e em rede, e tecido, conforme mencionado no capítulo 2.2, no Terceiro Setor (FISCHER, 1996, 2000; SCHERE-WARREN, 2005; GOHN, 2004, 2008, 2011; LANDIM, 2000; COELHO, 2000; RODRIGUES, 2004; SALVATORE; 2004).

Este novo quadro do associativismo no Brasil, segundo Gohn (2011), atuam em rede e se constituem como atores coletivos. Porém, da forma que estão articulados os seus objetivos, constituição jurídica, dinâmica de trabalho, encontra-se um quadro de associativismo institucionalizado. A direção geral das ações coletivas caminha no sentido do empowerment, o empoderamento de grupos e indivíduos, das capacitações organizacionais e do acesso as oportunidades de emprego, geração de renda e serviços públicos, devido à difusão de informações, características nestes quadros do associativismo, presentes no Terceiro Setor.

Cabe lembrar, em relação aos participantes e principalmente à Instituição proponente, que a responsabilidade social realizada por ações no Terceiro Setor também possui o seu cunho de interesse individual. Isso sugere que a responsabilidade social da iniciativa privada ainda está, portanto, em um processo de conscientização, exemplificando assim, as influências do macrossistema, que levam muitas empresas a se aproximarem das questões sociais como um instrumento de publicidade e mercado.

Também se deve ficar alerta quanto à relação de dominação que sutilmente se estabelece. O processo de dominação se esconde, segundo Souza (1991), na imagem da compreensão e benevolência para com as preocupações e necessidades das camadas populares. A dominação ocorre por vários instrumentos,

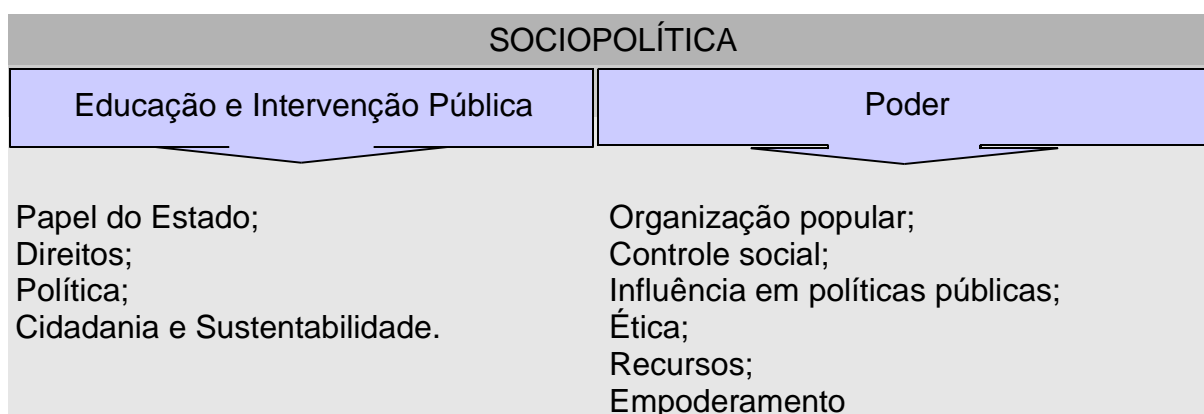
entre os quais as diversas formas de educação institucionalmente criadas. Com elas se pode trabalhar a aceitação das pessoas, assumindo entre várias formas e terminologias a de participação social.

Cabe, então, um alerta especificamente sobre a atuação profissional do psicólogo social comunitário. A psicologia social comunitária é uma área do conhecimento comprometida com o desenvolvimento e a autonomia, pelo incentivo à participação (VASCONCELOS, 1985; FREITAS, 1996; MERISSE, 1998; GUARESCHI, 2001, 2010; LANE, 2001, 2010; AZEVÊDO, 2009; SAWAIA, 2010; CAMPOS, 2010). Assim, deve-se questionar constantemente, na atuação profissional, a serviço de quem e a serviço do que se encontram esses profissionais.

#### 4.3.6. Classe 6: Sociopolítica

Essa classe descreve as questões sociopolíticas. Enfatiza-se a temática da educação sociopolítica de forma ampla, bem como o papel do Estado por meio das intervenções públicas, dos serviços e dos equipamentos públicos. A distribuição do poder aparece como uma subclasse que descreve a organização popular para a influência em políticas públicas. As relações do macrossistema são abordadas nessa classe e serão contempladas na discussão. Segue a descrição dos resultados dessa classe e suas subclasses: educação e intervenção pública, e poder.

Quadro 09: Classe 6 – Sociopolítica



Na subclasse Educação e Intervenção Pública percebe-se um discurso que remete à preocupação em informar-se para obter resultados voltados ao bem-estar coletivo. Essa educação, por sua vez, contempla uma pedagogia ativa, uma educação participativa e reflexiva em relação à política, aos direitos, à cidadania e à sustentabilidade. Os discursos também apresentam a educação sociopolítica se refletindo nos serviços e intervenção pública.

[...] pela informação abrir precedentes para uma atuação mais coletiva, participativa, política, assim iniciamos uma cultura de atuação mais responsável, engajada, ética e política, fazendo enfrentamento a uma postura mais comodista. (sujeito 13)

[...] meus objetivos são aprender mais sobre controle social, educação popular de direitos, movimentos populares e educação política. Institucionalmente, tais atuações abrem precedentes para iniciativas dos servidores e funcionários para que não foquem apenas em ações individuais, pois elas têm uma abrangência muito menor que atividades com foco na sociedade ou na cultura atual. (sujeito 13)

[...] na área escolar há a dicotomia entre educação/formação privada e pública. No âmbito da economia, a acumulação liberalista de capital e a lógica do consumo e do desenvolvimento sustentável. (sujeito 13)

[...] em equipamentos públicos estamos iniciando também o planejamento de intervenções de resolução pacífica de conflitos em comunidades. Vamos atuar em prol de demandas coletivas, do coletivo, do público ou de ideais. (sujeito 13)

[...] uma das atribuições decorre da missão institucional, do equipamento público, de ser escola de direitos, abrindo possibilidade de palestras e formações para a comunidade. (sujeito 13)

Quanto à subclasse Poder, percebe-se um discurso que remete às questões de organização popular para influência em políticas públicas e garantia de direitos. O coletivo, o empoderamento e o controle social são encontrados na fala dos sujeitos. A reflexão em relação ao comportamento ético, ao direcionamento de recursos públicos e à articulação da rede socioassistencial, também aparecem nessa subclasse, conforme os discursos a seguir:

[...] engajar em políticas públicas além do modelo individual de acumulação de capital e seus interesses, assim como de interesses particulares ou egocêntricos. O centro, a meta, assim seria algo maior como as questões do Estado, a cultura de não violência, a erradicação de preconceito, as políticas públicas, etc. (sujeito 13)



[...] minhas intervenções na comunidade aproximam-se da contribuição para o empoderamento das pessoas ou dos coletivos, comunidades ou entidades, para alcançar tais metas. Do mesmo modo, tentamos criar estratégias para direcionar a instituição para participação em conselhos municipais de direitos. (sujeito 13)

[...] sou contra o cultivo de mono culturas, entendendo-as como interesses pessoais e econômicos, como tentar conseguir recursos financeiros a partir de posturas pouco éticas ou usando a participação para isto. (sujeito 13)

[...] devemos nos articular com a rede socioassistencial, acompanhar e participar de conselhos de direitos tendo em vista a formação para articulação e organização da população, para regulação das políticas públicas e direcionamento dos recursos. (sujeito 13)

#### **4.3.6.1. Ação Sociopolítica: participação e distribuição de poder**

Na classe de discurso sociopolítica encontrou-se a temática referente aos elementos sociais e políticos. O papel do Estado, com as intervenções, serviços e equipamentos públicos se fizeram presentes nos discursos dos integrantes da Rede Social Taubaté. Essa classe e/ou conjunto de discursos demonstra a influência das relações do exossistema, conforme mencionado, na classe de discurso 5, e do macrossistema, pontuado pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano.

No macrossistema, segundo Bronfenbrenner (2011), encontram-se os protótipos gerais de uma cultura e subcultura que estabelecem o padrão das estruturas e atividades em um determinado nível. Os macrossistemas englobam também os sistemas de valores e crenças culturais submersos em um corpo de conhecimento, recursos materiais, costumes, estilo de vida, estruturas de oportunidades, barreiras, obstáculos e opções no curso da vida.

Os padrões de comunicação e de atividades são regulados por normas, valores e atitudes intrínsecas ao ambiente e que podem possuir peculiaridades e similaridades em cada sociedade. Na subclasse Educação e Intervenção Pública percebeu-se, no discurso dos sujeitos, a preocupação com o bem-estar coletivo que eles pretendem sanar por meio de uma pedagogia ativa, uma educação participativa e reflexiva sobre política, direitos, cidadania e sustentabilidade.

Na subclasse Poder, por sua vez, percebeu-se no discurso dos integrantes da Rede Social Taubaté uma reivindicação de participação por meio da organização popular para influenciar políticas públicas e garantir direitos. Um discurso que se

entende constituir os sistemas de valores e a cultura política do macrosistema social, no qual se inserem os sujeitos e suas comunidades, como evidenciado no significado de participação na visão da psicologia social comunitária, estudado no capítulo 3. Atualmente se vê, com frequência, o uso indiscriminado do conceito de abordagem participativa nos discursos, tanto governamental, como de ONGs e de agências internacionais de desenvolvimento humano e social.

Na maioria desses casos, a participação é vista como uma tábua de salvação, ao permitir a criação de novos canais e mecanismos de relação entre a sociedade civil e a esfera pública. A participação social pode ser considerada um processo de redefinição dos relacionamentos entre o público e o privado, dentro da perspectiva de redistribuir o poder e visando à tomada de decisões e à gestão local. (PERUZZO, 1995; VALLA, 1998; DEMO, 2001; MUÑOZ, 2004; GOHN, 2008; CAMPOS, 2010)

Em escala mundial, conforme influência das relações do macrosistema, organizações envolvidas com a área de desenvolvimento passaram a incluir a participação social como parte fundamental de seus processos. Em decorrência disso, os organismos internacionais de financiamento reforçaram o incentivo à participação comunitária como o meio de alcance do desenvolvimento socioeconômico, porém “numa visão transformadora da sociedade que disfarça relações de poder” (SAYAGO, 2000, p.47).

Cabe um alerta sobre como tais organismos incentivam os países em desenvolvimento a implementar a participação que, em muitas ocasiões, funciona como substituição de responsabilidades. A interferência de agentes externos na orientação das ações coletivas locais é evidente, transformando a chamada participação em estratégia de dominação, e não um caminho ao exercício pleno da cidadania.

A questão do poder também pode ser abordada da perspectiva da autonomia. Peruzzo (1995) afirma que a participação pode ser controlada, e que ocorrer muitas vezes oriunda de pressões sociais, sendo conquistada pelos grupos ou oferecida pelos detentores do poder de uma maneira vertical, de cima para baixo. Nesse caso, é preciso lembrar tanto do apoio educacional da Instituição proponente como do discurso encontrado na subclasse Educação e Intervenção Pública sobre os serviços oferecidos pelo Estado.

Essa participação é oferecida somente até o limite que as instâncias detentoras do poder permitem: até o ponto que não ameace as estruturas de poder

vigente. A participação é manipulada e visa adaptar as demandas aos interesses de quem possui o poder. (FOUCAULT, 1979; PERUZZO, 1995; VALLA, 1998; DEMO, 2001; GANDIN, 2002; MUÑOZ, 2004; GOHN, 2008; CAMPOS, 2010; entre outros).

#### **4.4. A PARTICIPAÇÃO E SEUS CONTEXTOS INFLUENCIADORES**

Conforme o objetivo proposto neste trabalho, o de investigar o significado de participação para os integrantes da Rede Social Taubaté, e compreender sob a luz da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano como os contextos influenciam nesse significado e são por ele influenciados, sintetiza-se, neste momento, os resultados desse estudo.

Percebeu-se que para os sujeitos pesquisados o significado de participação remete a uma ação participativa. Após o conhecimento do que os une enquanto objetivo comum, após as reflexões sobre as demandas que se apresentam e os debates que os encaminham a um consenso, deve haver uma ação pragmática, preferencialmente intervencionista, para ser considerada, por eles, uma participação: “Não adianta você ir lá, observar e ficar sem fazer nada”. (sujeito 01 da pesquisa)

Agem, ou melhor, participam buscando melhorias, conforme visto anteriormente, porém essas melhorias estão relacionadas aos indivíduos com os quais possuem vínculos pessoais. A intenção de melhoria é voltada para os que participam de seus microssistemas e mesossistemas. Os sujeitos pesquisados participam prioritariamente por influências oriundas da família e em prol dela.

Uma minoria dos sujeitos tem em sua participação a intenção de interferência em políticas públicas ou na sociedade como um todo, no exo e macrossistema. A ocorrência de interferência nos sistemas mais amplos se dá de forma não planejada ou não intencional, mas por mera consequência da busca de melhorias nos microssistemas, como para a família ou a vizinhança. Pode-se constatar que a indissociabilidade entre o individual e o coletivo, favorece a percepção de que a influência familiar é central para o desenvolvimento humano e social. Por isso, para

esse grupo, o alvo privilegiado da participação social e das políticas públicas deve ser a família. Pode-se dizer que a quase totalidade dos sujeitos da pesquisa participam no coletivo, mas não para o coletivo.

Uma outra possibilidade de análise sobre esta questão é a tese da “convergência” trazida por Goldthorpe e Lockwood em 1961 e comentada por Bourdieu; Chamboredon; Passeron (2007), sobre a passagem do pólo coletivista para o pólo individualista. Esta tese explica que a convergência das atitudes e comportamentos entre certos grupos resulta de mudanças nas instituições econômicas e nas condições de vida urbana, que enfraqueceram o coletivismo. Neste caso, o coletivismo é considerado como uma ação solidária de apoio mútuo, concebido como fim e não como meio e caracteriza-se como o apego sentimental a um grupo social local. Este coletivismo solidário, se opõe ao que se denomina de coletivismo utilitário que é uma associação com objetivos especificamente econômicos. Para os autores, neste último caso, o meio é sempre a ação coletiva, mas esta é subordinada ao objetivo principal que é a promoção econômica e social de cada núcleo familiar.

Retomando a questão da participação no coletivo mas não para a coletividade, Avritzer (2010) amplia essa questão quando comenta, em seus estudos, a dinâmica da participação local no Brasil, que desde 1980 apontava para algumas características de uma participação horizontal. No entanto, havia uma expressiva influência da igreja nas formas participativas, que não possuíam como objetivo a participação local e social para interferência em políticas públicas, e sim para as questões emergenciais, caritativas e locais (FISCHER, 1996; LANDIM, 2000).

Ao adentrar a questão da atuação ligada às questões sociopolíticas e do poder, Avritzer (2010) comenta a relação de autonomia e dependência que as organizações possuem também com o Estado, e que se expressa pela maneira como realizam demandas por bens públicos ao mesmo tempo em que defendem sua autonomia organizacional.

Essa relação de poder/autonomia afeta a ação e o significado da participação. O autor complementa que a pluralização da participação local e social começa a se firmar nos anos de 1990 e 2000, em função do surgimento das legislações locais sobre conselhos. Esse fator também passa a influenciar a participação e seu

significado para os integrantes da Rede Social Taubaté, que possui conselheiros municipais.

Ao finalizar esta discussão é preciso trazer à pauta um alerta sobre a questão da participação, que possibilita iniciar novos estudos da efetividade deliberativa no significado de participação. Assim, tornou-se clara a necessidade de avançar na direção de refinar o marco analítico nos estudos referentes à participação.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu do pressuposto que para haver desenvolvimento humano e social é preciso participar do processo de desenvolvimento, e que as pessoas participam conforme o significado que possuem dessa participação. A proposta do estudo era investigar qual o significado da participação para os integrantes da Rede Social Taubaté sob a luz da teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, e discutir como os contextos influenciam e/ou são influenciados por este significado.

Verifica-se, entre os objetivos, que a participação efetiva-se de forma atuante, no sentido de quem age. Essa ação ocorre na coletividade, mas não é visando o coletivo e sim o individual, ainda que seja velado. Assim, pode-se compreender o objetivo e interesse das pessoas com a participação. No coletivo elas ganham forças, porém de operacionalização, ampliando suas ferramentas e as potencialidades de atendimento de suas demandas.

A reflexão, a autonomia e as questões sociopolíticas têm importâncias minimizadas para esse grupo, e são contempladas por poucos sujeitos, por aqueles que são conselheiros municipais. É relevante citar que a maioria dos integrantes da Rede Social Taubaté possui nível superior em áreas que visam promover a autonomia e a emancipação, o que ampliou, por parte da autora, o interesse por estudos sobre participação que considere tais questões.

Percebeu-se, pelos resultados desta pesquisa, que esse objetivo pode ser alcançado por meio de estudos referentes a participações deliberativas em conselhos municipais. Outro objetivo proposto que também foi atingido foi a investigação das influências dos contextos no significado da participação. Pode-se confirmar a força das influências das relações do microssistema, neste caso prioritariamente a família.

Este estudo teve como proposta contribuir para a ampliação teórica do significado de participação em redes sociais comunitárias e para pesquisas relacionadas às redes sociais. Propôs, também, apresentar as reflexões dos profissionais envolvidos no fomento ao desenvolvimento humano, social e local.

Em razão das diferenças entre as relações societárias, tecidas na sociedade, sem vínculos estreitos ou presença constante; e as relações comunitárias, tecidas

nas comunidades, com vínculos estreitos e presença constante (BAUMAN, 2001, 2011), foi importante a definição de rede social comunitária feita no início deste estudo.

Essa menção não se fez de forma ingênua ou ignorante, mas retomando as reflexões sobre as diferenças das relações sociais conforme o número de habitantes das cidades, ou seja, as características daquele ambiente. Nos encontros promovidos pela instituição do sistema S, entre os profissionais que atuam em programas institucionais para trocas de experiências e atualizações, a autora já participou algumas vezes de debates que possuíam exatamente esse enfoque.

Os profissionais que atuam na região da grande São Paulo, ou em município do estado de São Paulo que possuem mais de trezentos mil habitantes, tinham experiências em redes sociais que ocorriam em bairros, uma vez que as relações comunitárias só ocorrem nesse contexto.

Em contraposição, os profissionais que atuam em municípios que possuem menos de trezentos mil habitantes, como é o caso de Taubaté/SP, as redes sociais não possuem os bairros como limites. A relação com vínculos estreitos ocorre por toda a cidade em razão do cotidiano compartilhado nos mesmos ambientes.

Em relação à questão da psicologia social comunitária, por sua vez, contactou-se que é uma divisão teórico-pedagógica. Buscou-se no Conselho Regional de Psicologia, subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, do estado de São Paulo, as diferenciações legais, porém só foi encontrada a especialização em psicologia social.

Desse modo, acredita-se que este estudo também contribui com as pesquisas referentes à psicologia social e suas vertentes, e com a formação e reflexão profissionais, dadas as questões anteriormente comentadas sobre a tomada de consciência e a autonomia.

A psicologia social comunitária, frente a essa questão, é posta como uma área do conhecimento que promove a participação para a tomada de consciência em relação aos fenômenos e às relações sociais, bem como o fortalecimento dos vínculos comunitários. O questionamento a serviço de quem e para que o profissional de psicologia atua esteve presente durante a discussão dos dados.

Finaliza-se este estudo reforçando a intenção em prosseguir com pesquisas sobre a participação social permeada pelas questões deliberativas. Acredita-se que os objetivos propostos foram atingidos, dadas as pontuações apresentadas na

banca de qualificação a qual foi submetida esta dissertação. A partir dessas pontuações, optou-se pelo caminho aqui apresentado.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.M.O; CUNHA, G.G. Representação Social do Desenvolvimento Humano. *Psicologia e Reflexão*, 2003, 16(1), pp. 147-155
- ANDERY, A.A. Psicologia na comunidade. In: LANE, S.T.M; CODO, W. (orgs). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- AVRITZER, L. (org). *A Dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010
- AZEVÊDO, A.V.S. A psicologia social, comunitária e social comunitária: definições dos objetos de estudo. *Psicologia em foco*. vl.3, n.3, jul./dez. 2009. pp.64 - 72
- BALANÇO SOCIAL, 2012. Disponível em:  
<<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>> Acessado em: 13/05/2012.
- BAUER, M.W; GASKELL, G. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, pp. 193-230
- BAUMAN, Z. *A condição do indivíduo*. 2011. Entrevista. Disponível em:  
<http://www.youtube.com/watch?v=XDC8pJvMcDc> Acesso em: 24/05/2012
- BEHRING, Elaine R. Fundamentos de Política Social. In *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BEHRING, E.R. e BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BORDENAVE, J.E.D. *O que é participação*. São Paulo, SP: Brasiliense, 2002.
- BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Trad. Maria Adiana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BRONFENBRENNER, U. *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Trad. André de Carvalho-Barreto. Porto Alegre: Artmed, 2011
- CAMARGO, B.V. ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (ORG.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: UFPB/ ed. Universitária, 2005, p. 511 – 539
- CAMPOS, R.H.F. Psicologia comunitária, cultura e consciência. In: CAMPOS, R.H.F. (org). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ:

Voices, 2010

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARVALHO, M.C.B. *A ação em rede para a implementação de políticas e programas sociais públicos*. Rits – Redes, 2003. Disponível em:  
[http://www.rits.org.br/redes\\_teste/rd\\_tmes\\_abr2003.cfm](http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmes_abr2003.cfm)

CHAMON, E.M.Q.O.(org). *Representações Sociais e Práticas Organizacionais*. Rio de Janeiro: Brasport, 2007

CODO, W. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (Orgs). *Psicologia Social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COELHO, S.C.T. *Terceiro Setor*. Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora Senac, 2000.

CFP. *Conselho Federal de Psicologia*. 2012. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/>  
 Acesso em 08/04/2012

CFP. *Conselho Federal de Psicologia*. 2003 Disponível em:  
<http://site.cfp.org.br/legislacao/resolucoes-do-cfp/?palavra=&ano=2003&numero=05&categoria=> Acesso em 08/04/2012

CRUZ, M.H.S. *Formação profissional, representações de gênero de trabalhadores assistentes sociais*. Aracaju: UFS, 2000.

DALLARI, D.A. *O que é participação política*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1991.

DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social participativa*. São Paulo: Cortez, 2001.

DESSEN, M.A.; GUEDEA, M.T.D. A Ciência do Desenvolvimento Humano: Ajustando o Foco de Análise. *Paidéia: cadernos de psicologia e educação*, v. 15, n. 30, p. 11-20, 2005.

DESSEN, M.A.; COSTA JR, A.L (org). *A Ciência do Desenvolvimento Humano: Tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, 2005

DESSEN, M.A.; SIFUENTES, T.R.; OLIVEIRA, M.C.S.L. Desenvolvimento Humano: Desafios para a Compreensão das Trajetórias Probabilísticas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.23, n.4, p.379-386, 2007.

DOWBOR, L. *A reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada –* Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DUARTE, G. D.; DIAS, J. M. *Responsabilidade Social: a empresa hoje*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos, 1986.

FAZENDA, I.C.A. A Formação do professor pesquisador – 30 anos de pesquisa . *Rev. E-Curriculum*, v.1, n.1, dez.-jul., 2005-2006. Disponível em: [www.pucsp.br/ecurriculum](http://www.pucsp.br/ecurriculum)

\_\_\_\_\_(org). *Dicionário em construção: interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2001

FAZENDA, I.C.A., SOARES, A.Z., KIECKHOEFEL, L., PEREIRA, L.P. Avaliação Interdisciplinar. *Revista Internacional d'Humanitats*, CEMOrOC-Feusp/Univ. Autônoma de Barcelona, 17 set-dez 2009.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987

FERNANDES, R. O que é Terceiro Setor? In: IOSCHPE, E.B. (org) *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FISCHER, R.M. Gestão de pessoas nas organizações do Terceiro Setor. In: VOLTOLINI, R. (org). *Terceiro Setor: planejamento e gestão*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (org). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: FGV, p.13-23, 1996

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FRANCO, A.de. O Lugar mais Desenvolvido do Mundo – Investindo no Capital Social. *Projeto DLIS – Agencia AED*. Edição, 2004

FREITAS, M.F.Q. *Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária*. 1996. Vozes

GANDIN, D. *A prática do planejamento participativo*. Petrópolis: Vozes, 2002

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, M.G. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2004; 2006

\_\_\_\_\_. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

\_\_\_\_\_. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes*

*solidárias*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008

\_\_\_\_\_. *Educação não formal e cultura política*. 5 ed.. São Paulo: Cortez, 2011

GUARÁ, I. M. F. R.; CARVALHO, M. C. B. *Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 1997.

GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GUARESCHI, P. *Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001

\_\_\_\_\_. *Relações comunitárias – Relações de dominação*. In: CAMPOS, R.H.F. (org). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

INOJOSA, R.M. *Redes de Compromisso Social*. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: FGV, 33 (5), set./outubro 1999: 115-141

JACOBI, P.R. *Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7 (3): 443-454, 2002.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JUREVICIUS, V.A. *Fortalecimento da rede social Carapicuíba, São Paulo, Brasil*. São Paulo: Centro de Formação da OIT. Programa DELNET, 2005

KOLLER, S.H. et al. *Revisando a Inserção Ecológica: Uma Proposta de Sistematização*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 160-169, 2008. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

LANDIM, L. *Doações e trabalho voluntário no Brasil – uma pesquisa*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

LANE, S.T.M.; CODO, W. (Org). *Psicologia Social – o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LANE, S.T.M. *Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil*. In: CAMPOS, H.F. (org). *Psicologia Social Comunitária – da solidariedade a autonomia*. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIMA, L. C. (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LIFSCHITZ, J.A. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011, pp. 26-31

LOIOLA, E; MOURA, S. *Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais*. In: FISCHER, T. (org). *Gestão contemporânea: cidades estratégicas*

e organizações locais. Rio de Janeiro: FGV, p.53-68, 1996

MACHADO, J. *Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais*. Porto Alegre: Sociologias, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285

MARQUES, R. *Professores, família e projeto educativo*. Porto: Asa Editores, 2001

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*. (Natal) [on-line], v.2, n.1, pp. 7-27, jun. 1996. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>> Acesso em 20 mar. 2011

MARTINHO, C. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. Algumas palavras sobre redes. *Rede DLIS*, 2002. Disponível em:

[http://www.rededlis.org.br/textos\\_download.asp?action+lista/ordena=autor](http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action+lista/ordena=autor)>. Acesso em 02/05/2010

MARTINS, E.; SZYMANSKI, H. A abordagem ecológica de Uriel Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estud. Pesqui. Psicol.* [online], v.4, n.1, p.63-77, jun. 2004.

ISSN1808-4281. Disponível em:

<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v4n1/v4n1a06.pdf>>. Acesso em 11 de fev. 2011

MADEIRA, M. C. Representações sociais e processo discursivo. In: MOREIRA, A.S. P.(ORG.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: UFPB/ ed. Universitária, 2005, p. 459-469.

MERISSE, A. *Psicologia Comunitária: O que é*. São Paulo: Vertentes, UNESP-Assis, 4:7-36, 1998.

MINHOTO, L.D.; MARTINS, C.E. As redes e o desenvolvimento social. *Caderno FUNDAP*, 2001, nº22, p.81-101

MOREIRA, A.S.P; OLIVEIRA, D.C.(org). *Estudos interdisciplinares de representação social*. 2.ed. Goiânia: AB, 2000.

MUÑOZ, C. *Pedagogia da vida cotidiana e participação cidadã*. São Paulo: Cortez, 2004

NARVAZ, M.G; KOLLER, S. O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano. In KOLLER, S.(org) *Ecologia do Desenvolvimento Humano Pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

PERUZZO, C., M., K. *Relações públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI*. 1995. Disponível em:

<<http://www.portalrp.com.br/bibliotecavirtual/comunidade/terceirosetor/0145.pdf>>

Acesso em: 12 maio 2011.

PINHEIRO, S.L.G. et al. Enfoque sistêmico, participação e sustentabilidade na

agricultura. *RAC*. Vol. 10 (1): 18-22, 1997.

PINTO, L.A.S. *Responsabilidade Social Empresarial: uma reflexão sobre os indicadores de desempenho*. 2006. Disponível em: <[http://www.ppga.com.br/mestrado/2006/pinto-lygia\\_amadi\\_silva.pdf](http://www.ppga.com.br/mestrado/2006/pinto-lygia_amadi_silva.pdf)> Acesso em: 06/04/2012.

POLONIA, A.C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano – *Paidéia*, 2007, 21-32.

POLONIA, A.C.; DESSEN, M.A.; SILVA, N.L.P. O Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M.A.; COSTA JUNIOR, A.L. *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

RODRIGUES, A.L. Configurações organizacionais em organizações sem fins lucrativos: reflexões para além da simples adoção de modelos. In: VOLTOLINI, R. (org). *Terceiro Setor: planejamento e gestão*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004

SÁ, C.P. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998

SALVATORE, V. A Racionalidade do Terceiro Setor. In: VOLTOLINI, R. (org). *Terceiro Setor: planejamento e gestão*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004

SAWAIA, B.B. Comunidade: A apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R.H.F. (org). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

SAYAGO, Doris A. V. *A invenção burocrática da participação: Discursos e Práticas no Ceará*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

SCHERER WARREN, I. *Rede de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 2005.

SENAC/SP. 2010. *Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial* <<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=0>> Acesso em 17/10/2010.

SENAC/SP. 2012. *Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial* <<http://www.sp.senac.br/jsp/default.jsp?newsID=0>> Acesso em 13/03/2012.

SILVA, J.M. *A autonomia da escola pública*. Campinas: Papyrus, 2004.

SOUZA, M.L. *Desenvolvimento de Comunidade e Participação*. São Paulo: Cortez, 1991

SPOSATI, A. O. A participação e o pôr-se em movimento. *Serviço Social & Sociedade*, v.3, n. 9, p. 43-56, 1982.

TAVARES, C.M.B; SOUZA, L.A. *Cartilha de Desenvolvimento Local*. São Paulo:

Editora Senac São Paulo, 2011

THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, vol.13, núm.39, set-dez., 2008.

TOYAMA.F.M *et al.* Redes Sociais: Estudo dos Efeitos da Participação e Comparações entre Duas Redes da Grande São Paulo. In: FISCHER,R.M., NOVAES.E.M.(org). *Construindo a Cidadania: ações e reflexões sobre empreendedorismo e gestão social*. São Paulo: CEATS: FIA, 2005

VALLA, V.V. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 14 (Sup. 2): 7-18, 1998.

VASCONCELOS, E.M. *O que é Psicologia Comunitária*. São Paulo: Brasiliense,1985.

VELOSO. L.H.M. et al. A Responsabilidade Social e as Entidades Corporativas. In: *Sinais Sociais*.Rio de Janeiro: SESC, v.5, nº14, 2010.

YAMAMOTO. M.P. *Gestão Pedagógica: o projeto da escola*. Uniararas – Centro Universitário Hermínio Ometto, 2005.

WHITAKER, F. Trabalhando em Rede. *Revista Mãos na Massa*. Portal RISolidária, São Paulo, 2003. Disponível em: [www.risolidaria.org.br/util/view\\_texto.jsp?txt\\_id=200406090010](http://www.risolidaria.org.br/util/view_texto.jsp?txt_id=200406090010) . Acesso em: 05/04/2012

\_\_\_\_\_. Rede: uma estrutura alternativa de organização. *Revista Mutações Sociais*. Rio de Janeiro, CEDAC, mar/abr/maio,1993.

## APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

Esta pesquisa está sendo realizada por aluno do Mestrado em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. O tema da pesquisa é Desenvolvimento humano e participação em redes sociais comunitárias. Seu objetivo é realizar um estudo sobre o significado da participação para integrantes da Rede Social Taubaté. E sob a teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, como os contextos influenciam o significado desta participação. Os resultados dessa pesquisa serão utilizados apenas para fins acadêmicos.

Seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação será absolutamente sigilosa, não constando seu nome ou qualquer outro dado referente a sua pessoa que possa identificá-lo no relatório final ou em qualquer publicação posterior sobre esta pesquisa. Pela natureza da pesquisa, sua participação não acarretará em qualquer dano a sua pessoa.

Você tem a total liberdade para recusar sua participação, assim como solicitar a exclusão de seus dados, retirando seu consentimento sem qualquer penalidade ou prejuízo, quando assim o desejar.

Agradeço sua participação, enfatizando que a mesma em muito contribui para a formação e para a construção de um conhecimento atual nesta área.

Taubaté, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

---

**Josinára Ribeiro de Alencar**

Pesquisador

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ autorizo a utilização, nesta pesquisa, dos dados por mim fornecidos.

Taubaté, \_\_ / \_\_ / 2011.

---

Assinatura



## APÊNDICE B – Roteiro de entrevista e questionário enviado por e-mail

### Identificação

Faixa Etária: \_\_\_18 a 30 anos \_\_\_31 a 45 anos \_\_\_Acima de 46 anos

Gênero: \_\_\_masculino \_\_\_feminino

Grau de escolaridade:

Profissão:

### Roteiro de Entrevista

- Como é o movimento comunitário pra você?
- Conte um pouco da sua história (vida)?
- Fale um pouco de seu trabalho na comunidade?
- O que é “participar” pra você?
- Quais são seus objetivos com a sua participação aqui na comunidade?
- O que você acha que tem de retorno, resultado com a sua participação?
- Há um planejamento seu para a sua participação na comunidade? Como você planeja? Como organiza seu tempo?
- Quais são os seus interesses para participar no trabalho da comunidade?
- Você participa do trabalho comunitário pensando em você? Pensando no bairro?
- Você participa quando você quer ou quando pedem?

**ANEXO A – Autorização do comitê de ética e pesquisa**